



Análise do paisagem da proteção social sensível à nutrição na região da SADC

2024

PÁGINA DE AGRADECIMENTOS

ANÁLISE DO PAISAGEM DA PROTECÇÃO SOCIAL SENSÍVEL À NUTRIÇÃO NA REGIÃO DA SADC

Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)

Secretariado Lote 54385

CBD Square Privado/Saco 0095

Gaborone, Botswana

Tel: +267 395 1863

Correio eletrónico: registry@sadc.int

Sítio Web: www.sadc.int

©SADC 2024

As informações contidas neste documento estratégico podem ser reproduzidas, utilizadas e partilhadas, mas com o devido reconhecimento.

Citação: Análise da paisagem da proteção social sensível à nutrição na região da SADC 2024, Gaborone, Botswana, 2024

Sobre a SADC

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral é uma organização fundada e mantida por países da África Austral que visa promover a cooperação socioeconómica, política e de segurança entre os seus Estados-Membros e fomentar a integração regional, a fim de alcançar a paz, a estabilidade e a riqueza. Os Estados Membros são: Angola, Botswana, União das Comores, República Democrática do Congo, Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué.

Agradecimentos

A SADC agradece e aprecia a Nutrition International pelo financiamento e apoio técnico a este estudo com o apoio do Governo do Canadá. O Diretor do Secretariado da SADC para o Desenvolvimento Social e Humano, Duduzile Simelane, o Dr. Willy Amisi, Oficial Sénior do Programa de Saúde e Nutrição, Raymond Chikomba, Especialista Sénior em Nutrição da SADC, por liderarem este processo; A conclusão desta Análise da Paisagem da Proteção Social Sensível à Nutrição na Região da SADC foi possível graças aos esforços de colaboração de muitos indivíduos e organizações. O Secretariado da SADC agradece as suas inestimáveis contribuições e apoio. Os nossos sinceros agradecimentos vão também para os consultores principais da Genesis Analytics (África do Sul), Fidelis Hove e Kenya Chappel pelo seu excelente trabalho neste estudo. Estendemos a nossa gratidão a todos os Diretores de Nutrição e Proteção Social e Gestores de Programas nos Estados Membros da SADC e aos parceiros de desenvolvimento, tanto a nível regional como nacional. A sua participação ativa em entrevistas com informadores chave e a disponibilidade para dar acesso a políticas e documentos de programas foram indispensáveis. Os seus esforços de cooperação foram essenciais para a recolha de informação pertinente, aumentando a abrangência das conclusões.

Agradecemos e reconhecemos especialmente as contribuições do pessoal e dos gabinetes regionais da UNICEF e do PAM que forneceram informações e materiais para a revisão, incluindo comentários sobre projectos de documentos.

O compromisso e a cooperação demonstrados por todas as entidades desempenharam um papel crucial no avanço da nossa compreensão da proteção social sensível à nutrição na região da SADC, com base nas iniciativas e na experiência partilhada dos Estados Membros. Por último, mas não menos importante, um agradecimento muito especial vai para Richard Morgan, Diretor, Governação da Proteção Social e Nutrição e Jessica Poulin, Gestora Regional de Assistência Técnica para a Africa Nutrition International pela sua facilitação ativa do processo de estudo.

Índice

Lista de figuras	iv
Lista de caixas	iv
Lista de quadros	iv
Lista de acrônimos	v
Terminologia	vii
Agradecimentos	viii
Resumo executivo	1
Antecedentes	6
Finalidade e objetivos	14
Metodologia	14
Resultados e discussão	17
Síntese regional	17
Resumos dos Estados-Membros	28
Conclusão	70
Recomendações	71
ANEXO 1: Resumo dos indicadores de nutrição	73
ANEXO 2: Pesquisa bibliográfica	75
ANEXO 3: Guia de entrevista com informantes-chave	77
ANEXO 4: Entrevistas com informantes-chave	79
ANEXO 5: Despesas de proteção social na SADC	81

Lista de figuras

Figura 1: Prevalência de atraso no crescimento nos Estados Membros da SADC em relação à África Subsaariana e às médias mundiais para o ano 2022	6
Figura 2 o ciclo intergeracional da subnutrição e da pobreza infantil	8
Figura 3: Comparação da prevalência do atraso de crescimento com o PIB per capita numa escala logarítmica em 2021	9
Figura 4: Cobertura efetiva da proteção social, estimativas globais e regionais, por grupo populacional, 2020 ou último ano disponível	11
Figura 5: Proteção social e via de impacto da nutrição	12
Figura 6: Fontes de espaço orçamental para os PPS.....	21
Figura 7: Fontes de espaço orçamental para programas de proteção social	21

Lista de caixas

Caixa 1: Políticas de proteção social da Zâmbia e do Malawi sensíveis à nutrição	18
Caixa 2: A prestação de MSC para a nutrição infantil em Madagáscar e Moçambique.....	23
Caixa 3: Programas de alimentação escolar do Lesoto e da Namíbia	24
Caixa 4: Vigilância nutricional para informar a resposta de emergência	26
Caixa 5: Projeto Valor Criança de Angola.....	29
Caixa 1: Programa de subsídio para crianças 0-2 de Moçambique	52
Caixa 2: O programa Stawisha Maisha da Tanzânia	62
Caixa 8: Programa-piloto de transferências sociais de dinheiro de 1.000 dias na Zâmbia.....	64

Lista de quadros

Tabela 1: Definição de programas e intervenções sensíveis à nutrição vs. específicos da nutrição	10
Tabela 2: Resumo das entrevistas com informantes-chave.....	15
Tabela 3: Avaliação do estudo de caso de proteção social sensível à nutrição	15
Tabela 4: Classificações da maturidade do sistema de proteção social	21
Tabela 5: Indicadores de nutrição nos Estados-Membros	73
Tabela 6: Prazo, línguas, fontes de informação e método da estratégia de pesquisa.....	75
Tabela 7: Termos de pesquisa para a pesquisa sistemática	75
Tabela 8: Despesas de proteção social em percentagem do PIB e do ESB nos Estados Membros da SADC, datas entre 2017 e 2023.....	81

Lista de acrônimos

AOA	Kwanza angolano
PSC	Programa de subsídios para crianças
CNMN-RDC	Comité Nacional Multissetorial de Nutrição
RDC	República Democrática do Congo
FID	Fonds d'Intervention pour le Développement (Fundo de Intervenção para o Desenvolvimento)
PIB	Produto interno bruto
DAP	Despesas das administrações públicas
INAS	Instituto Nacional de Ação Social
ALCJ	Alimentação de lactentes e crianças jovens
IC	Informante-chave
EIC	Entrevista com informante-chave
MBE	Ministério do Ensino Básico
MGCAS	Ministério do Género, da Criança e da Ação Social
MS	Ministério da Saúde
MALDR	Ministério da Administração Local e do Desenvolvimento Rural
MoPS	Ministério da População e da Solidariedade
DN	Dólares namibianos
PAV	Pontos de atendimento de vizinhança
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
ONG	Organização não governamental
APD	Assistência pública ao desenvolvimento
OCV	Orphans e crianças vulneráveis
R	Rand
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
MSC	Mudança social e comportamental
TSD	Transferência social de dinheiro
PPS	Programa de proteção social
AS	África subsaariana
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

USD	Dólar dos Estados Unidos
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAM	Programa Alimentar Mundial
ZMW	Kwacha zambiano
CAVZim	Comité de Avaliação da Vulnerabilidade do Zimbabué

Terminologia

1. Proteção social e assistência social

Estes termos serão usados indistintamente. Esta análise se concentrará na assistência social (também designada por transferências sociais), com especial atenção a estas categorias, uma vez que têm a maior probabilidade de impacto na nutrição:

1. Transferências de dinheiro
2. Transferências de alimentos ou vales
3. Programas de alimentação escolar

O relatório se concentra, em particular, em qualquer um dos acima referidos que tenham objetivos de nutrição e sinergias com programas de nutrição. Para mais informações sobre as definições, consultar as diretrizes abaixo indicadas.¹

2. Sensível à nutrição

Reconhecemos que existem vários termos para reconhecer que a proteção social pode influenciar os resultados nutricionais nos indivíduos e nas populações, uma vez que aborda os fatores de risco subjacentes à subnutrição. Estes incluem termos como "sensível à nutrição", "inteligente em termos de nutrição", entre outros. Esta análise usará "sensível à nutrição", como é mais comumente referido quando se discute a proteção social.

¹ UNICEF (2024). *Criar sinergias entre a nutrição infantil e a proteção social para combater a subnutrição e a pobreza*. Disponível on-line: <https://www.unicef.org/media/151141/file/Building%20synergies%20between%20child%20nutrition%20and%20social%20protection%20to%20address%20malnutrition%20and%20poverty.pdf>. Acesso em: 21/02/2024

Agradecimentos

A Unidade de Saúde e Nutrição da Direção de Desenvolvimento Social e Humano do Secretariado da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) liderou e tornou possível a implementação deste estudo, que foi financiado e tecnicamente apoiado pela Nutrition International com o apoio do Governo do Canadá. Agradecimentos especiais são dados ao Dr. Willy M Amisi e ao Sr. Raymond T Chikomba do Secretariado da SADC pela sua liderança.

A conclusão desta Análise do Paisagem da Proteção Social Sensível à Nutrição na Região da SADC foi possível graças aos esforços de colaboração de muitos indivíduos e organizações. O Secretariado da SADC e a Nutrition International agradecem as suas inestimáveis contribuições e apoio.

Estendemos nossa gratidão a todos os Diretores de Nutrição e Proteção Social e Gerentes de Programas nos Estados Membros da SADC e aos parceiros de desenvolvimento, tanto a nível regional como nacional. A sua participação ativa em entrevistas com informantes chave e a disponibilidade para dar acesso a políticas e documentos de programas foram indispensáveis. Os seus esforços de cooperação foram essenciais para a coleta de informações pertinentes, aumentando a abrangência das conclusões.

Agradecemos e reconhecemos especialmente as contribuições do pessoal e dos gabinetes regionais da UNICEF e do PAM que forneceram informações e materiais para a análise, incluindo comentários sobre projetos de documentos.

Os nossos sinceros agradecimentos também aos consultores principais da Genesis Analytics (África do Sul), Fidelis Hove e Kenya Chappel, pelo seu excelente trabalho neste estudo.

O compromisso e a cooperação demonstrados por todas as entidades desempenharam um papel crucial no avanço da nossa compreensão da proteção social sensível à nutrição na região da SADC, com base nas iniciativas e na experiência partilhada dos Estados Membros.

Richard Morgan, Diretor, Governança da Proteção Social e da Nutrição

Jessica Poulin, Gerente Regional de Assistência Técnica para África

Nutrition Internacional

Resumo executivo

ANTECEDENTES

Na região da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a subnutrição infantil representa um desafio socioeconômico significativo, com seis dos dezesseis Estados-Membros a apresentarem uma elevada prevalência de atraso no crescimento (20% a <30%) e oito a apresentarem uma prevalência muito elevada ($\geq 30\%$).² Além disso, na África Subsaariana (SSA), apenas 23% das crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 23 meses satisfazem a diversidade alimentar mínima e 44% satisfazem a frequência mínima das refeições.³ Três quartos dos Estados-Membros registram uma prevalência de anemia em mulheres grávidas superior a 20%, o que, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), constitui um nível de preocupação de saúde pública.⁴ Por último, o excesso de peso nas crianças com menos de cinco anos é uma preocupação crescente, sendo a prevalência classificada como elevada em cinco Estados-Membros.⁵

Para fazer face a este triplo fardo da subnutrição, é necessária uma abordagem sistêmica global. A insegurança alimentar, a pobreza e a subnutrição estão intrinsecamente ligadas, sendo a subnutrição um fator que contribui para a pobreza e uma consequência da mesma. A proteção social surge como parte de um pacote abrangente de intervenções multissetoriais para combater a pobreza monetária e a falta de disponibilidade de alimentos nutritivos como principais fatores de desnutrição. Alguns exemplos de programas incluem cestas básicas, transferências de dinheiro e refeições através de programas de alimentação escolar. Estas iniciativas podem ser sensíveis à nutrição através da integração explícita de objetivos relacionados com a nutrição, visando os mais vulneráveis do ponto de vista nutricional e atuando como plataformas para intervenções multissetoriais adicionais específicas da nutrição.

FINALIDADE E OBJETIVOS

Este estudo visava identificar lacunas e avaliar oportunidades no âmbito das políticas e programas existentes para a proteção social sensível à nutrição na Região. Ao concentrar-se nestas oportunidades, o estudo procurou apresentar estudos de caso dos Estados Membros que estão progredindo neste aspecto e fornecer recomendações abrangentes que cobrem políticas, estruturas de governança, implementação e monitoramento e avaliação para apoiar a expansão da proteção social sensível à nutrição. Esta abordagem foi concebida para reforçar o apoio à melhoria dos resultados nutricionais das mulheres e das crianças.

Os objetivos específicos incluíam:

1. Fornecer uma visão geral do estado das políticas e programas de proteção social sensíveis à nutrição na Região da SADC em termos de política, governança, financiamento, programas e monitoramento e avaliação.
2. Identificar os indicadores de nutrição materno-infantil com maior impacto positivo e/ou os programas de assistência social promissores que atingem os grupos nutricionalmente vulneráveis em toda a Região da SADC, com enfoque nas abordagens inclusivas e sensíveis ao gênero e no ambiente de governança de apoio em que foram incorporados.
3. Identificar inovações na concepção, implementação e monitoramento de PPS sensíveis à nutrição na região da SADC.
4. Determinar as opções viáveis para a expansão e a divulgação, a fim de melhorar a concepção e a implementação de políticas e programas, integrando nas políticas e nos programas intervenções específicas e sensíveis à nutrição.

² Gráfico da Figura 1 criado pelos autores, dados dos Estados Membros de: SADC (2022). *Programa de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade Regional: Relatório de síntese*. e médias subsaariana e global de: UNICEF, OMS e Banco Mundial (2023). *Estimativas conjuntas de desnutrição infantil (global e regional)*. Disponível on-line: <https://data.unicef.org/wp-content/uploads/2019/04/Joint-Malnutrition-Estimates-Regional-and-Global-Estimates-May-2023.xlsx>. Acesso: 02/01/2024

³ A diversidade alimentar mínima é considerada como o consumo de alimentos e bebidas de pelo menos cinco dos oito grupos alimentares definidos e é um indicador da adequação dos micronutrientes na dieta. Dados de: UNICEF (2023). *O Estado das Crianças do Mundo 2023: Quadros estatísticos. Quadro 9: Nutrição, aleitamento materno e dietas*. Disponível on-line: <https://data.unicef.org/wp-content/uploads/2023/04/Table-9-Nutrition-Breastfeeding-Diets-SOWC2023.xlsx>. Acesso: 06/10/2023

⁴ Ibid.

⁵ Ibid.

METODOLOGIA

O estudo compreendeu três fases distintas. Na Fase 1, foi efetuada uma pesquisa bibliográfica documental através de uma análise de âmbito, combinando literatura cinzenta e revista por pares, utilizando metodologias sistemáticas e intencionais. A questão de investigação que orientou esta fase concentrou-se na situação atual das políticas e programas de proteção social e sensíveis à nutrição na Região da SADC. A Fase 2 envolveu entrevistas com informantes-chave (EICs) com 36 participantes selecionados através de amostragem intencional e de bola de neve. As entrevistas, realizadas em inglês ou francês, usaram um formato semiestruturado com um guia de entrevista predefinido. Os participantes, representando uma mistura diversificada de antecedentes regionais, tópicos ou específicos de cada país de cada Estado-Membro, com experiência de trabalho nas áreas da proteção social e/ou programas de nutrição. Estas entrevistas foram usadas para colher informações sobre as políticas e programas relevantes existentes na região. A Fase 3 englobou a análise e interpretação dos dados colhidos a partir da revisão da literatura e das EICs. Foram aplicadas análises temáticas dedutivas e indutivas para identificar as tendências regionais, informar as recomendações nos capítulos subsequentes e concluir o estudo. Com base nos insights das EICs e da análise do escopo, oito estudos de caso (dois dos quais com referências cruzadas a relatórios externos) foram identificados como exemplos que demonstram a implementação prática da proteção social sensível à nutrição nas dimensões de política, governança, programas e monitoramento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os programas de proteção social (PPS) sensíveis à nutrição que influenciam positivamente os resultados nutricionais dependem da colaboração entre várias agências, de estruturas de governança multisetoriais, de um financiamento adequado e de uma programação bem estruturada, apoiada por um acompanhamento e uma avaliação sólidos. Embora existam oportunidades de melhoria, foram identificadas práticas louváveis em alguns Estados-Membros.

Os programas seguintes exemplificam práticas louváveis. [O Estudo de Caso 1](#) concentra-se nas políticas de proteção social sensíveis à nutrição do Malawi e da Zâmbia, ilustrando uma abordagem abrangente que integra os setores da nutrição e da proteção social numa política unificada. [O Estudo de Caso 2](#) destaca Madagascar e Moçambique, mostrando o uso de forças de trabalho baseadas na comunidade para apoiar a educação nutricional. O Estudo de Caso 3 apresenta os programas de alimentação escolar do Lesoto e da Namíbia, demonstrando a integração de componentes sensíveis à nutrição e a adaptabilidade aos choques. [No Estudo de Caso 4](#), o Botswana e o Zimbabué utilizam dados de indicadores nutricionais colhidos regularmente para informar os sistemas de alerta precoce e orientar os PPS. [O Estudo de Caso 5](#) explora o Projeto Valor Criança de Angola, um programa "plus" de dinheiro com um impacto positivo que se traduziu em políticas, contribuindo para o estabelecimento do atual programa nacional. [O Estudo de Caso 6](#) faz referência cruzada a um relatório externo sobre o Programa de Subsídio para Crianças 0-2 de Moçambique e [o Estudo de Caso 7](#) faz referência cruzada a um relatório externo sobre o Programa Stawisha Maisha da Tanzânia, ambos programas de dinheiro 'plus' que mostram impacto nos indicadores de nutrição infantil. Por último, [o Estudo de Caso 8](#) explora o programa-piloto de Transferência Social de Dinheiro de 1.000 Dias da Zâmbia, uma iniciativa 'plus' de dinheiro que incorpora uma série de aspectos sensíveis à nutrição e ao gênero.

O apoio político à proteção social sensível à nutrição varia entre os Estados-Membros, com alguns apresentando práticas bem sucedidas. As políticas desempenham um papel crucial na orientação das intervenções através da definição ou codificação das prioridades governamentais, fornecendo estrutura e afetando recursos. Embora a proteção social e a nutrição ocupem um lugar de destaque nos planos estratégicos de desenvolvimento, as políticas para estes dois setores não estão por vezes totalmente interligadas, porque não foram concebidas como tal. Significativamente, o Malawi e a Zâmbia destacam-se como pelo menos dois Estados Membros que formularam efetivamente políticas explícitas de proteção social sensíveis à nutrição. Estas políticas definem pontos de entrada críticos para a melhoria dos programas, demonstrando uma abordagem estratégica para a integração de considerações nutricionais nos quadros de proteção social. Existem oportunidades para melhorar as políticas de nutrição e proteção social existentes através da incorporação de planos de implementação mais detalhados e acionáveis, bem como da promoção da coordenação entre agências que operam em diferentes setores.

Uma afetação orçamental adequada e consistente é crucial para uma implementação eficaz, mas o panorama do financiamento nos Estados Membros da SADC varia muito. Os países africanos, em média, atribuem menos de 4% do seu produto interno bruto (PIB) à proteção social.⁶ Os desafios surgem de restrições fiscais,

⁶ Esta estatística abrange a proteção social contributiva e não contributiva, e não apenas a assistência social. OIT (2021). *Estratégia Regional de Proteção Social para África, 2021-2025: Towards 40% - a social protection coverage acceleration framework to achieve the SDGs*. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---africa/---ro-abidjan/documents/publication/wcms_828423.pdf. Acesso: 15/01/2024

impulsionadas em parte pelo peso substancial dos custos do serviço da dívida, entre outros fatores, e uma dependência notável da ajuda pública ao desenvolvimento (APD).⁷ Estes fatores constituem uma ameaça potencial para a sustentabilidade a longo prazo.

Os ganhos de eficiência para um maior espaço fiscal podem ser realizados através de pontos de entrada estratégicos. Uma abordagem envolve uma orientação mais direta para os mais vulneráveis do ponto de vista nutricional, especialmente durante os primeiros 1.000 dias. Outra abordagem consiste em tirar partido das forças de trabalho comunitárias existentes, como os agentes comunitários de saúde, e dos serviços, como os centros comunitários, para ajudar a identificar os beneficiários e a efetuar mudanças sociais e comportamentais (MSC). Ambas as estratégias podem desempenhar um papel importante na criação de espaço fiscal interno adicional para uma proteção social sensível à nutrição.

Há uma oportunidade para melhorar a sensibilidade à nutrição dos programas de assistência social e de transferências em gêneros em vários Estados-Membros. Os sistemas de proteção social dos Estados-Membros apresentam diferentes graus de maturidade e de capacidade para aplicar PPS sensíveis à nutrição. Enquanto a maior parte dos programas de proteção social sensíveis à nutrição se encontram na fase-piloto e enfrentam desafios para ganhar escala, os programas de proteção social nacionais de maior dimensão e mais maduros carecem de características sensíveis à nutrição⁸, em especial nos programas de transferência de dinheiro. As principais considerações incluem o ajustamento dos valores das transferências para ter em conta a inflação, o aperfeiçoamento dos mecanismos de seleção para abranger as mulheres grávidas e as crianças de forma mais abrangente, a exploração de potenciais ligações com os serviços básicos, a incorporação de estratégias de MSC para a nutrição e o reforço da capacidade de respostas escaláveis durante as crises. Estes objetivos não são frequentemente encontrados nos programas da Região. As razões para isso são diversas e incluem espaço fiscal limitado e ineficiências, como detalhado no parágrafo anterior, a fragmentação dos sistemas de proteção social, resultando em oportunidades perdidas ou duplicação de serviços, e um desafio significativo em colmatar a lacuna entre política e implementação. Este desafio é parcialmente atribuído a políticas que carecem de planos de implementação claros e a dificuldades em promover a colaboração multissetorial.

Além disso, existe a possibilidade de reforçar a capacidade de resposta dos programas de proteção social às questões de gênero para apoiar melhor as mulheres, um grupo nutricionalmente vulnerável. A proteção social sensível às questões de gênero garante que as raparigas e as mulheres tenham um acesso melhorado e equitativo a benefícios de proteção social eficazes e adequados, adaptados às suas necessidades práticas.⁹ Existem vários programas-piloto na região explicitamente concebidos com uma abordagem sensível ao gênero, incluindo-a nos objetivos, visando as mulheres prestadoras de cuidados e oferecendo às mulheres oportunidades de capacitação econômica associadas à assistência social.

Alguns programas demonstraram flexibilidade ao adaptarem-se aos choques através da expansão vertical e horizontal, embora isto não se verifique de forma consistente em toda a Região e seja uma área que poderia ser reforçada. Este é um aspecto importante do apoio às populações nutricionalmente vulneráveis no meio de crises cada vez mais frequentes. Em geral, a análise mostra que alguns programas de alimentação escolar incorporam componentes sensíveis à nutrição, no entanto, não há provas suficientes para avaliar a escala destes componentes integrados.

Em termos de acompanhamento e avaliação, a integração da nutrição e dos programas de ação social revela uma área de oportunidade: o uso e o compartilhamento de dados nutricionais podem reforçar os sistemas de alerta precoce e a orientação dos beneficiários. O Botswana e o Zimbabué são exemplos de Estados-Membros que aplicam estas práticas. Muitas políticas ainda não têm quadros de monitoramento e avaliação coesos, destacando a necessidade de uma melhor ligação entre os indicadores de nutrição e de proteção social. O Quadro Operacional Sensível à Nutrição do Malawi destaca-se como um modelo potencial para uma maior integração.

⁷ Ibid.

⁸ Sensível à nutrição significa abordar os fatores subjacentes à nutrição e ao desenvolvimento do feto e da criança. Por exemplo, conceber transferências sociais que visem populações vulneráveis do ponto de vista nutricional, como as mulheres grávidas ou lactantes e as crianças com menos de cinco anos, influenciar a composição da cesta básica ou garantir que as transferências monetárias sejam acompanhadas de alimentos nutritivos e a preços acessíveis disponíveis nos mercados locais, integrar intervenções nutricionais de apoio à saúde e à nutrição ou ligar os beneficiários a serviços de saúde e nutrição.

⁹ UNICEF (2020). *Proteção social sensível ao gênero e à idade: A Conceptual Framework*. Disponível on-line: https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/WP-10_Gender-Responsive-Age-Sensitive-Social-Protection.pdf. Acesso em: 21/02/2024

RECOMENDAÇÕES

1. Política

1. Estabelecer um melhor alinhamento entre as políticas de proteção social e de nutrição que promova a sinergia e a complementaridade.
2. Assegurar que as políticas de nutrição e proteção social incluem planos de implementação detalhados com metas, objetivos e responsabilidades claros, e responsabilização com prazos bem definidos.
3. Incorporar as populações vulneráveis do ponto de vista nutricional nas estratégias de gerenciamento das catástrofes, respondendo à necessidade de aumentar os serviços de nutrição durante os choques.

2. Governança:

1. Estabelecer plataformas de coordenação a nível nacional e local para os diferentes ministérios setoriais e forças de trabalho em matéria de proteção social/bem-estar social, saúde e nutrição e outros setores relevantes, a fim de apoiar as ligações entre sistemas e as ações coordenadas, reforçando a sensibilidade dos programas existentes à nutrição.

3. Financiamento:

1. Analisar as áreas que permitem ganhos de eficiência dentro de um espaço orçamental limitado, por exemplo, se for caso disso, explorando o uso de estruturas comunitárias existentes ou de plataformas digitais para a MSC e a ligação aos serviços básicos.
2. Explorar a APD para melhorar o gerenciamento das finanças públicas, promovendo o envolvimento coordenado com os governos responsáveis pelos sistemas de proteção social emergentes. Esta abordagem oferece um roteiro potencial para a transição de iniciativas lideradas pelos doadores para iniciativas lideradas pelos governos.
3. Incorporar mecanismos nos sistemas de finanças públicas que permitam o levantamento rápido de fundos para apoiar o aumento das transferências sociais sensíveis à nutrição, em resposta imediata a situações de emergência. O objetivo é prevenir a subnutrição durante as crises.

4. Programas:

1. Conceber programas de assistência social destinados a populações vulneráveis do ponto de vista nutricional, criando categorias específicas de elegibilidade para mulheres grávidas e crianças com menos de cinco anos e adotando abordagens que tenham em conta as questões de gênero. No caso dos programas existentes, isto poderia incluir a incorporação de "complementos" adicionais ou outras melhorias do programa especificamente concebidas para estes grupos-alvo.
2. Identificar pontos de entrada nos programas nacionais de assistência social para envolver os participantes na MSC nutricional para apoiar melhores práticas nutricionais (aplica-se a programas de transferência de dinheiro e programas de transferência de alimentos).
3. Identificar oportunidades para ligar os participantes em programas nacionais de assistência social a serviços de nutrição e outros, por exemplo, através de serviços integrados de gerenciamento de casos e outras formas de proteção social, como a segurança social, para apoiar um melhor uso dos serviços de saúde e outros.
4. Assegurar que as transferências em gêneros, ricas em nutrientes, sejam fornecidas em contextos com acesso limitado aos alimentos, utilizando alimentos fortificados ou opções culturalmente relevantes ricas em micronutrientes e proteínas.
5. Ajustar os valores das transferências monetárias para refletir o custo local dos alimentos ricos em nutrientes e assegurar atualizações regulares para manter o poder de compra no mínimo.
6. Desenvolver estratégias nacionais de nutrição escolar que incluam a alimentação escolar, a educação nutricional e a nutrição, bem como serviços de nutrição para crianças e adolescentes em idade escolar, e iniciativas políticas mais amplas para apoiar ambientes alimentares saudáveis.
7. Reforçar a orientação dos programas de ajuda às pessoas vulneráveis do ponto de vista nutricional, recorrendo mais aos dados recolhidos regularmente em matéria de nutrição e de vulnerabilidade, e melhorar os mecanismos de alerta rápido para os choques.

5. Controle e avaliação:

1. Integrar os indicadores de nutrição nos quadros de acompanhamento dos programas de assistência social, a fim de garantir que os indicadores de nutrição (especialmente os

relacionados com a alimentação) sejam acompanhados para identificar os progressos e informar as correções de rumo.

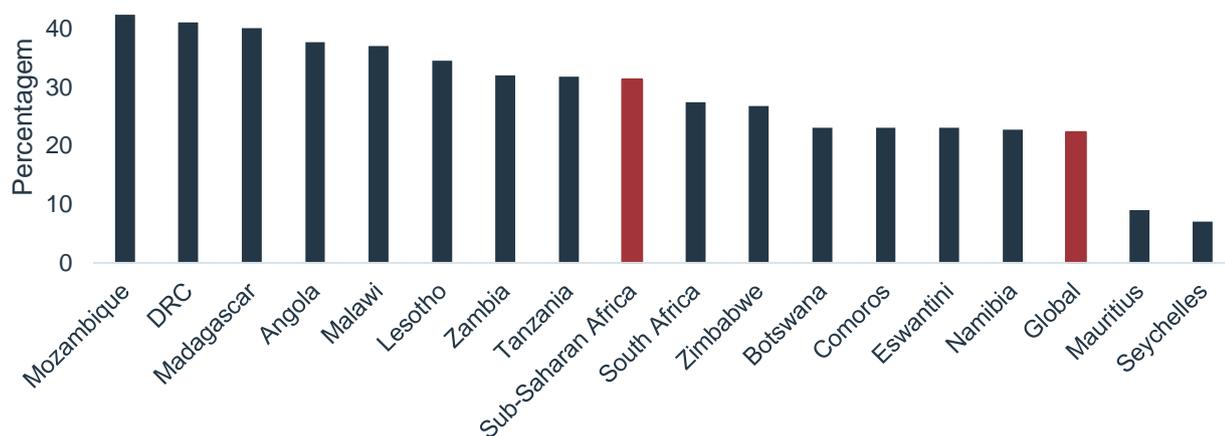
2. A investigação em matéria de proteção social sensível à nutrição deve ser considerada prioritária na região, com destaque para as avaliações de programas, para orientar os decisores políticos, os profissionais e os investigadores e para promover a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos entre os Estados-Membros.

Antecedentes

CONTEXTO NUTRICIONAL DA REGIÃO DA SADC

Na região da SADC, a subnutrição infantil é um desafio significativo com amplas implicações socioeconômicas. Cerca de 19 milhões de crianças com menos de cinco anos sofrem de atraso de crescimento, constituindo um terço de todos os casos na África.¹⁰ Entre os dezesseis Estados Membros, seis apresentam uma prevalência elevada de atraso de crescimento (20% a <30%), enquanto oito apresentam uma prevalência muito elevada ($\geq 30\%$), sendo que a maioria excede as médias global e subsaariana (Figura 1).¹¹ A emaciação infantil é também uma preocupação para seis Estados Membros da SADC - incluindo a RDC, Botswana, Namíbia, Zimbabué e Madagáscar - com uma prevalência superior a 5%.¹² Três quartos dos Estados Membros registram uma prevalência de anemia nas mulheres grávidas superior a 20%, um nível de preocupação de saúde pública de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS).¹³ Por último, o excesso de peso nas crianças com menos de cinco anos é uma preocupação crescente, com uma prevalência classificada como elevada em cinco Estados Membros, incluindo o Botswana, as Comores, as Maurícias, as Seicheles e a África do Sul.¹⁴ Consultar o [Anexo 1](#) para um quadro que detalha os principais resultados nutricionais por Estado-Membro.

Figura 1: Prevalência de atraso no crescimento nos Estados Membros da SADC em relação à África Subsaariana e às médias mundiais para o ano 2022



Os compromissos pan-africanos para combater a subnutrição, através de iniciativas como a Agenda 2063 da União Africana e o Ano da Nutrição da União Africana 2022, estão alinhados com a direção estratégica definida no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da SADC.¹⁵ Este fato reforça o compromisso da Região em aumentar os investimentos no combate à subnutrição. Em resposta a isto, alguns Estados-Membros estão agora implementando ativamente programas de proteção social (PPSs), com o objetivo de melhorar os resultados nutricionais para grupos de alto risco, incluindo mulheres grávidas, crianças com menos de cinco anos e alunos do ensino escolar, no entanto, permanecem muitas lacunas e oportunidades em toda a Região.

¹⁰ SADC (2022). *Programa de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade Regional: Relatório de Síntese*. Disponível em: <https://www.sadc.int/document/sadc-rvaa-synthesis-report-2022-eng>. Acesso: 06/10/2023

¹¹ Gráfico da Figura 1 criado pelos autores, dados dos Estados Membros de: SADC (2022). *Programa de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade Regional: Relatório de síntese*. e médias subsaariana e global de: UNICEF, OMS e Banco Mundial (2023). *Estimativas conjuntas de desnutrição infantil (global e regional)*. Disponível on-line: <https://data.unicef.org/wp-content/uploads/2019/04/Joint-Malnutrition-Estimates-Regional-and-Global-Estimates-May-2023.xlsx>. Acesso: 02/01/2024

¹² SADC (2022). *Programa de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade Regional: Relatório de Síntese*

¹³ Ibid.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ SADC. (2020). *Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da SADC (RISDP) 2020-2030*. Disponível on-line: https://www.sadc.int/sites/default/files/2021-08/RISDP_2020-2030.pdf. Acesso em: 29/01/2024

A nutrição materna e infantil é determinada por fatores imediatos, tais como uma alimentação e cuidados adequados e ricos em nutrientes.¹⁶ No entanto, são igualmente importantes os fatores determinantes subjacentes, incluindo o acesso a alimentos nutritivos, cuidados infantis e práticas alimentares ideais e acesso a serviços de nutrição, saúde e outros serviços de qualidade. Os principais fatores que facilitam estes fatores são os recursos domésticos suficientes e as normas sociais. Além disso, uma boa nutrição materna e infantil é possibilitada por uma governança de apoio sob a forma de ações políticas, financeiras, sociais e multissetoriais. O que se segue é uma visão geral de alto nível de alguns destes fatores na região da SADC.

Na ASS, apenas 23% das crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 23 meses satisfazem o requisito de diversidade alimentar mínima e menos da metade (44%) satisfaz a frequência mínima das refeições.¹⁷ Além disso, cerca de um terço dos agregados familiares na ASS têm acesso a instalações de saneamento básico e higiene, muito abaixo da média global (mais de 70%).¹⁸ A cobertura universal de saúde, abrangendo a saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil; doenças infecciosas; doenças não transmissíveis; e o acesso a serviços de saúde varia na região da SADC. Por exemplo, em Madagáscar (28%), Angola (40%), RDC (41%) e Tanzânia (43%), menos da metade da população tem acesso a esses serviços, enquanto nas Seicheles (71%), Namíbia (62%), Botswana (61%) e África do Sul (69%) essa percentagem é mais elevada.¹⁹

Apesar da melhoria da produção alimentar em alguns Estados Membros da SADC, mais de 55 milhões de pessoas na Região enfrentam uma insegurança alimentar persistente.²⁰ A maioria dos casos provém da RDC, da África do Sul, do Malawi, do Zimbabué, de Madagáscar e de Angola, representando 93% da insegurança alimentar da região.²¹ Os últimos anos revelam igualmente uma tendência crescente, nomeadamente no Malawi, Tanzânia, Zimbabué, Madagáscar, Zâmbia, Lesoto e África do Sul.²² Entre os fatores que contribuem para esta situação contam-se os efeitos económicos relacionados com a COVID-19, os conflitos em curso, o elevado desemprego, as disparidades de rendimentos, os choques, as crises humanitárias, os fracos sistemas de proteção social e o acesso limitado a serviços essenciais. Prevê-se que as questões relacionadas com o clima, como o El Niño, agravem a situação, exacerbando a pobreza, a insegurança alimentar crônica e dificultando as iniciativas regionais em matéria de nutrição.

A insegurança alimentar, a pobreza e a subnutrição estão intrinsecamente ligadas, sendo a subnutrição tanto um fator que contribui para a pobreza como uma consequência da mesma. A subnutrição está associada a um fraco desempenho escolar e a uma diminuição do potencial de rendimento, aumentando a probabilidade de pobreza futura.²³ Por outro lado, a pobreza contribui para a subnutrição, uma vez que os agregados familiares podem não dispor de recursos para uma alimentação suficiente, nutritiva, adequada à idade e higiênica. A nível mundial, um número alarmante de 356 milhões de crianças vive em situação de pobreza extrema, sobrevivendo com menos de 1,90 USD por dia, com a ASS suportando um fardo desproporcional, em que mais de 40% da população é constituída por crianças e em que se estima que cerca de 60% são pobres em várias dimensões.²⁴ É provável que a pandemia de COVID-19 tenha exacerbado estes números, em especial no que se refere à concentração da pobreza

¹⁶ UNICEF (2020). Quadro Conceptual da UNICEF. Disponível on-line: <https://www.unicef.org/documents/conceptual-framework-nutrition>. Acesso: 06/10/2023

¹⁷ A diversidade alimentar mínima é considerada como o consumo de alimentos e bebidas de pelo menos cinco dos oito grupos alimentares definidos e é um indicador da adequação dos micronutrientes na dieta. Dados de: UNICEF (2023). *O Estado das Crianças do Mundo 2023: Quadros estatísticos. Quadro 9: Nutrição, aleitamento materno e dietas*. Disponível on-line: <https://data.unicef.org/wp-content/uploads/2023/04/Table-9-Nutrition-Breastfeeding-Diets-SOWC2023.xlsx>. Acesso: 06/10/2023

¹⁸ UNICEF. (2022). *O Estado das Crianças do Mundo 2023: Quadros estatísticos. Quadro 14: WASH*. Disponível on-line: <https://data.unicef.org/wp-content/uploads/2023/04/Table-14-WASH-SOWC2023.xlsx>. Acesso: 06/10/2023

¹⁹ OMS (2019). *Cuidados de saúde primários no caminho para a cobertura universal de saúde*. Disponível on-line: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/344057/9789240004276-eng.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso: 06/10/2023

²⁰ Incluindo Angola, Botswana, RDC, Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué - os 12 Estados Membros que forneceram dados para o relatório seguinte: SADC (2022). *Relatório de síntese sobre o estado da segurança alimentar e nutricional e a vulnerabilidade na África Austral*. Disponível on-line: <https://reliefweb.int/attachments/b4f384ed-d676-4150-b0cd-9c488838002e/SADC%20RVAA%20Synthesis%20Report%202022%20-%20ENG.pdf>. Acesso: 06/10/2023

²¹ Ibid.

²² Ibid.

²³ R.E. Black, C.G. Victora, S.P. Walker et al. (2013). 'Maternal and child undernutrition and overweight in low-income and middle-income countries', *Lancet*, 382.

²⁴ OPHI e PNUD (2021). *Resumo regional do IPM da OPHI e do PNUD: África Subsaariana: Uma análise do grupo etário do IPM global de 2021*. Disponível on-line: <https://www.undp.org/publications/leaving-no-one-behind-briefs-regional-multidimensional-poverty-index>. Acesso: 18/04/2023

alimentar infantil grave que afeta cerca de 58 milhões de crianças com menos de 5 anos na ASS.²⁵ É importante notar que a ASS, juntamente com o Sul da Ásia, apresenta as taxas mais elevadas de atraso de crescimento e de emaciação a nível mundial.²⁶ Para demonstrar ainda mais a relação entre pobreza e subnutrição, os dados de inquéritos nacionais realizados desde 2000 revelam que a prevalência de atraso de crescimento pode ser até 2,5 vezes superior no quintil mais pobre dos agregados familiares em comparação com o quintil mais rico.²⁷ A figura 2 mostra claramente a relação entre a falta de acesso aos alimentos, a pobreza e a subnutrição, sublinhando a necessidade imperiosa de resolver estas questões através da melhoria dos rendimentos dos agregados familiares.²⁸

Figura 2 o ciclo intergeracional da subnutrição e da pobreza infantil

29



O CUSTO DA SUBNUTRIÇÃO

O atraso no crescimento e a emaciação estão intimamente ligados ao comprometimento do desenvolvimento do cérebro e têm implicações macroeconômicas negativas. Ambas podem impedir o crescimento cognitivo, os resultados escolares e a produtividade futura de uma criança,

influenciando, em última análise, o potencial de desenvolvimento e o progresso de uma nação. Os dados mostram que os efeitos duradouros do atraso no crescimento das crianças pequenas, em 95 países de baixo e médio rendimento, resultam numa redução do potencial de rendimento dos indivíduos e custam ao setor privado até 135,4 milhões de dólares por ano, o que equivale a 0,01 a 1,2% do PIB.³⁰ Este custo deve-se à redução da produtividade na idade adulta e à consequente perda de receitas anuais. Além disso, existe uma

²⁵ A pobreza alimentar infantil grave é definida como crianças com menos de 5 anos de idade que consumiram alimentos e bebidas de apenas zero, um ou dois de oito grupos alimentares definidos no dia anterior. Indicando uma diversidade alimentar inadequada, um indicador da qualidade da dieta. Os dados combinam a África Oriental e Austral, e a África Ocidental e Central. Fonte: UNICEF (2022). *Pobreza alimentar infantil: Uma crise nutricional na primeira infância*. Disponível on-line: <https://data.unicef.org/resources/child-food-poverty/>. Acesso em: 21/02/2024

²⁶ UNICEF/OMS/Banco Mundial (2023). *Estimativas conjuntas de desnutrição infantil (global e regional)*. Disponível on-line: https://data.unicef.org/wp-content/uploads/2019/04/JME_Country_Estimates_May_2023.xlsx. Acesso em: 21/02/2024

²⁷ R.E. Black, C.G. Victora, S.P. Walker et al. (2013). 'Desnutrição materna e infantil e excesso de peso em países de baixa e média renda'

²⁸ UNICEF (2024). *Criar sinergias entre a nutrição infantil e a proteção social para combater a subnutrição e a pobreza*

²⁹ Imagem extraída de: UNICEF (2024). *Criar sinergias entre a nutrição infantil e a proteção social para combater a desnutrição e a pobreza*

³⁰ N. Akseer, H. Tasic, M.N. Onah et al. (2022). "Custos econômicos do atraso de crescimento infantil para o setor privado em países de baixo e médio rendimento", *eClinicalMedicine*, 45.

relação bidirecional entre a prevalência do atraso de crescimento e o PIB per capita. Para os Estados-Membros da SADC, em geral, quanto maior for a prevalência do atraso de crescimento, menor será o PIB per capita do país em 2021, e vice-versa (Figura 3), embora existam valores anômalos.

Figura 3: Comparação da prevalência do atraso de crescimento com o PIB per capita numa escala logarítmica em 2021³¹



A PROTEÇÃO SOCIAL NUMA ABORDAGEM SISTÊMICA DA LUTA CONTRA A SUBNUTRIÇÃO

Tendo em conta estes desafios complexos, é essencial adotar uma abordagem sistêmica para abordar de forma abrangente o triplo fardo da subnutrição e facilitar intervenções eficazes.³²

Os setores sensíveis à nutrição, tais como a água, o saneamento e a higiene, a saúde, a segurança alimentar, a proteção social e a educação, abordam os fatores determinantes e subjacentes à subnutrição materna e infantil.³³ Os investimentos nestes setores são de extrema importância para erradicar a subnutrição, que é o resultado de múltiplas causas em vários setores da sociedade. O quadro 1 abaixo fornece uma explicação mais pormenorizada dos programas específicos e sensíveis à nutrição. Esta abordagem multisetorial da nutrição está a se tornando mais amplamente reconhecida. Por exemplo, o Quadro de Ação da SADC para Melhorar a Alimentação das Crianças na Região Sul, as Vias de Proteção Social para a Nutrição do Programa Alimentar Mundial (PAM), a Orientação Global da UNICEF sobre a criação de sinergias entre a nutrição e a proteção social, e a Estratégia Global de Nutrição da UNICEF 2020-2030, todos posicionam o sistema de proteção social como chave para uma mudança positiva.³⁴ Do mesmo modo, em associação com parceiros mundiais como a UNICEF e o PAM, o Instituto Internacional de Investigação sobre Políticas Alimentares e a Nutrition

³¹ O nosso mundo em dados (2021). *Percentagem de crianças com atraso de crescimento vs. PIB per capita 2021*. Dados da base de dados do IHME. Disponível on-line: <https://ourworldindata.org/grapher/stunting-ihme-vs-gdp?country=AGO~BWA~COM~COD~SWZ~LSO~MDG~MWI~MUS~MOZ~NAM~ZAF~TZA~ZWE~ZMB~SYC>. Acesso em: 29/09/2023

³² O triplo fardo da subnutrição refere-se ao peso insuficiente, à fome oculta (uma deficiência de micronutrientes) e ao excesso de peso. Estes três tipos de subnutrição coexistem frequentemente num mesmo país. Extraído de: UNICEF. (2020). *New insight: 21st century malnutrition*. Disponível em: <https://www.unicef.org/globalinsight/stories/new-insights-21st-century-malnutrition> Acesso em 03/02/2024.

³³ Data Dent. (2021). *Programas de proteção social sensíveis à nutrição: O quê, porquê e como podemos medi-los?* Disponível em: <https://datadent.org/2021/03/02/nutrition-sensitive-social-protection-programs-what-why-and-how-can-we-measure-them/>

³⁴ Secretariado da SADC (2022). *Quadro de ação para melhorar os regimes alimentares das crianças pequenas*. Disponível on-line: <https://www.sadc.int/document/action-framework-improve-diets-young-children>. Acesso: 04/02/2024 | WFP (2023). *Caminhos da Proteção Social para a Nutrição*. Disponível on-line: <https://www.wfp.org/publications/social-protection-pathways-nutrition>. Acesso em: 21/02/2024 | UNICEF. (2023). *Estratégia da UNICEF para a Nutrição 2020-2030*. Disponível on-line: <https://www.unicef.org/media/92031/file/UNICEF%20Nutrition%20Strategy%202020-2030.pdf>. Acesso em: 03/02/2024 | UNICEF (2024). *Criar sinergias entre a nutrição infantil e a proteção social para combater a desnutrição e a pobreza*.

International efetuaram uma análise exaustiva das provas.³⁵ A análise incide sobre o impacto e as boas práticas nacionais decorrentes do uso dos PPS para melhorar a nutrição e os fatores e percursos intermediários, como a melhoria dos regimes alimentares e o uso dos serviços de saúde locais, que podem contribuir para melhores resultados nutricionais.

Tabela 1: Definição de programas e intervenções sensíveis à nutrição vs. específicos da nutrição³⁶

Intervenções específicas no domínio da nutrição	Intervenções sensíveis à nutrição
<ul style="list-style-type: none"> • Abordar os fatores determinantes imediatos da nutrição e do desenvolvimento do feto e da criança (ou seja, ingestão de alimentos e nutrientes, práticas de alimentação e de prestação de cuidados e doenças infecciosas) 	<ul style="list-style-type: none"> • Abordar os fatores subjacentes à nutrição e ao desenvolvimento do feto e da criança • Pode servir de plataforma para a realização de intervenções específicas no domínio da nutrição
<ul style="list-style-type: none"> • Exemplos de intervenções incluem, mas não se limitam a: <ul style="list-style-type: none"> ○ Saúde e nutrição dos adolescentes, preconcepção e materna ○ Aleitamento materno e alimentação complementar ○ Tratamento da desnutrição aguda grave ○ Suplemento de micronutrientes ○ Fortificação ○ Prevenção e gerenciamento de doenças ○ Diversificação dos regimes alimentares ○ Comunicação sobre mudança de comportamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Exemplos de intervenções incluem, mas não se limitam a: <ul style="list-style-type: none"> ○ Agricultura e segurança alimentar ○ Redes de segurança social ○ Desenvolvimento infantil precoce ○ Empoderamento das mulheres ○ Proteção das crianças ○ LAVAGEM ○ Serviços de saúde e de planeamento familiar

Em 2020, apenas 46,9% da população mundial estava efetivamente coberta por pelo menos uma prestação de proteção social, enquanto os restantes 53,1% - cerca de 4,1 mil milhões de pessoas - estavam totalmente desprotegidas.³⁷ O investimento insuficiente em sistemas de proteção social, especialmente em partes da África, do Oriente Médio e da Ásia, conduziu a deficiências notáveis em termos de cobertura, abrangência e adequação.³⁸ Como mostra a Figura 4, isto inclui níveis relativamente e absolutamente baixos de cobertura entre crianças e mães com recém-nascidos. Em média, os países afetam 12,9% do seu PIB à proteção social; mas este valor médio esconde disparidades significativas.³⁹ A pandemia da COVID-19 revelou uma desigualdade enraizada e deficiências notáveis na extensão, abrangência e suficiência da cobertura da proteção social em muitos países. Nomeadamente, dados recentes de 45 países envolvidos na análise do orçamento de 2019 encomendada pelo Secretariado do Movimento SUN (abrangendo o período 2015-2019) indicam que a maior parte das despesas relacionadas com a nutrição, aproximadamente 69%, tem origem em outros setores que não o da saúde, com a proteção social contribuindo com a maior parte, 33%.⁴⁰

³⁵ D. Olney, A. Gelli, & A. Go (2022). *Understanding how social assistance programs work to improve women's and children's diet and nutrition outcomes (Compreender como os programas de assistência social funcionam para melhorar a dieta e os resultados nutricionais das mulheres e das crianças)*. (Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares).

³⁶ Adaptado de: M. Ruel & H. Alderman (2013). "Intervenções e programas sensíveis à nutrição: como podem ajudar a acelerar o progresso na melhoria da nutrição materna e infantil?", *Lancet*, 382 (9891).

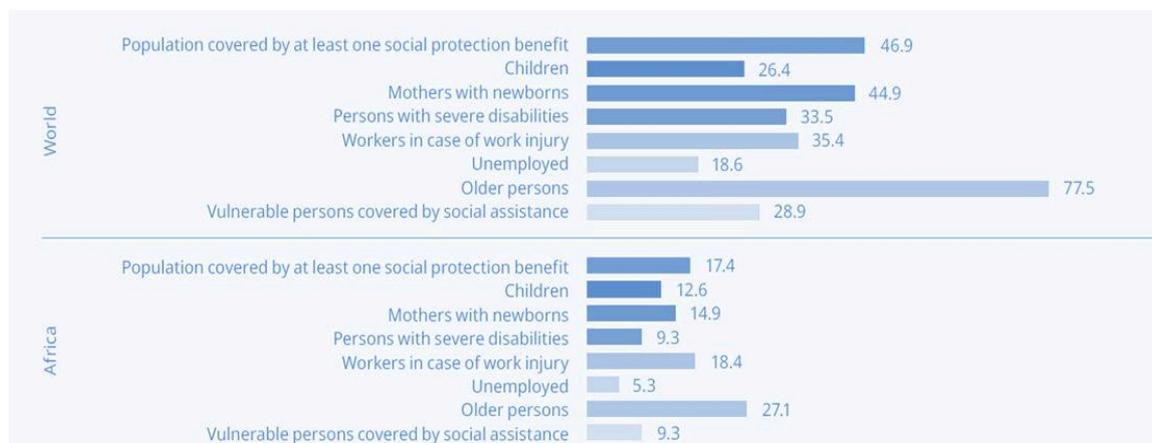
³⁷ OIT. (2022). *Relatório sobre Proteção Social 2020-22: Relatório regional de acompanhamento para África*. Disponível on-line: https://www.ilo.org/secsoc/information-resources/publications-and-tools/books-and-reports/WCMS_849597/lang-en/index.htm. Acesso em: 29/09/2023

³⁸ OIT. (2022). *Relatório sobre Proteção Social 2020-22: Relatório regional de acompanhamento para África*.

³⁹ Ibid.

⁴⁰ Graça Machel Trust (2020) *Segundo Relatório Regional de Análise do Orçamento da Nutrição centrado em 8 países do Leste e do Sul*. Disponível em: <https://gracamacheltrust.org/wp-content/uploads/2020/12/SECOND-ESA-NATIONAL-BUDGET-COMMITMENT-TO-NUTRITION.pdf>. Acesso em: 29/09/2023

Figura 4: Cobertura efetiva da proteção social, estimativas globais e regionais, por grupo populacional, 2020 ou último ano disponível ⁴¹



PONTOS DE ENTRADA PARA TORNAR A PROTEÇÃO SOCIAL MAIS SENSÍVEL À NUTRIÇÃO
A proteção social pode desempenhar um papel central nas estratégias multissetoriais de combate à desnutrição e nas consequentes intervenções sensíveis à nutrição.⁴² Existem vários

pontos de entrada para capitalizar as sinergias entre a proteção social e a nutrição.⁴³ Em primeiro lugar, a concepção de transferências sociais implica visar populações vulneráveis do ponto de vista nutricional, como as mulheres grávidas ou lactantes e as crianças com menos de cinco anos. Estas transferências devem ser suficientes e regulares, permitindo a compra de dietas seguras, nutritivas e adequadas. Para garantir a eficácia destas transferências, é necessário adotar medidas para melhorar o acesso a alimentos nutritivos. Para o efeito, é possível influenciar a composição da cesta básica ou garantir que as transferências monetárias sejam acompanhadas de alimentos nutritivos e a preços acessíveis disponíveis nos mercados locais.⁴⁴ Para além disso, a integração de intervenções nutricionais de MSC para os participantes é fundamental. Isto garante que a transferência social não só fornece apoio financeiro, mas também promove melhores práticas de nutrição na comunidade. A abordagem holística estende-se à ligação dos beneficiários a serviços que apoiam a nutrição infantil no âmbito do sistema de saúde, bem como a outros sistemas críticos como a água e o saneamento, e a educação. Além disso, a proteção social deve ir além das necessidades nutricionais imediatas. É importante ligar os participantes a serviços que abordem os fatores subjacentes à subnutrição de uma forma sustentável. Por exemplo, a integração de programas agrícolas sensíveis à nutrição pode contribuir para o acesso a longo prazo a alimentos nutritivos. Simultaneamente, facilitar o apoio ao emprego através de leis e políticas laborais favoráveis promove comportamentos nutricionais positivos, como a amamentação no local de trabalho. Este último aspecto ultrapassa o âmbito do presente relatório. A Figura 5 descreve as vias de impacto entre a proteção social e a melhoria da nutrição materna e infantil através de alguns destes pontos de entrada.

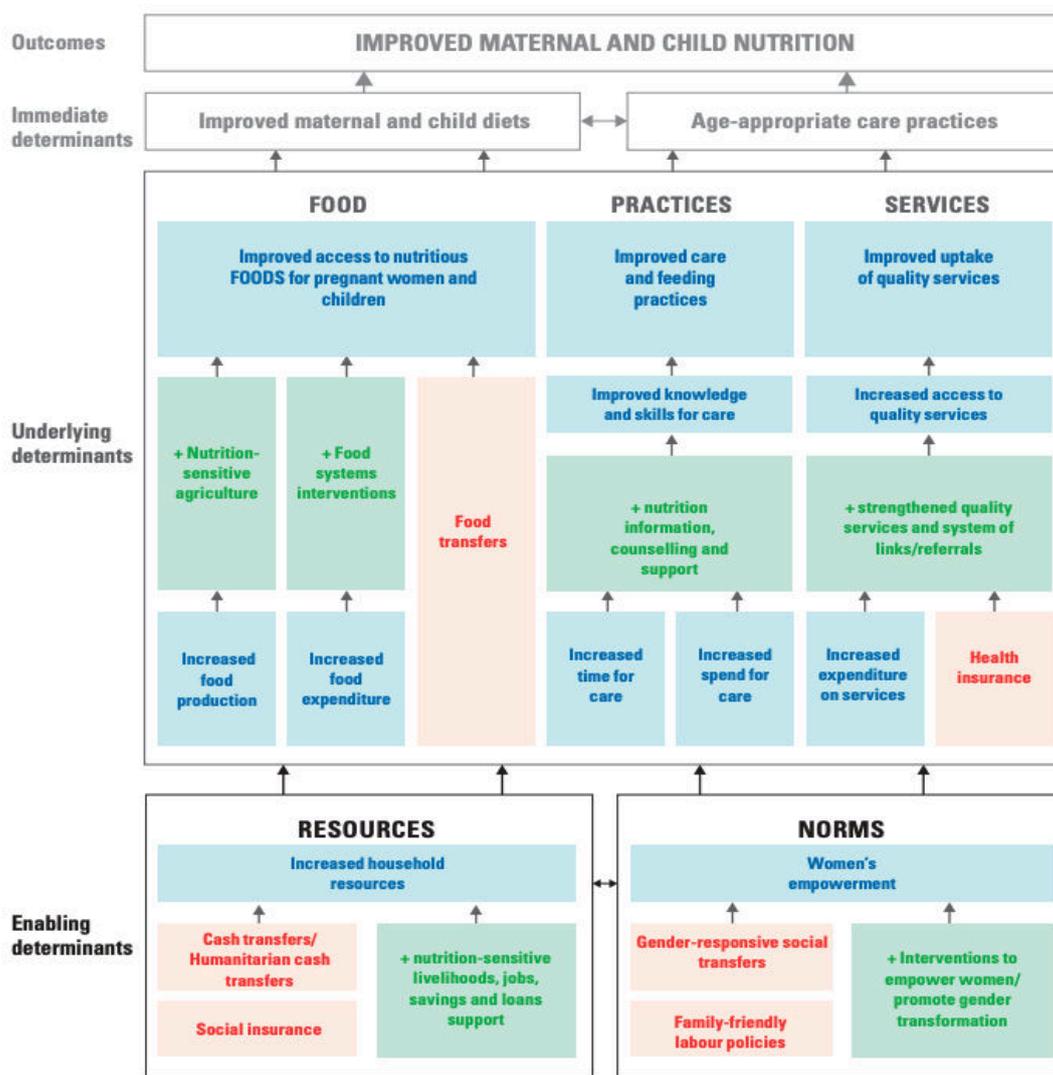
⁴¹ OIT. (2022). *Relatório sobre Proteção Social 2020-22: Relatório regional de acompanhamento para África*.

⁴² Ibid.

⁴³ UNICEF (2024). *Criar sinergias entre a nutrição infantil e a proteção social para combater a subnutrição e a pobreza*.

⁴⁴ D.K. Olney, A. Gelli, N. Kumar et al. (2021). *Programas de proteção social sensíveis à nutrição nos sistemas alimentares*. (FAO e IFPRI: Washington DC). Disponível on-line: <https://doi.org/10.2499/p15738coll2.134593>. Acesso: 05/01/2024

Figura 5: Proteção social e via de impacto da nutrição ⁴⁵



Os programas de alimentação escolar são reconhecidos como uma forma de benefício de proteção social em espécie, com o potencial de serem sensíveis à nutrição. ⁴⁶ Tal como as transferências sociais, existem pontos de entrada essenciais para melhorar a sensibilidade nutricional dos programas de alimentação escolar. Em primeiro lugar, estes programas podem ser estrategicamente concebidos para visar os alunos mais vulneráveis do ponto de vista nutricional, fornecendo-lhes refeições nutricionalmente densas e diversificadas. A qualidade nutricional das refeições pode ser melhorada através da incorporação de alimentos fortificados e do uso de hortas escolares para aumentar a diversidade alimentar. Além disso, estes programas podem incluir educação nutricional tanto para as crianças como para os seus pais, juntamente com o acesso a serviços de nutrição, saúde, água e saneamento, incluindo a suplementação com ácido fólico e vitamina A, e programas de vermifugação. ⁴⁷ Além disso, estes programas podem servir como um mecanismo para apoiar o acesso sustentável a alimentos locais, oferecendo assim benefícios mais alargados aos produtores locais. Por último, a adaptabilidade destes programas é demonstrada através da integração de elementos que respondem a choques. ⁴⁸ Por exemplo, durante o encerramento das escolas em resposta a

⁴⁵ UNICEF (2024). Criar sinergias entre a nutrição infantil e a proteção social para combater a subnutrição e a pobreza.

⁴⁶ UNESCO. (2020). Reforçar a saúde e a nutrição escolares eficazes. Uma parceria para alunos saudáveis e futuros mais brilhantes. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/g4001/file/Partnership-for-Stepping-up-effective-SHN.pdf> Acesso: 02/02/2024

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ Instituto de Investigação de Políticas Económicas (2021). O papel da segurança alimentar e da proteção social sensível à nutrição na redução da divisão entre a ajuda humanitária e o desenvolvimento na região da África do Sul. Disponível on-line: https://executiveboard.wfp.org/document_download/WFP-0000129017. Acesso: 04/02/2024

situações de emergência, estes programas podem passar a fornecer rações para levar para casa, demonstrando a sua flexibilidade na resposta a desafios imprevistos. São implementadas várias concepções de programas de alimentação escolar em toda a região da SADC; no entanto, com algumas exceções notáveis, existem muitas oportunidades por satisfazer para melhorar a sensibilidade e a cobertura nutricional em muitas destas iniciativas.

A IMPORTÂNCIA DE UMA PROTEÇÃO SOCIAL QUE TENHA EM CONTA AS QUESTÕES DE GÊNERO

É fundamental que os programas de proteção social sensíveis à nutrição sejam sensíveis às questões de gênero. Isto significa que devem abordar explicitamente as necessidades específicas das raparigas e das mulheres, com o objetivo de combater as causas da desigualdade entre os gêneros e, assim, promover o empoderamento feminino.⁴⁹ Isto pode implicar a realização de transferências sociais diretamente para as mulheres ou o apoio à sua participação na força de trabalho, salvaguardando simultaneamente a sua saúde e nutrição durante a gravidez e as responsabilidades de cuidar dos filhos.⁵⁰ Uma vez que as mulheres afetam normalmente uma parte significativa dos seus rendimentos às suas famílias, o reforço do empoderamento das mulheres é visto como uma via para melhorar o nível de vida das famílias, incluindo melhorias na nutrição.⁵¹ No entanto, nos países africanos, a desigualdade e a iniquidade de gênero continuam a existir. Por exemplo, no setor agrícola, que é o principal motor econômico, as mulheres possuem apenas 12% das terras agrícolas, apesar de constituírem quase metade da força de trabalho agrícola do continente.⁵² Além disso, existe uma lacuna de gênero financeira significativa no continente, com 70% das mulheres sofrendo de exclusão financeira.⁵³ Em 2018, as mulheres, em média, passaram quatro vezes mais tempo do que os homens em cuidados não remunerados e responsabilidades domésticas, incluindo tarefas como a educação dos filhos, cuidar de familiares doentes ou idosos e supervisionar as tarefas domésticas. Em alguns países africanos, os quadros legais designam o marido como chefe de família, detendo o papel de proprietário de bens e propriedades, incluindo terras agrícolas.⁵⁴ Além disso, as normas e preconceitos sociais relativos ao acesso aos mercados, ao financiamento e à formação constituem obstáculos ao empreendedorismo das mulheres.⁵⁵ Em termos de transferências sociais, na ausência de considerações sensíveis ao gênero, podem surgir consequências indesejadas.⁵⁶ Por exemplo, o processo de coleta das transferências monetárias pode impor às mulheres uma carga de tempo adicional e aumentar o risco de violência durante o transporte. As mulheres podem ser excluídas involuntariamente dos pagamentos móveis em dinheiro se não possuem ou não tiverem acesso a celulares ou contas bancárias móveis.

Até à data, não foi realizada uma análise dos PPSs e dos seus sistemas de governança nos Estados Membros da SADC, com um enfoque específico na sua sensibilidade à nutrição. Este estudo procura abordar esta questão, explorando as lacunas e oportunidades de políticas e programas para uma proteção social sensível à nutrição na Região da SADC, a fim de promover melhores resultados nutricionais para os membros mais vulneráveis da população, especificamente mulheres e crianças. A análise enfatiza a importância das abordagens sensíveis ao gênero na concepção de programas de proteção social sensíveis à nutrição, reconhecendo os Estados Membros que avançaram para a adoção de tais estratégias. Além disso, esta análise alinha-se com a Visão 2050 da SADC, que está empenhada em alavancar áreas de excelência em toda a Região e em implementar prioridades para alcançar um desenvolvimento socioeconômico sustentável e inclusivo.⁵⁷ Os objetivos específicos do estudo são delineados na seção seguinte.

⁴⁹ UNICEF (2024). *Criar sinergias entre a nutrição infantil e a proteção social para combater a desnutrição e a pobreza*. | C. Perera, S. Bakrania, A. Ipince et al. (2022). 'Impact of social protection on gender equality in low- and middle-income countries: A systematic review of reviews', *Campbell Systematic Reviews*, 18(2).

⁵⁰ UNICEF (2024). *Criar sinergias entre a nutrição infantil e a proteção social para combater a subnutrição e a pobreza*.

⁵¹ D.A. Amugsi, A. Lartey, E. Kimani-Murage, et al. (2016). Women's participation in household decision-making and higher dietary diversity: findings from nationally representative data from Ghana", *Journal of Health, Population and Nutrition*, 35 (16). | S. Durao, M.E. Visser, V. Ramokolo, et al. (2020). 'Community-level interventions for improving access to food in low- and middle-income countries', *Cochrane Database Systematic Reviews*, 7(7). | J. Yoong, L. Rabinovich, & S. Diepeveen (2012). The impact of economic resource transfers to women versus men: A systematic review. Disponível on-line: <https://eppi.ioe.ac.uk/cms/Portals/o/PDF%20reviews%20and%20summaries/Economic%20transfers%202012Yoong.pdf?ver=2012-01-13-101615-493>. Acesso em: 21/02/2024

⁵² OCDE (2021). *Índice de Instituições Sociais e Gênero: Relatório Regional para África 2021*. (OCDE: Paris, França).

⁵³ Ibid.

⁵⁴ Ibid.

⁵⁵ Ibid.

⁵⁶ UNICEF (2024). *Criar sinergias entre a nutrição infantil e a proteção social para combater a subnutrição e a pobreza*.

⁵⁷ SADC. (2020). *Visão 2020 da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral*. Disponível on-line em:

https://www.sadc.int/sites/default/files/2021-08/SADC_Vision_2050..pdf. Acesso: 30/01/2024.

Finalidade e objetivos

O objetivo principal desta análise era obter uma compreensão completa da proteção social sensível à nutrição na região da SADC e identificar programas de assistência social com impacto ou promissores que são dirigidos especificamente a grupos nutricionalmente vulneráveis.

OBJETIVOS

1. Fornecer uma visão geral do estado das políticas e programas de proteção social sensíveis à nutrição na Região da SADC em termos de política, governança, financiamento, programas e monitoramento e avaliação.
2. Identificar os indicadores de nutrição materno-infantil com maior impacto positivo e/ou programas de assistência social promissores que atingem grupos nutricionalmente vulneráveis em toda a Região da SADC, com enfoque nas abordagens inclusivas e sensíveis ao gênero, e no ambiente de governança de apoio em que foram incorporados.
3. Identificar inovações na concepção, implementação e monitoramento de PPS sensíveis à nutrição na região da SADC.
4. Determinar as opções viáveis para a expansão e a divulgação, a fim de melhorar a concepção e a implementação de políticas e programas, integrando nas políticas e nos programas intervenções específicas e sensíveis à nutrição.

Metodologia

FASE 1: PESQUISA BIBLIOGRÁFICA DOCUMENTAL

Os consultores realizaram uma análise de escopo abrangendo tanto a literatura revista pelos pares como a literatura cinzenta, empregando metodologias sistemáticas e intencionais. Esta combinação foi deliberadamente escolhida para mapear eficazmente as percepções de ambas as fontes, fornecendo uma compreensão completa da paisagem atual da proteção social sensível à nutrição na Região da SADC, para abordar os objetivos 1 a 3. A pergunta de investigação que orientou este processo foi: "Qual é a situação atual da proteção social e das políticas e programas de proteção social sensíveis à nutrição na Região da SADC, incluindo o seu impacto nos resultados nutricionais e nas vias principais para a nutrição, particularmente entre os grupos vulneráveis (mulheres/mães, bebês, adolescentes e crianças), juntamente com a sua concepção e governança?"

Para mais pormenores sobre a estratégia de pesquisa e os termos usados, consultar o [Anexo 2](#). É importante notar que a maioria das conclusões referidas no presente relatório provém de avaliações de programas, documentos políticos e outra literatura fornecida por informantes-chave.

FASE 2: ENTREVISTAS COM INFORMANTES-CHAVE

Os informantes chave (ICs) foram selecionados usando uma amostragem intencional e de bola de neve. As entrevistas foram realizadas usando um guia de entrevista pré-especificado ([Anexo 3](#)) e foram conduzidas por pessoas com experiência de trabalho ou conhecimento de programas de proteção social e/ou nutrição na região da SADC. As entrevistas foram semiestruturadas.⁵⁸ O propósito era apoiar os objetivos 1 a 4.

Os consultores efetuaram 36 entrevistas com informantes-chave (EIC), usando o inglês ou o francês, conforme o caso. No quadro 2 é apresentado um resumo específico das funções (a lista completa consta do [Anexo 4](#)). As EICs foram efetuadas com representantes de todos os Estados-Membros.

⁵⁸ Este método permite a adaptabilidade durante as entrevistas, permitindo a exploração de ideias inesperadas ou o exame aprofundado de áreas específicas. As entrevistas semiestruturadas são adaptadas ao contexto do participante, promovendo respostas mais ricas e abrangentes. Este formato também encoraja perguntas abertas, contribuindo para dados qualitativos mais matizados e pormenorizados.

Tablea 2: Resumo das entrevistas com informantes-chave

Tipo de informante-chave	Número de entrevistas efetuadas
Regional/Geral	7
Representantes governamentais de países específicos	14 ⁵⁹
Parceiros de desenvolvimento específicos do país	15

FASE 3: ANÁLISE

Após a fase de coleta de dados, a informação obtida a partir da revisão da literatura documental e das EICs foi sujeita a uma análise temática dedutiva e indutiva. Este processo analítico facilitou a identificação de tendências regionais, que serviram de base para o desenvolvimento de recomendações detalhadas nos capítulos seguintes, bem como para a conclusão do estudo. Com base nas percepções das EICs e nos resultados da análise de escopo, os consultores identificaram oito estudos de caso (dois dos quais com referências cruzadas a relatórios externos), para apoiar o objetivo 2. A seleção e avaliação destes estudos de caso seguiram as orientações apresentadas no Quadro 3.

Tabela 3: Avaliação do estudo de caso de proteção social sensível à nutrição

Componente	Questões relacionadas
Finalidade e objetivos	A finalidade e os objetivos indicam explicitamente objetivos relacionados com a nutrição?
População-alvo	A política ou o programa visa populações vulneráveis do ponto de vista nutricional? (mulheres, bebês, crianças, adolescentes, pessoas que cuidam de bebês ou crianças)
Modo de entrega	O programa de proteção social é fornecido através de dinheiro, cash plus, ou em espécie? Envolve abordagens multisetoriais ou ligações a intervenções complementares?
Via de impacto	A política ou programa produz resultados através de uma das vias de impacto descritas no quadro conceitual detalhado na secção 2.1, como por exemplo <ol style="list-style-type: none"> 1. melhoria da diversidade alimentar e/ou do consumo alimentar de todos os membros do agregado familiar; 2. melhoria das práticas de cuidados e de alimentação dos grupos nutricionalmente vulneráveis (como as mulheres, os bebês e as crianças de tenra idade); 3. melhoria do acesso e do uso dos serviços de saúde e de saneamento por parte dos grupos nutricionalmente vulneráveis; e 4. fontes sustentáveis de alimentos e de rendimento das famílias.
Provas de impacto	Os quadros de monitoramento, avaliação, responsabilização e aprendizagem incorporam elementos relacionados com a nutrição? Existem provas do impacto sobre os resultados da nutrição, como a emaciação, o atraso de crescimento ou a anemia? Em alternativa, existem provas de resultados intermediários, tais como o empoderamento das mulheres, a água, o saneamento e as práticas de

⁵⁹ Os pontos focais governamentais da Tanzânia e de Angola não responderam ao convite para entrevista.

higiene, as práticas de saúde materna e infantil, a diversidade alimentar, a amamentação ou as práticas de alimentação/cuidados?

A seção seguinte apresenta uma panorâmica dos resultados, começando com uma *síntese regional*, seguida de *perfis nacionais* e concluindo com *recomendações*. Os estudos de caso estão integrados nas seções pertinentes.

Resultados e discussão

Síntese regional

Para serem eficazes e sensíveis à nutrição, os programas de ação social, com um impacto na promoção de melhores resultados nutricionais, necessitam de componentes como a colaboração entre várias agências, estruturas de governança multissetoriais, financiamento suficiente e uma programação bem estruturada. Estes esforços devem ser apoiados por um controle e uma avaliação adequados. Embora haja potencial para melhorias, vários Estados Membros fornecem exemplos notáveis de práticas bem sucedidas. A presente síntese regional analisa cada uma das áreas-chave da política, da governança, do financiamento, do programa e do acompanhamento e avaliação, uma vez que estas são componentes críticas e potenciais pontos de entrada para tornar as políticas e os programas mais sensíveis à nutrição.

Política e governança

O apoio político à proteção social sensível à nutrição varia entre os Estados Membros na região da SADC, com cada país em diferentes fases de desenvolvimento e implementação.⁶⁰ As políticas desempenham um papel fundamental na orientação e modelação da implementação das intervenções. Elas fornecem um quadro estruturado, atribuindo recursos, estabelecendo padrões e delineando papéis para os intervenientes através da definição ou codificação das prioridades do governo. As políticas facilitam a responsabilização através de mecanismos de controle e avaliação. Além disso, podem abordar questões de equidade, promover a adaptabilidade a circunstâncias em mudança e gerenciar riscos potenciais associados às intervenções. Embora a proteção social e a nutrição figurem de forma proeminente nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento de muitos Estados Membros,⁶¹ a referência cruzada⁶² entre as respectivas políticas carece por vezes de complementaridade. Por outras palavras, embora se mencione o outro setor, o alinhamento das prioridades políticas nestes domínios não é suficientemente pormenorizado ou, em alguns casos, nem sequer é mencionado. Nomeadamente, no âmbito das políticas de proteção social,⁶³ as menções à nutrição concentram-se frequentemente na proteção social como meio de abordar a desnutrição ou a insegurança alimentar e podem não fazer referência específica à qualidade da dieta, à nutrição materna e infantil ou a outras vias de impacto sensíveis à nutrição.

As melhores práticas em políticas, particularmente no domínio da saúde, mas aplicáveis a várias áreas de desenvolvimento, envolvem metas, objetivos e planos de implementação bem definidos, acompanhados de calendários claros.⁶⁴ No entanto, apesar das menções ou referências cruzadas à nutrição e à proteção social nas políticas de cada um, há uma ausência notável de planos de ação explícitos e implementáveis. Por exemplo, se uma política menciona a entrega de MSC a todos os beneficiários de um subsídio de transferência de dinheiro, pode omitir a especificação de quem será responsável pela entrega desta informação e em que pontos de contato específicos. Essencialmente, faltam muitas vezes pormenores práticos de implementação, incluindo prazos. Apesar desta observação, é de salientar que pelo menos dois Estados-Membros desenvolveram com sucesso políticas de proteção social explicitamente sensíveis à nutrição, delineando os principais pontos de entrada para melhorar a sensibilidade nutricional dos PPSs existentes (Caixa 1).

⁶⁰ No presente documento, o termo "política" é usado para englobar políticas, diretrizes e estratégias por uma questão de simplicidade.

⁶¹ Estados-Membros com proteção social e/ou nutrição como prioridades nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento: Angola, Botswana, Comores, RDC, Eswatini, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabué.

⁶² Estados-Membros que fazem referência cruzada à nutrição e à proteção social nas respectivas políticas, excluindo os que têm políticas ainda em fase de projeto: RDC, Comores, Lesoto, Madagáscar e Zimbabué.

⁶³ Políticas de proteção social dos Estados-Membros que podem ter como objetivo combater a subnutrição, mas não especificam vias de impacto sensíveis à nutrição: Angola, Comores, Eswatini, Madagáscar, Namíbia, Seicheles.

⁶⁴ J. Lane, G. Andrews, E. Orange et al. (2020). 'Strengthening health policy development and management systems in low- and middle-income countries: South Africa's approach', Health Policy, 1.

CAIXA 3: POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL DA ZÂMBIA E DO MALAWI SENSÍVEIS À NUTRIÇÃO

A Zâmbia, com as suas Diretrizes de Proteção Social Sensíveis à Nutrição,⁶⁵ e o Malawi, com o seu Quadro Operacional Sensível à Nutrição,⁶⁶ são países da região da SADC que integraram estes setores numa única política.

Antecedentes

O Ministério do Desenvolvimento Comunitário e dos Serviços Sociais da Zâmbia publicou as Diretrizes de Proteção Social Sensíveis à Nutrição em 2022. A partir de 2017, a iniciativa começou com o Grupo de Trabalho Técnico sobre Nutrição e Proteção Social, reunindo-se trimestralmente para gerar materiais educacionais e orientações práticas para a implementação de PPSs sensíveis à nutrição.⁶⁷ Em 2021, isto evoluiu para o desenvolvimento de diretrizes concebidas para ir além dos programas específicos do ministério, abrangendo o sistema de proteção social mais amplo, o que resultou na publicação oficial das diretrizes em 2022.

O Quadro Operacional do Malawi foi desenvolvido em 2023 e está atualmente sendo validado. O quadro é uma iniciativa empreendida pelo Departamento de Nutrição Familiar, VIH e SIDA do Ministério da Saúde e pela Divisão de Redução da Pobreza e Proteção Social do Ministério das Finanças e dos Assuntos Econômicos.⁶⁸ Fornece um quadro de ações para criar ligações entre diferentes plataformas no sistema nacional de proteção social e serviços de nutrição no âmbito do sistema de saúde para apoiar a prestação de um pacote abrangente de serviços aos mais vulneráveis do ponto de vista nutricional.

Abordagem

O objetivo das orientações da Zâmbia é aumentar o impacto dos PPSs na redução da desnutrição, contribuindo para a segurança alimentar e melhorando os meios de subsistência das populações vulneráveis.⁶⁹ A elaboração destas diretrizes envolveu uma análise exaustiva das provas disponíveis, inspirando-se no Brasil e na sua abordagem bem sucedida para combater a desnutrição, dando prioridade às medidas de proteção social.⁷⁰ As diretrizes estabelecem princípios abrangentes para melhorar a sensibilidade da proteção social à nutrição, incluindo a orientação para populações nutricionalmente vulneráveis e o reforço das ligações com os serviços de saúde e saneamento. Além disso, fornece ações detalhadas e práticas que podem ser implementadas em cada um dos programas de assistência social e obras públicas da Zâmbia para melhorar a sua sensibilidade à nutrição.

71

O Quadro Operacional do Malawi concentra-se em garantir que os beneficiários do programa nacional de transferência de dinheiro social e do programa de obras públicas acessem uma série de serviços prestados através de diferentes plataformas que têm potencial para melhorar os resultados nutricionais nos seus agregados familiares. Estes são delineados em quatro objetivos relacionados com a melhoria da orientação de ambos os programas para os mais vulneráveis do ponto de vista nutricional, e com a melhoria do acesso dos participantes na proteção social à nutrição da MSC, serviços de nutrição para o tratamento e prevenção da emaciação infantil, e uma série de outros serviços sensíveis à nutrição.

Governança e ambiente político

O ambiente de governança e a abordagem multissetorial da luta contra a subnutrição desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento das políticas do Malawi e da Zâmbia.

No Malawi, foi criado um grupo de trabalho composto por intervenientes relevantes de diferentes ministérios, departamentos e agências, copresidido pelo Departamento de Nutrição e pela Divisão de Redução da Pobreza e Proteção Social, para supervisionar o desenvolvimento do quadro.⁷² Ao mesmo tempo que se desenvolvia o

⁶⁵ Ministério do Desenvolvimento Comunitário e dos Serviços Sociais (MCDSS) (2022). *Orientações para uma proteção social sensível à nutrição* (MCDSS: Lusaka, Zâmbia).

⁶⁶ Em fase de aprovação, ainda não disponível publicamente.

⁶⁷ Entrevista com informante-chave.

⁶⁸ Entrevista com informante-chave.

⁶⁹ Ministério do Desenvolvimento Comunitário e dos Serviços Sociais (MCDSS) (2022). *Diretrizes de Proteção Social Sensível à Nutrição*

⁷⁰ Entrevista com informante-chave.

⁷¹ Ministério do Desenvolvimento Comunitário e dos Serviços Sociais (MCDSS) (2022). *Diretrizes de Proteção Social Sensível à Nutrição*

⁷² Entrevista com informante-chave.

quadro operacional, foram criadas ligações entre a política de nutrição atualizada e a política de proteção social, a fim de criar um ambiente propício à adoção do quadro operacional.

Do mesmo modo, na Zâmbia, o Grupo de Trabalho Técnico intersectorial sobre Nutrição e Proteção Social desempenhou um papel importante na facilitação do desenvolvimento das orientações.⁷³

Lições aprendidas

Na Zâmbia, o início do programa dos 1000 dias precedeu a formulação de um quadro global, ao passo que no Malawi, o quadro foi estabelecido primeiro e está atualmente numa fase-piloto. Isto mostra que qualquer uma das abordagens é possível e que:

1. Um quadro ou política nacional é eficaz quando os setores da nutrição e da proteção social se reúnem para o desenvolver - dando uma oportunidade aos intervenientes de aprenderem sobre os sistemas uns dos outros e de se reunirem para identificar oportunidades de sinergia.
2. Um quadro ou política nacional comum pode ajudar, adotando uma visão mais ampla e abrangente das possíveis ligações entre sistemas.
3. Quer ocorra antes ou depois de um programa conjunto de proteção social sensível à nutrição, uma política ou um quadro pode funcionar como um facilitador para mais ações conjuntas no futuro.
4. Os quadros e as políticas não devem ser considerados fixos, devendo ser regularmente atualizados para ter em conta a aprendizagem operacional.

Em muitos Estados-Membros, os organismos multissetoriais ou os grupos de trabalho técnicos reúnem-se para discutir os PPS, incluindo a alimentação escolar. Estes grupos reúnem os ministérios responsáveis pela supervisão da proteção social e da nutrição.⁷⁴ No entanto, os principais informantes e as diretrizes relevantes afirmam que a eficácia destes mecanismos é maximizada quando são estabelecidas estruturas de governança que abrangem todos os níveis, desde o nacional ao distrital ou comunitário.⁷⁵ Além disso, é importante ter um gabinete de coordenação ou liderança de alto nível, como o do Primeiro-Ministro, que possa reforçar a responsabilidade entre os ministérios.⁷⁶

Financiamento

Uma afetação e execução orçamentais adequadas e coerentes são essenciais para a implementação eficaz e o impacto sustentado dos PPS sensíveis à nutrição. Em média, os países africanos atribuem menos de 4% do seu PIB à proteção social⁷⁷, muito abaixo da média mundial.⁷⁸ Isto realça a importância de enfrentar o desafio do investimento limitado nos sistemas de proteção social. O investimento relativamente modesto na proteção social na África é atribuído a restrições fiscais, restringindo a capacidade do governo de atribuir fundos substanciais.⁷⁹ O investimento limitado na proteção social contribui para uma cobertura e âmbito inadequados dos programas, enfatizando a necessidade de uma atribuição estratégica e eficiente de recursos. O panorama do financiamento dos PPS na região da SADC apresenta uma grande variação, com dotações estimadas que vão de 0,2% do PIB em Madagáscar em 2020 a 7% do PIB no Lesoto em 2022 ([Anexo 5](#)).

Os PPS são financiados através de uma combinação de finanças públicas e de ajuda pública ao desenvolvimento (APD).⁸⁰ Países como a Zâmbia, a África do Sul, o Botswana e a Namíbia exemplificam um modelo em que o governo financia predominantemente os seus PPS.⁸¹ No entanto, persistem desafios,

⁷³ Entrevista com informante-chave.

⁷⁴ Os Estados-Membros com organismos multissetoriais são identificados através de entrevistas com informantes-chave e/ou políticas. É de notar que podem existir grupos adicionais nos Estados-Membros que não tenham sido identificados. Além disso, alguns países concentram-se exclusivamente nos programas de alimentação escolar e não numa assistência/proteção social mais vasta. Os países incluem Angola, Botswana (incerto), Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Moçambique, África do Sul, Zâmbia e Zimbabué

⁷⁵ Sublinhado durante as entrevistas com informantes-chave e na UNICEF (2024). *Criar sinergias entre a nutrição infantil e a proteção social para combater a desnutrição e a pobreza*

⁷⁶ Entrevistas com informantes-chave.

⁷⁷ Isto inclui a proteção social contributiva e não contributiva, que é mais vasta do que o âmbito da presente análise.

⁷⁸ OIT (2021). *Estratégia Regional de Proteção Social para África, 2021-2025: Towards 40% - a social protection coverage acceleration framework to achieve the SDGs*. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---africa/---ro-abidjan/documents/publication/wcms_828423.pdf. Acesso: 15/01/2024

⁷⁹ Ibid

⁸⁰ A análise baseia-se em países com resumos orçamentais da Proteção Social da UNICEF

⁸¹ UNICEF, Development Pathways e República do Botswana. (2023). *Social Protection Fiscal Space and Funding Gap Analysis in Botswana*. Disponível em:

nomeadamente questões relacionadas com a eficácia dos programas, como as fugas e a fragmentação, que conduzem a sobreposições e duplicações, bem como a erros de exclusão e de inclusão.⁸² Existe uma dependência significativa da APD em países como o Malawi, onde a maioria do financiamento provém de entidades como o Banco Mundial, e na República Unida da Tanzânia (Continente), onde aproximadamente 89% do financiamento da assistência e do bem-estar social provém de parceiros de desenvolvimento.⁸³ Esta dependência do financiamento externo pode estar associada a uma margem de manobra orçamental limitada, decorrente das restrições dos orçamentos nacionais⁸⁴ e de prioridades concorrentes, que dificultam a capacidade dos governos para financiarem adequadamente os PPS. Embora a APD desempenhe um papel crucial no apoio aos PPS nestes países, uma dependência excessiva das fontes de financiamento externas pode ameaçar a sua sustentabilidade a longo prazo devido à volatilidade inerente a esses fluxos financeiros ao longo do tempo.

O espaço orçamental para a proteção social e outras áreas de desenvolvimento pode provir tanto da APD como das receitas internas, como já foi referido. No entanto, os ganhos de eficiência também têm o potencial de criar espaço fiscal interno adicional (Figura 6).⁸⁵ Essencialmente, isto envolve maximizar os resultados e o impacto do sistema com determinados fatores de produção.⁸⁶ Os ganhos de eficiência na proteção social sensível à nutrição podem envolver estratégias como a orientação para os mais vulneráveis do ponto de vista nutricional, particularmente durante os primeiros 1.000 dias, desde a concepção até os dois anos de idade. Além disso, a exploração de modalidades alternativas de prestação de serviços, tais como o aproveitamento das redes de MSC existentes, como os trabalhadores comunitários de saúde⁸⁷ ou a transição para modalidades de alimentação escolar cultivadas em casa,⁸⁸ pode ajudar a aumentar o espaço fiscal disponível para esses programas. No entanto, é fundamental ter em conta os compromissos associados a estas mudanças. Isto inclui ter em conta as consequências indesejadas para os idosos, se forem despriorizadas, ou a imposição de encargos adicionais às forças de trabalho comunitárias já sobrecarregadas com tempo e responsabilidades. A resolução do problema do subfinanciamento e a obtenção de ganhos de eficiência em função do contexto permitirão aos governos aumentarem a eficácia destes programas, tornando-os mais reativos à evolução das necessidades das populações, bem como a choques imprevistos como a pandemia de COVID-19.

https://www.google.com/url?q=https://drive.google.com/file/d/198lkvna3t4UFpeoTew5sCazoedGfnTOT/view?usp%3Ddrive_link&sa=D&source=docs&ust=1706873065306912&usq=AOvVaw3b1rVMicJ-nPJbcCr3knnj. Acesso: 15/01/2024 | UNICEF & The Republic of Namibia. (2023). *Resumo do Orçamento da Namíbia - Proteção Social*. Disponível em:

<https://www.unicef.org/esa/media/13011/file/Namibia-Social-Protection-Budget-Brief-2023-24.pdf> | UNICEF (2020). *Resumo do orçamento da proteção social África do Sul*. Disponível on-line: <https://www.unicef.org/esa/media/7286/file/UNICEF-South-Africa-2020-Social-Protection-Budget-Brief.pdf>. Acesso: 18/01/2024 | UNICEF (2022). *Resumo do orçamento da proteção social*. Disponível on-line: <https://www.unicef.org/esa/media/11351/file/UNICEF-Zambia-Social-Protection-Budget-Brief-2022.pdf/>. Acesso: 18/01/2024

⁸² Ibid

⁸³ UNICEF (2023). *Resumo do Orçamento da Proteção Social 2023/24 - Construir um Sistema de Proteção Social sensível a choques face a choques frequentes*. Disponível em: <https://www.unicef.org/esa/media/12931/file/UNICEF-Malawi-Social-Protection-Budget-Brief-2023-2004.pdf> | UNICEF (2022). *Documento sobre o Orçamento - Proteção Social e Bem-Estar (SP&W)*. Disponível em: [https://www.unicef.org/esa/media/11556/file/UNICEF%20Tanzania%20\(Mainland\)%20Social%20Protection%20Brief%202022.pdf](https://www.unicef.org/esa/media/11556/file/UNICEF%20Tanzania%20(Mainland)%20Social%20Protection%20Brief%202022.pdf). Acedido: 15/01/2024. Acesso em: 15/01/2024

⁸⁴ Os custos do serviço da dívida dos países subsaarianos duplicaram nos últimos 10 anos, segundo o FMI (2023). *Como evitar uma crise da dívida na África Subsaariana*. Disponível on-line: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2023/09/26/cf-how-to-avoid-a-debt-crisis-in-sub-saharan-africa>. Acesso: 01/02/2024

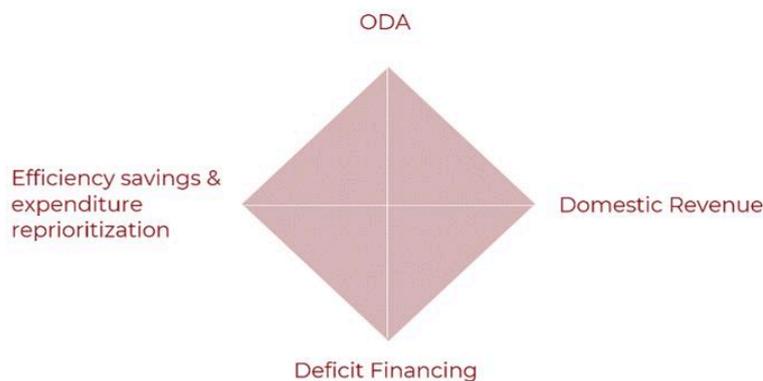
⁸⁵ H. Barroy, S. Sparkes, & El. Dale (2018). "Can low- and middle-income countries increase domestic fiscal space for health: A mixed-methods approach to assess possible sources of expansion", *Health Systems & Reform*, 4(3).

⁸⁶ Ibid.

⁸⁷ Os agentes comunitários de saúde ministram normalmente educação sanitária e outras atividades de MSC nas comunidades.

⁸⁸ As iniciativas de alimentação escolar cultivada em casa incluem elementos essenciais de fornecimento de alimentos seguros, diversificados e nutritivos que são obtidos localmente de pequenos agricultores. Mais informações podem ser encontradas aqui: FAO (2018). *Alimentação Escolar Cultivada em Casa: Resource Framework*. Disponível on-line: <https://www.fao.org/3/I8724EN/i8724en.pdf>. Acesso em: 22/02/2024

Figura 6: Fontes de espaço orçamental para os PPS



Programas

Os sistemas de proteção social entre os Estados Membros da SADC exibem diferentes graus de maturidade, impactando a sua capacidade de implementar PPSs sensíveis à nutrição (Tabela 3). Por exemplo, Angola iniciou a sua primeira transferência de dinheiro em 2019 e estabeleceu a sua política de proteção social inaugural em 2021, o que significa a fase nascente do seu sistema de proteção social, particularmente para a assistência social. Por outro lado, o subsídio de apoio à criança da África do Sul, lançado em 1998, reflete um sistema de proteção social mais maduro. O reconhecimento destas características fornece um quadro para identificar as abordagens mais adequadas no contexto de cada Estado-Membro, com base nos respectivos níveis de maturidade.

Tabela 4: Classificações da maturidade do sistema de proteção social⁸⁹

Maturidade do sistema	Nascente	Fragmentado	Integrado/Maduro	Resistente a choques	Adaptativo
Características do sistema	<ul style="list-style-type: none"> Política estabelecida. A arquitetura do sistema central e os mecanismos de entrega estão sendo desenvolvidos. Baixa cobertura de pessoas e riscos. 	<ul style="list-style-type: none"> Os programas são ad hoc, desenvolvidos em resposta a crises e não como parte de um plano global de gerenciamento de riscos. Cobertura insuficiente Programas isolados e fragmentados gerenciados por vários ministérios. Falta de coordenação entre os ministérios, no interior dos ministérios, nos sistemas de informação e nas bases de dados. Falta de um 	<ul style="list-style-type: none"> Sistemas abrangentes que cobrem os riscos de forma holística e desenvolvidos a partir da política nacional. Existem mecanismos e plataformas de coordenação. Financiamento seguro: previsto no processo orçamental anual. 	<ul style="list-style-type: none"> O sistema de proteção social de rotina é capaz de manter a sua funcionalidade essencial face aos choques. O sistema é baseado no risco. Existe um financiamento de contingência para expansões verticais e horizontais dos sistemas de rotina. 	<ul style="list-style-type: none"> Os programas de inclusão econômica e de graduação são integrados nos PPSs de rotina para reforçar a resistência dos agregados familiares pobres e vulneráveis aos impactos de grandes choques covariados.

⁸⁹ Adaptado de: USAID (2023). *Proteção Social - Guia de Concepção de Atividades da Estratégia Global de Segurança Alimentar do Governo dos EUA*. Disponível em: https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PA00ZW24.pdf Acesso: 02/02/2024.

		sistema unificado de seleção de alvos.			
--	--	--	--	--	--

A incorporação da sensibilidade à nutrição na assistência social está ainda em uma fase inicial na Região, com a maioria dos programas atualmente na fase piloto e os programas nacionais de maior dimensão a apresentarem oportunidades significativas de melhoria. Apesar da implementação generalizada de programas de transferência de dinheiro por muitos Estados-Membros, estes carecem frequentemente de características sensíveis às crianças ou à nutrição, tais como abordagens direcionadas ou integração intencional com outros serviços. Nomeadamente, alguns Estados-Membros gerem programas de transferências monetárias dirigidos aos agregados familiares sem ajustamento em função do número de crianças, e a seleção ou inclusão intencional de mulheres grávidas é limitada, não respondendo assim plenamente às necessidades das pessoas mais vulneráveis do ponto de vista nutricional.⁹⁰ Além disso, os valores das transferências monetárias são sistematicamente destacados pela falta de ajustamento à inflação, o que os torna insuficientes para pagar alimentos nutritivos.⁹¹ Além disso, há pouca informação disponível sobre se os valores das transferências monetárias são informados por ferramentas como as cestas de despesas mínimas estabelecidas ou por Fill the Nutrient Gap, que têm em conta as necessidades nutricionais específicas do contexto e os bens essenciais.⁹²

Para além da ênfase colocada na orientação para grupos nutricionalmente vulneráveis nos programas de proteção social, os indicadores de nutrição e os dados recolhidos regularmente podem contribuir para aperfeiçoar as estratégias de orientação. Estes dados podem servir como contributos valiosos, particularmente no contexto de sistemas de alerta precoce. A Caixa 4 descreve essas práticas em Botswana e no Zimbabué, ilustrando a forma como estes países utilizam eficazmente os dados recolhidos regularmente para orientar os seus programas para zonas com casos crescentes de subnutrição.

Os programas de proteção social podem ser mais sensíveis à nutrição se incorporarem aspectos de sensibilidade ao gênero. Isto significa que abordam explicitamente as necessidades específicas das raparigas e das mulheres, com o objetivo de combater as causas da desigualdade de gênero, promovendo assim o empoderamento feminino. Embora isto não seja muito comum na Região, alguns Estados Membros estão testando programas mais sensíveis ao gênero. Por exemplo, o programa-piloto 1.000 Dias de Transferência Social de Dinheiro da Zâmbia visa os agregados familiares com mulheres grávidas, amamentando ou cuidando de crianças e capacita as raparigas e mulheres adolescentes através de intervenções de subsistência. Além disso, o Projeto Valor Criança de Angola visava reduzir a disparidade entre os sexos no que respeita à pobreza e capacitar as mulheres para as decisões relativas ao agregado familiar e aos cuidados infantis, visando as mulheres prestadoras de cuidados, identificando-as como uma via de impacto fundamental na teoria da mudança e prestando apoio à capacitação econômica através da literacia financeira.

Existem lacunas evidentes na melhoria das ligações com os serviços de saúde e nutrição e na prestação de MSC, duas oportunidades para aumentar a sensibilidade à nutrição dos programas de proteção social, representando oportunidades de eficiência para aumentar o espaço fiscal para a prestação destes programas. Embora alguns Estados-Membros estejam trabalhando ativamente para criar ligações sem descontinuidades com os serviços de saúde e nutrição, por exemplo através da criação de pontos de acesso centralizados para os serviços sociais, muitos destes esforços estão atualmente associados a programas-piloto.⁹³ Além disso, há oportunidades perdidas ao proporcionar aos beneficiários de transferências monetárias MSC para cuidados infantis, alimentação e outros aspectos de uma boa nutrição. A utilização das estruturas existentes, como os

⁹⁰ Estados-Membros com transferências de dinheiro que não dependem do número de crianças no agregado familiar ou que apresentam uma orientação sensível à nutrição: Angola, Malawi (em processo de mudança para uma orientação mais sensível às crianças), Moçambique, Zimbabué.

⁹¹ F.Hajdu, S. Granlund, D. Neves, et al. (2020). "Transferências monetárias para meios de subsistência rurais sustentáveis? Examining the long-term productive effects of the Child Support Grant in South Africa", *World Development Perspectives*, 19. | H. Nyamukapa (2016). 'Cash transfers and early childhood care and education in Zimbabwe: A critical inquiry to discourse, theory and practice', *South African Journal of Childhood Education*, 6(2). | W. Chikoko, K. Nyabeze, K. Zvokuomba et al. (2021). 'The Harmonised Social Cash Transfer Programme in Zimbabwe: Achievements and Challenges', *Journal of Economics and Behavioral Studies*, 13(5).

⁹² Mais informações sobre estas ferramentas podem ser encontradas aqui: P. G. Baizan & N. Klein (2019). *Ferramentas práticas de apoio à tomada de decisões sobre o cabaz mínimo de despesas (CMD)*. Disponível on-line: https://fscluster.org/sites/default/files/documents/mebcapv4_o.pdf | WFP (2023). *Preencher a lacuna de nutrientes*. Disponível em linha: <https://www.wfp.org/publications/food-nutrient-gap>. Acesso em: 21/02/2024

⁹³ Os Estados-Membros incluem o Programa de Alimentação de Grupos Vulneráveis de Botswana, o projeto-piloto de Subsídio para Crianças 0-2 de Moçambique, o projeto-piloto Stawisha Maisha da Tanzânia, o projeto-piloto de Transferência Social de Dinheiro de 1.000 dias da Zâmbia e o projeto-piloto de Transferência de Dinheiro de Emergência do Zimbabué.

agentes comunitários de saúde ou recursos semelhantes, constituiria um meio adicional de melhorar a eficácia da execução destes programas. Madagascar e Moçambique dão exemplos de como a MSC para a nutrição infantil pode ser prestada através de sistemas baseados na comunidade (Caixa 2).

A maturidade de um sistema de proteção social é crucial para compreender a sua capacidade de integrar componentes sensíveis à nutrição. Os sistemas em desenvolvimento dependem geralmente de forças de trabalho ou estruturas baseadas na comunidade para identificar os beneficiários e processar os pagamentos, enquanto os sistemas bem estabelecidos utilizam frequentemente plataformas digitais e dinheiro móvel. Em ambos os cenários, existem oportunidades para integrar a MSC e estabelecer ligações com os serviços. No entanto, ambos os tipos de sistemas mostram uma utilização limitada destes pontos de entrada de custo relativamente baixo.

CAIXA 4: A PRESTAÇÃO DE MSC PARA A NUTRIÇÃO INFANTIL EM MADAGÁSCAR E MOÇAMBIQUE

A prestação de MSC para a nutrição infantil aos beneficiários através de forças de trabalho baseadas na comunidade, nomeadamente tirando partido das redes comunitárias existentes, constitui uma estratégia rentável e sustentável para complementar as transferências de dinheiro.

Antecedentes e abordagem

A iniciativa Madagascar Parent Leader, lançada pelo Fundo de Intervenção para o Desenvolvimento (*Fonds d'Intervention pour le Développement- (FID)*)⁹⁴ e pelo Ministério da População e da Solidariedade (MoPS) com financiamento do Banco Mundial,⁹⁵ utiliza 'Líderes Parentais' baseados na comunidade para prestar MSC. O FID supervisiona a implementação, enquanto o MoPS monitora os indicadores de bem-estar e proteção das crianças. Desde então, a UNICEF aprovou esta abordagem, apoiando programas como o programa-piloto de transferência de dinheiro Zara Mira para crianças (0-15 anos) e mulheres grávidas em Madagascar.⁹⁶ Os Líderes dos Pais ministram MSC para a nutrição infantil aos beneficiários de transferências de dinheiro, complementados por Jovens Voluntários Comunitários que divulgam a conscientização sobre vários tópicos, incluindo a nutrição.⁹⁷ O modelo de formação em cascata implica que a UNICEF dê formação ao FID, que por sua vez dá formação aos líderes parentais. São concedidas bolsas para garantir um compromisso contínuo.⁹⁸

Em Moçambique, o programa-piloto do Subsídio à Criança, que visa o nascimento até os 2 anos de idade, integrado no Programa de Subsídio Social Básico (uma iniciativa de transferência incondicional de dinheiro) pelo Ministério do Género, Criança e Ação Social (MGCAS), está atualmente sendo ampliado a nível nacional.⁹⁹ O projeto-piloto, financiado pelo Programa Conjunto das Nações Unidas para a Proteção Social e com o apoio técnico do grupo de trabalho técnico liderado pelo MGCAS em colaboração com o UNICEF, envolve mulheres voluntárias de assistência social (as "Permanentes" do Instituto Nacional de Ação Social (INAS) de Moçambique).¹⁰⁰ Formadas por profissionais de saúde, estas voluntárias transmitem mensagens simplificadas sobre nutrição, saúde, higiene e desenvolvimento da primeira infância.¹⁰¹ Os INAS Permanentes recebem apoio sob a forma de um livro que contém imagens, mensagens chave de educação nutricional e orientação para a distribuição.¹⁰²

Impacto

Embora a avaliação do impacto do programa de Madagascar esteja atualmente a ser revista, não houve um acompanhamento específico ou a disponibilidade de indicadores de impacto específicos para a avaliação orientada da abordagem dos Líderes dos Pais.¹⁰³ O impacto da componente de MSC do programa de Moçambique não foi isolado, mas todo o programa mostra um impacto positivo em quase todos os indicadores

⁹⁴ A FID é uma associação privada composta pelo Estado, organizações da sociedade civil, parceiros de desenvolvimento e beneficiários. Para mais informações, consultar: <https://www.fid.mg/presentation/>

⁹⁵ Entrevista com informante-chave.

⁹⁶ FID e UNICEF (2024). *Atribuição do subsídio universal para crianças e igualdade de oportunidades "Zara Mira"*, (FID e UNICEF: Madagascar).

⁹⁷ Ibid

⁹⁸ Entrevista com informante-chave.

⁹⁹ Entrevista com informante-chave.

¹⁰⁰ UNICEF (2022). *O Programa Bolsa Criança 0-2 em Moçambique*. Disponível on-line:

<https://www.unicef.org/mozambique/media/5006/file/Case%20Study:%20The%20Child%20Grant%20-%20Programme%20in%20Mozambique.pdf>.

¹⁰¹ Ibid.

¹⁰² Ibid.

¹⁰³ Entrevista com informante-chave.

de diversidade alimentar e de alimentação de bebês e crianças pequenas (IYCF), incluindo a diversidade alimentar mínima e o número de refeições.¹⁰⁴

Inovações e boas práticas

A eficácia da "educação pelos pares" reside na sua abordagem direcionada - sensibilização de grupos demográficos específicos através do envolvimento de indivíduos da mesma comunidade.¹⁰⁵ Por exemplo, quando o objetivo é ensinar os jovens, o recurso a pares desse grupo etário revela-se mais eficaz. Do mesmo modo, quando o objetivo é sensibilizar os homens/pais das comunidades, é mais provável que o recurso a pares do mesmo sexo e grupo etário seja eficaz.¹⁰⁶ Esta abordagem não é apenas estratégica, mas também promove um sentimento de identificação, uma vez que estes indivíduos estão intrinsecamente integrados na comunidade. Embora a participação voluntária seja comum, há casos em que os membros da comunidade nomeiam ativamente indivíduos com influência e confiança na comunidade.¹⁰⁷ Esta abordagem dupla, que incorpora tanto a participação voluntária como o apoio da comunidade, assegura um conjunto diversificado de líderes que podem efetivamente defender a causa com o apoio e a confiança da comunidade que servem. Quanto aos jovens voluntários, são selecionados após terem completado um determinado nível de ensino, o que contribui para uma maior sensibilização da comunidade, dada a sua maior literacia em comparação com os adultos.¹⁰⁸

Lições aprendidas

As principais lições na implementação da MSC destacam o uso da força de trabalho da proteção social ou da nutrição com base na presença e capacidade da comunidade. A MSC deve ser estrategicamente implementada em múltiplos pontos de entrada dentro da proteção social, tais como dias de pagamento em dinheiro e consultas comunitárias. Uma estratégia de MSC multifacetada deve ser implementada ao longo do ano, para além da simples transmissão de mensagens, usando particularmente plataformas como os programas de transferência de dinheiro e, potencialmente, os meios de comunicação social. É importante salientar que o foco da MSC deve estar alinhado com o foco das transferências sociais, garantindo uma abordagem mais coordenada e com maior impacto na comunidade.

Embora os elementos sensíveis à nutrição não estejam amplamente integrados nos programas de transferência de dinheiro, a sua inclusão nos programas de alimentação escolar é mais frequente, embora com variações entre os Estados-Membros. Os principais informadores descreveram a educação nutricional como sendo normalmente ministrada através dos currículos escolares, e os serviços adicionais relacionados com a saúde e a nutrição são frequentemente prestados em conjunto com os programas de saúde escolar. No entanto, as avaliações indicam que a educação nutricional pode não ser efetuada de forma consistente.¹⁰⁹ Os programas de alimentação escolar do Lesoto e da Namíbia são exemplos de programas implementados a nível nacional e dirigidos pelo governo que incorporam uma governança multisetorial e outras componentes sensíveis à nutrição (Caixa 3).

CAIXA 5: PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO LESOTO E DA NAMÍBIA

Os programas de alimentação escolar no Lesoto e na Namíbia são exemplos notáveis liderados pelo governo, aproveitando as principais estruturas e políticas de governança para integrar eficazmente componentes sensíveis à nutrição.

Antecedentes

Na Namíbia, o programa de alimentação escolar estende a sua cobertura a todos os alunos do 0.º ao 12.º ano das escolas públicas, independentemente do seu estatuto socioeconómico.¹¹⁰ Os dados mais recentes indicam

¹⁰⁴ UNICEF (2022). *O Programa Bolsa Criança 0-2 em Moçambique*.

¹⁰⁵ Entrevista com informante-chave.

¹⁰⁶ Entrevista com informante-chave.

¹⁰⁷ Entrevista com informante-chave.

¹⁰⁸ Entrevista com informante-chave.

¹⁰⁹ Departamento de Educação Básica (2016). *Relatório de Avaliação da Implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar*. Disponível on-line:

https://www.education.gov.za/Portals/0/Documents/Publications/NSNP%20Documents/1.%20NSNP_report%20final_17092016.pdf?ver=2018-11-09-083250-753. Acesso em: 28/11/2023

¹¹⁰ Ministério da Educação, Artes e Cultura (2019). *Política de Alimentação Escolar da Namíbia 2019*. Disponível on-line:

<https://www.nafsan.org/wp-content/uploads/2020/04/2019-School-Feeding-Policy-PRINT-2019.pdf>. Acesso: 01/02/2024

que cerca de 70% dos alunos matriculados nas escolas primárias beneficiam do programa.¹¹¹ Entretanto, no Lesoto, o programa abrange todos os alunos do ensino primário, sendo a segunda maior iniciativa de proteção social no país.¹¹² Dados recentes revelam que 100% das crianças matriculadas no ensino primário (313 461 crianças em 2020) e 92% das crianças matriculadas no ensino pré-escolar (50 000 em 2020) recebem refeições.¹¹³

Abordagem

No Lesoto e na Namíbia, as refeições escolares são preparadas com produtos fortificados, especificamente grãos ou cereais, e óleo enriquecido com micronutrientes essenciais como ferro, iodo, zinco e ácido fólico.¹¹⁴ Ambos os programas de alimentação escolar demonstram capacidade de resposta a choques, como evidenciado pela sua adaptação ao fornecimento de rações para levar para casa durante a pandemia da COVID-19.¹¹⁵ No Lesoto, o programa de saúde escolar complementa o programa de alimentação escolar com atividades sensíveis à nutrição, incluindo medições de altura e peso, vermifugação e educação nutricional.¹¹⁶ Do mesmo modo, na Namíbia, o programa de alimentação escolar é complementado com educação nutricional, iniciativas de vermifugação e intervenções no domínio da água, do saneamento e da higiene.¹¹⁷ Não estão atualmente disponíveis avaliações formais do impacto destes programas na nutrição ou na saúde.

Governança e ambiente político

Na Namíbia, o Ministério da Educação, das Artes e da Cultura dirige a implementação do programa de alimentação escolar, orientado pela política de alimentação escolar da Namíbia de 2019.¹¹⁸ As Direções Regionais de Educação são atribuídas responsabilidades específicas, estabelecendo uma estrutura descentralizada.¹¹⁹ Além disso, os Grupos de Coordenação Técnica de Alimentação Escolar multissetoriais fornecem orientações técnicas sobre a implementação, sendo o feedback destas reuniões fornecido ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, ao Grupo de Trabalho de Saúde Escolar e à Aliança da Namíbia para uma Melhor Nutrição.¹²⁰

Do mesmo modo, o Ministério da Educação do Lesoto supervisiona o programa de alimentação escolar, coordenando-o através de equipes de trabalho intersetoriais para a alimentação escolar a nível central e distrital, que colaboram no gerenciamento da iniciativa.¹²¹ A nível comunitário, os Comitês de Alimentação Escolar asseguram a inclusão de chefes comunitários que servem de pontos de entrada essenciais para as comunidades. Além disso, após o desenvolvimento da Estratégia 2023, o Lesoto criou um conselho consultivo composto por altos funcionários do governo para melhorar a implementação e a governança do programa de alimentação escolar.¹²² Este conselho desempenha um papel fundamental para garantir que o programa tenha acesso adequado ao financiamento público.¹²³

Lições aprendidas

Tanto a Namíbia como o Lesoto adotaram uma estrutura de governança descentralizada para o gerenciamento dos seus programas de alimentação escolar. Esta abordagem facilita respostas rápidas aos desafios e mudanças emergentes, promovendo uma maior flexibilidade e adaptabilidade. A participação das comunidades locais na tomada de decisões reforça a apropriação e a sustentabilidade. A descentralização permite a afetação de recursos com base nas prioridades regionais, assegurando um uso mais eficiente. Além disso, ambos os

¹¹¹ Fundação Mundial para a Nutrição Infantil (2021). *Relatório Nacional do Programa de Refeições Escolares: Namíbia*. Disponível on-line: https://gcnf.org/wp-content/uploads/2022/04/Namibia_2021_01_24.pdf. Acesso: 01/02/2024

¹¹² PAM (2018). *Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Lesoto, em consulta com o Ministério da Educação e Formação do Lesoto 2007-2017*. Disponível on-line: https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000073908/download/?_ga=2.170881312.1652033752.1706803175-1342973594.1675076046. Acesso: 01/02/2024

¹¹³ Fundação Mundial para a Nutrição Infantil (2019). *Relatório nacional do inquérito global sobre programas de refeições escolares: Lesoto*. Disponível on-line: https://gcnf.org/wp-content/uploads/2022/09/Lesotho_2021_03_10.pdf. Acesso: 08/01/2024

¹¹⁴ Fundação Mundial para a Nutrição Infantil (2021). *Relatório nacional do programa de refeições escolares: Lesoto*. Disponível on-line: https://gcnf.org/wp-content/uploads/2022/09/Lesotho_2021_03_10.pdf. Acesso em: 26/11/2023 | Global Child Nutrition Foundation (2021). *School Meals Programme Country Report (Relatório do Programa de Alimentação Escolar): Namíbia*.

¹¹⁵ EPRI & WFP (2021). O papel da segurança alimentar e da proteção social sensível à nutrição na redução do fosso entre a ajuda humanitária e o desenvolvimento na região da África Austral.

¹¹⁶ Fundação Mundial para a Nutrição Infantil (2021). *Relatório nacional do programa de refeições escolares: Lesoto*.

¹¹⁷ Fundação Mundial para a Nutrição Infantil (2021). *Relatório Nacional do Programa de Refeições Escolares: Namíbia*

¹¹⁸ Ibid.

¹¹⁹ Ministério da Educação, Artes e Cultura (2019). *Política de Alimentação Escolar da Namíbia 2019*.

¹²⁰ Ibid.

¹²¹ Entrevista com informante-chave.

¹²² Esta estratégia ainda não foi divulgada publicamente.

¹²³ Entrevista com informante-chave.

programas são apoiados por quadros políticos sólidos que incorporam explicitamente componentes sensíveis à nutrição. Estes componentes incluem ligações com a saúde escolar, alimentos fortificados, iniciativas caseiras e educação nutricional. Uma colaboração multissetorial sólida, tanto a nível nacional como distrital, associada a um quadro político abrangente, tem um potencial significativo. A integração de programas de alimentação escolar com iniciativas de saúde escolar e o uso de produtos de origem local contribuem para o estabelecimento de programas sustentáveis e com impacto.

Um aspecto essencial dos PPSs é a sua capacidade de responder a choques imprevistos. No contexto dos programas de alimentação escolar, vários Estados-Membros adaptaram-se com êxito, passando da entrega diária de refeições escolares para rações para levar para casa durante a pandemia de COVID-19, quando as escolas estavam encerradas.¹²⁴ Esta transição variou entre a coleta diária de refeições cozidas na escola pelos alunos e o envio para casa de rações secas suficientes para durar até 6 semanas. Além disso, alguns Estados-Membros demonstraram a sua capacidade de alargar os programas de transferência de dinheiro, tanto horizontal como verticalmente. Por exemplo, o Lesoto aumentou temporariamente o valor das prestações e alargou a cobertura a grupos vulneráveis no âmbito do programa de abono de família durante a pandemia.¹²⁵ Garantir a convergência dessas expansões com o crescimento dos programas de nutrição é crucial para chegar a todas as mulheres e crianças vulneráveis do ponto de vista nutricional e prevenir a subnutrição.¹²⁶ No entanto, não há informação suficiente para avaliar até que ponto os sistemas existentes nos países da SADC têm a capacidade ou planejaram implementar este aspecto específico da capacidade de resposta ao choque.

Controle e avaliação

O uso e o compartilhamento de dados nutricionais podem servir de estratégia eficaz para estabelecer ligações entre a nutrição e os PPSs.¹²⁷ Isto inclui a ativação de sistemas de alerta precoce para choques, bem como a facilitação de encaminhamentos entre serviços e ações de acompanhamento subsequentes para os beneficiários. No entanto, esta lacuna na integração entre a nutrição dos Estados Membros da SADC e os PPSs é notável. O Botswana e o Zimbabué destacam-se como casos exemplares, usando dados coletados regularmente em clínicas e avaliações no terreno para informar as respostas de proteção social (Caixa 4). Com numerosos Estados Membros a trabalhar no sentido de desenvolver sistemas de informação integrados, tais como registros sociais, há uma necessidade premente de explorar oportunidades para os ligar a outras fontes de dados coletados por rotina, particularmente as relacionadas com indicadores de nutrição. Além disso, muitas políticas tanto de nutrição como de proteção social carecem de quadros coesos de monitoramento e avaliação, com uma ligação limitada entre os dois. O Quadro Operacional Sensível à Nutrição do Malawi é notável por incorporar essa integração.¹²⁸ Embora a confirmação dependa do fato de este Quadro ser disponibilizado publicamente, ele representa um modelo potencial para a Região.

CAIXA 6: VIGILÂNCIA NUTRICIONAL PARA INFORMAR A RESPOSTA DE EMERGÊNCIA

O Zimbabué e o Botswana são dois Estados Membros que integram proativamente a vigilância nutricional nos seus programas de proteção social e estratégias de resposta a choques. Ambos os países demonstram um compromisso em alavancar conhecimentos baseados em dados para aumentar a eficácia das suas iniciativas de proteção social.

Antecedentes

No Zimbabué, as avaliações anuais dos meios de subsistência realizadas pelo Comitê de Avaliação da Vulnerabilidade do Zimbabué¹²⁹ (ZimVAC) informam intervenções específicas, monitoram os compromissos da política alimentar e nutricional e ajudam a alertar precocemente para os PPSs.¹³⁰ Estas avaliações, iniciadas em 2002, incluem indicadores como a diversidade alimentar, as práticas de alimentação infantil, o desperdício, o atraso de crescimento e o peso insuficiente,¹³¹ com 10 avaliações urbanas e 23 rurais realizadas

¹²⁴ Os Estados-Membros que se adaptaram às rações para levar para casa durante a pandemia de COVID-19 incluem o Botswana, a RDC, o Lesoto, o Malawi, a Namíbia e a África do Sul.

¹²⁵ Instituto de Investigação de Políticas Económicas (2021). *O papel da segurança alimentar e da proteção social sensível à nutrição*

¹²⁶ UNICEF (2024). *Criar sinergias entre a nutrição infantil e a proteção social para combater a subnutrição e a pobreza.*

¹²⁷ Ibid.

¹²⁸ Entrevista com informante-chave.

¹²⁹ Consórcio liderado pelo governo de ministérios, agências das Nações Unidas, organizações não governamentais e universidades.

¹³⁰ Conselho de Alimentação e Nutrição e Comitê de Avaliação da Vulnerabilidade do Zimbabué (2023). *Relatório do ZimVAC rural.*

¹³¹ Conselho de Alimentação e Nutrição e Comitê de Avaliação da Vulnerabilidade do Zimbabué (2023). *Relatório do ZimVAC rural.*

até à data.¹³² O Governo do Zimbabué e os parceiros de desenvolvimento aproveitam uma combinação de indicadores de insegurança alimentar e nutrição, projeções e dados geográficos para informar a programação e o financiamento da proteção social, particularmente para a ajuda alimentar.¹³³ Iniciativas importantes, como a Estratégia de Mitigação do Défice Alimentar do Ministério da Função Pública, do Trabalho e da Segurança Social e o programa de alimentação escolar do Ministério da Saúde (MdS) e dos Cuidados Infantis, usam os resultados do ZimVAC para visar beneficiários vulneráveis.¹³⁴ Nomeadamente, os relatórios ZimVAC de 2019 influenciaram a afetação do orçamento nacional de 2020 para os PPSs,¹³⁵ sublinhando a confiança na qualidade dos dados.

Do mesmo modo, no Botswana, desde 1984¹³⁶ os Comitês Distritais de Gerenciamento de Calamidades usam dados coletados regularmente, incluindo indicadores chave de subnutrição tais como peso por idade,¹³⁷ para preparar relatórios de situação como parte de um sistema de aviso prévio de seca.¹³⁸ Estes relatórios, juntamente com outros relatórios do Comitê Técnico de Alerta Rápido, são apresentados ao Comitê Multissetorial para a Segurança Alimentar e a Redução da Pobreza, um comitê a nível nacional composto por diferentes departamentos governamentais. O Comitê usa estes dados para informar as medidas do programa de alívio da seca, incluindo o programa de alimentação escolar e os programas de alimentação suplementar para crianças com menos de cinco anos.¹³⁹ Especificamente, em 2014, estes dados foram usados para informar o fornecimento direcionado de uma segunda refeição nas escolas primárias e, em 2017, para expandir o programa de alimentação por transferência em espécie em resposta às taxas crescentes de desnutrição.¹⁴⁰

Condições de sucesso

A integração de indicadores de nutrição nos PPSs no Zimbabué depende de um forte apoio político e legislativo, tal como se encontra delineado no Compromisso 6 da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.¹⁴¹ Este compromisso sublinha o desenvolvimento e o uso de sistemas de informação sobre nutrição, alinhados com estudos de avaliação dos meios de subsistência e apoiando o funcionamento efetivo do ZimVAC. O compromisso é ainda demonstrado pela incorporação dos relatórios sobre os meios de subsistência da ZimVAC em documentos estratégicos nacionais de alto nível, como a Estratégia de Desenvolvimento Nacional 1.¹⁴² A ZimVAC foi integrada nas estruturas governamentais, na sequência de um mandato do Conselho de Ministros em 2005. Isto exige agora que o Conselho de Alimentação e Nutrição coordene as atualizações anuais dos meios de subsistência em colaboração com o ZimVAC, assegurando o papel sustentado dos indicadores de nutrição na informação das estratégias de proteção social. Esta abordagem reflete uma sinergia entre o apoio legislativo e a implementação operacional. No Botswana, o sucesso do uso dos resultados da nutrição infantil como parte do Sistema de Alerta Precoce para a Seca é atribuído à disponibilidade de dados recolhidos por rotina a partir do monitoramento do crescimento de crianças pequenas em instalações de saúde, fornecendo um elemento crucial para a tomada de decisões informadas.

Lições aprendidas

Aproveitar os dados nutricionais recolhidos regularmente durante as visitas de saúde é vital para dar respostas proativas a potenciais choques. Além disso, uma base política sólida, exemplificada por compromissos claros como os da Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Zimbabué, é crucial para integrar com êxito os indicadores de nutrição nos PPSs que respondem a choques.

¹³² Ibid.

¹³³ L. Macheka, P. Chopera, G.W. Kasumba-Ddumba, et al. (2023). 'Use and influence of food and nutrition security vulnerability assessment and analysis reports in Zimbabwe', *The North African Journal of Food and Nutrition Research*, 7(16).

¹³⁴ Ibid.

¹³⁵ Ibid.

¹³⁶ R. Morgan (1985). 'The development and applications of a Drought Early Warning System in Botswana', *Disasters*, 9(1), 44-50.

¹³⁷ O peso para a idade é um índice usado para avaliar a comparação entre o peso de uma criança e o peso esperado de uma criança saudável da mesma idade e sexo, com base nos padrões de crescimento infantil da OMS de 2006. Definição de: USAID's Global Health Learning Platform. Disponível on-line:

<https://www.globalhealthlearning.org/taxonomy/term/1633#:~:text=WFA%20is%20an%20index%20that,is%20used%20to%20identify%20underweight>.

¹³⁸ K. O. Motsumi, G. Ziervogel, & M. New (2023). 'Drought governance: A Cross-level governance analysis in Botswana', *Climate Risk Management*, 42.

¹³⁹ Ibid.

¹⁴⁰ K. O. Motsumi, G. Ziervogel, & M. New (2023). 'Drought governance: A Cross-level governance analysis

¹⁴¹ "O Governo do Zimbabué está empenhado em assegurar um sistema nacional integrado de Sistema de Informação sobre Segurança Nutricional que fornece informações oportunas e confiáveis sobre a segurança alimentar e a situação da segurança nutricional e a eficácia dos programas e informa a tomada de decisões"

¹⁴² Governo do Zimbabué (2020). *Estratégia de Desenvolvimento Nacional 2021 - 2025 1*. Disponível on-line: <https://zimbabwe.un.org/en/153007-2021-2025-national-development-strategy-nds-i>. Acesso em: 24/01/2024

Resumos dos Estados-Membros

Esta seção apresenta um resumo das políticas, estruturas de governança, financiamento, programas e cobertura relevantes de cada Estado-Membro. Os programas relevantes incluem aqueles que apresentam componentes sensíveis à nutrição ou que têm o potencial de se tornarem mais sensíveis à nutrição. Cada resumo conclui com sugestões de oportunidades-chave, identificadas através de entrevistas com informantes-chave ou da análise da literatura. É importante notar que a lista fornecida não é exaustiva.

ANGOLA

Política e governança

Política de proteção social	Sim	Ministério responsável pela proteção social	Ministério da Ação Social, da Família e da Promoção da Mulher ¹⁴³
Plano de Ação Multissetorial para a Nutrição	Não	Ministério responsável pela nutrição	Departamento de Cuidados de Saúde Primários da Direção Nacional de Saúde Pública do Ministério da Saúde ¹⁴⁴
Referência cruzada de políticas	O Quadro de Proteção Social de Angola, estabelecido através da Lei de Proteção Social de 2004 e reforçado nos Planos de Desenvolvimento Nacional subsequentes (2018 a 2022 e 2023 a 2022), dá prioridade às populações vulneráveis. ¹⁴⁵ Embora as mulheres e as crianças sejam reconhecidas como grupos vulneráveis, existe uma oportunidade de melhoria na articulação explícita da interligação da nutrição e da proteção social no âmbito do quadro. É importante notar que o atual Plano de Desenvolvimento Nacional (2023-2027) destaca a intenção de substituir o projeto Valor Criança por uma iniciativa de transferência de dinheiro dedicada às crianças (Caixa 5). Reconhecendo estes avanços políticos, é importante reconhecer que os PPSs não contributivos de Angola, particularmente as transferências monetárias, ainda estão nas fases iniciais, com a primeira implementação a ocorrendo em 2019 através do projeto Valor Criança. ¹⁴⁶ A Política Nacional de Ação Social de 2021 complementa estes esforços, mas poderia descrever mais explicitamente como a subnutrição será abordada através de medidas de proteção social. ¹⁴⁷ É relevante que os principais beneficiários sejam especificados na política como crianças, jovens, mulheres e raparigas (incluindo mães solteiras). ¹⁴⁸		
Programas relevantes	Projeto Valor Criança, Kwenda, Programa de Alimentação Escolar		
Principais mecanismos de governança multissetorial	O Conselho Nacional para Ação Social (CNAS) é o órgão responsável pelo acompanhamento e avaliação da Política Nacional de Ação Social e tem o mandato de acompanhar regularmente a implementação da Política Nacional de Ação Social pelos diferentes atores a todos os níveis. Para tal, convoca os seus membros, que		

¹⁴³ Entrevista com informante-chave.

¹⁴⁴ UNICEF (2023). Compreender os setores da Saúde e da Nutrição em Angola. Disponível on-line: <https://www.unicef.org/esa/media/13401/file/UNICEF-Angola-PER-Health-Nutrition-Sectors-2023.pdf>. Acesso: 31/01/2024

¹⁴⁵ Governo de Angola (2004). *Assembleia Nacional lei no 7/04 de 15 de outubro*. Disponível on-line: https://socialprotection.org/sites/default/files/07_04%20%281%29.pdf. Acesso: 05/01/2024 | Governo de Angola (2018). *Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 (Plano de Desenvolvimento Nacional)*. Disponível on-line: <https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/njax/~edisp/minfin601408.pdf>. Acesso: 05/01/2024

¹⁴⁶ Entrevista com informante-chave

¹⁴⁷ Governo de Angola (2021). *Política Nacional de Ação Social 2021*. [Fornecido por informante-chave].

¹⁴⁸ Ibid.

incluem funcionários do Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher e do Ministério da Saúde.¹⁴⁹

Financiamento

Para além das políticas pertinentes, a proteção social requer um financiamento público suficiente. O orçamento do Estado atribui 3,4% à proteção social, o que é inferior aos 7% destinados à saúde e à educação.¹⁵⁰ Considerando que o Kwenda é a primeira transferência nacional de dinheiro em Angola, este fato é de esperar. O Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher - responsável por programas relacionados com a mulher, igualdade e equidade de gênero, entre outros - recebe 2% da distribuição total para a proteção social, enquanto o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social recebe 48%.¹⁵¹ Especificamente, as distribuições para as famílias e crianças em 2022 e 2023 são inferiores a 2%.¹⁵² Embora esteja previsto um aumento de 46% nas transferências sociais, incluindo o Kwenda, em 2023, os dados indicam uma baixa taxa de execução do orçamento da proteção social de 41% em 2021.¹⁵³ Análises anteriores indicam que uma das razões para as baixas taxas de execução em Angola é o desafio de gerenciar os efeitos das alterações nos preços do petróleo e, por conseguinte, das receitas públicas, sobre as despesas públicas.¹⁵⁴ Este fato realça o desafio da execução insuficiente, apesar do aumento das distribuições para os PPSs concentrados na família.

Programas relevantes e cobertura

O principal sistema de proteção social de Angola concentra-se nas pensões contributivas e no seguro social, beneficiando predominantemente o setor formal. No entanto, o programa de transferência de dinheiro a nível doméstico, **Kwenda**, foi introduzido em maio de 2020, financiado através de um empréstimo do Banco Mundial e do Governo de Angola.¹⁵⁵ Em janeiro de 2022, estavam registradas 502.000 famílias, tendo até 247.000 recebido pelo menos um pagamento de transferência de dinheiro.¹⁵⁶ O programa visa as famílias dos municípios com as taxas de pobreza mais elevadas nos dois quintis de rendimento mais baixos.¹⁵⁷ Nomeadamente, o Kwenda ainda não dispõe de uma gama completa de características sensíveis às crianças e à nutrição, uma vez que funciona ao nível do agregado familiar sem se ajustar ao número de crianças ou incluir componentes "plus" adicionais, como a educação nutricional.¹⁵⁸

CAIXA 7: PROJETO VALOR CRIANÇA DE ANGOLA

O Projeto Valor Criança, a iniciativa inaugural de transferência de dinheiro em Angola, visava os cuidadores de crianças com menos de cinco anos, dando prioridade à sensibilidade infantil e à nutrição.¹⁵⁹ Servindo como programa de base, desempenhou um papel fundamental no estabelecimento da governança e das infraestruturas para o atual programa nacional de transferências monetárias. Para além das transferências monetárias, o Valor Criança facilitou o acesso a vários serviços, incluindo o registro de nascimento, o desenvolvimento da primeira infância, a educação nutricional e o saneamento total liderado pela comunidade.

Antecedentes

O Projeto Valor Criança, integrado na iniciativa mais ampla "Reforço e expansão da proteção social à população vulnerável em Angola" (APROSOC), visava combater a pobreza e a desnutrição. Lançado em 2014 e

¹⁴⁹ Entrevista com informante-chave.

¹⁵⁰ UNICEF (2023). *Uma análise do orçamento geral do Estado para 2023: Proteção social*. Disponível on-line: <https://www.unicef.org/esa/media/13376/file/Angola-Social-Protection-Budget-Analysis-2023-EN.pdf>. Acesso: 05/01/2024

¹⁵¹ UNICEF (2023). *Uma análise do orçamento geral do Estado para 2023: Proteção social*

¹⁵² Ibid.

¹⁵³ Ibid.

¹⁵⁴ Banco Mundial (2018). *Revisão da Despesa Pública de Proteção Social em Angola*. Disponível on-line:

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/343571531389943002/pdf/SPL-PER-Angola-May-23.pdf>. Acesso: 15/01/2024

¹⁵⁵ Banco Mundial (2022). *Como é que Angola está alcançando os pobres e vulneráveis durante a COVID-19?* Disponível on-line: <https://www.worldbank.org/en/country/angola/brief/q-a-how-is-angola-is-reaching-the-poor-and-vulnerable-during-covid-19>. Acesso em: 26/11/2023

¹⁵⁶ Ibid.

¹⁵⁷ Governo de Angola (2020). *Decreto Presidencial n. 125/20 que estabelece o programa de fortalecimento da proteção social - transferências sociais monetárias (KWENDA) (Decreto Presidencial n. 125/20 - Programa de Fortalecimento da Proteção Social - Transferências Sociais Monetárias (KWENDA))*. Disponível on-line: <https://www.fao.org/faolex/results/details/en/c/LEX-FAOC196017/>. Acesso: 05/01/2024

¹⁵⁸ Entrevista com informante-chave

¹⁵⁹ K.A. Damoah, T. Uytterhagen, N. Tirivayi et al. (2023). *The Impact of Valor Criança - Social Cash Transfer Pilot Programme in Angola, Final Report*, (UNICEF Innocenti - Global Research and Foresight Office: Florença, Itália). Disponível on-line: <https://www.unicef.org/angola/media/3826/file/Relat%C3%B3rio%20Impacto%20do%20Valor%20Crian%C3%A7a%20PT.pdf>. Acesso: 31/01/2024

implementado pelo Governo de Angola com o apoio da UNICEF e de outros parceiros, recebeu apoio financeiro da União Europeia. Lançado em 2014, os primeiros pagamentos do projeto foram distribuídos em 2019, com o objetivo principal de melhorar a subnutrição entre as crianças com menos de cinco anos de idade e capacitar os prestadores de cuidados para tomarem decisões informadas sobre a saúde dos seus filhos.¹⁶⁰ Seguindo o modelo do Bolsa Família e dos Centros de Assistência Social do Brasil, o programa abrangeu 35.411 crianças em três municípios angolanos com insegurança alimentar (Bié, Moxico e Uíge).¹⁶¹

Abordagem

Inicialmente, o programa proporcionava uma transferência monetária mensal de 3.000 Kwanzas Angolanos (AOA) por criança¹⁶² com um limite máximo de três crianças por agregado familiar, determinado com base no salário-mínimo nacional e no custo dos bens essenciais.¹⁶³ Devido aos desafios da COVID-19, o montante foi aumentado para AOA 5.000.¹⁶⁴ Para se qualificarem, os prestadores de cuidados tinham de cumprir critérios específicos, incluindo serem os principais prestadores de cuidados de uma criança com menos de cinco anos em municípios designados durante pelo menos um ano. Privilegiando as mulheres, o programa tinha como objetivo reduzir a lacuna entre os gêneros no que diz respeito à pobreza e capacitá-las nas decisões relativas ao agregado familiar e aos cuidados infantis.¹⁶⁵ Os municípios-piloto foram selecionados com base nas elevadas taxas de atraso no crescimento e de pobreza.

Para além da transferência incondicional de dinheiro e das características sensíveis ao gênero, o programa incluía componentes "plus", prestados por assistentes sociais a nível comunitário. Os Centros de Assistência Social funcionaram como centros de acesso dos indivíduos vulneráveis aos serviços de proteção social, incluindo o registro de nascimento.¹⁶⁶ Os beneficiários de transferências de dinheiro receberam formação em literacia financeira, receberam educação nutricional e foram orientados sobre o uso eficaz dos fundos para a nutrição dos seus filhos.¹⁶⁷ Também receberam apoio para o desenvolvimento da primeira infância, incluindo a aprendizagem da criação de brinquedos a partir de materiais locais.

Impacto

A avaliação do impacto do programa revela resultados positivos.¹⁶⁸ A diversidade alimentar mínima das crianças aumentou significativamente. A participação das mulheres num mínimo de quatro consultas pré-natais melhorou e a probabilidade de as crianças terem um cartão de saúde aumentou em 15%. Além disso, as crianças participaram de mais visitas de controle do crescimento e o número de crianças totalmente vacinadas aumentou 18%. Em termos de literacia financeira, os prestadores de cuidados aumentaram os seus níveis de poupança em 36% e as entrevistas qualitativas salientaram que as mulheres se sentiam mais confiantes para tomar melhores decisões financeiras.

Governança e ambiente político

Tal como referido, o programa foi implementado pelo Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher. O seu sucesso levou ao estabelecimento de uma política de proteção social em Angola e foi mencionado como uma prioridade do mais recente Plano Nacional de Desenvolvimento do país, o que constitui um desenvolvimento significativo.

Inovações e boas práticas

A transferência de dinheiro demonstrou capacidade de reação aos choques. Durante a pandemia de COVID-19, os pagamentos trimestrais aumentaram de AOA 3.000 para 5.000 por criança elegível por mês.¹⁶⁹ Além disso, o programa identificou explicitamente o empoderamento econômico e a participação das mulheres como

¹⁶⁰ Entrevista com informante-chave.

¹⁶¹ K.A. Damoah, T. Uytterhagen, N. Tirivayi et al. (2023). *O Impacto do Valor Criança*

¹⁶² Equivalente a cerca de 10 USD durante o período de execução.

¹⁶³ K.A. Damoah, T. Uytterhagen, N. Tirivayi et al. (2023). *O Impacto do Valor Criança*

¹⁶⁴ Ibid.

¹⁶⁵ K.A. Damoah, N. Tirivayi, L.M. Daniels et al. (2023). *Valor Criança: Lições do primeiro programa social de transferência de dinheiro para crianças em Angola*. Disponível on-line: <https://socialprotection.org/discover/blog/valor-crianca%3A7a-lessons-first-social-cash-transfer-programme-children-angola>. Acesso: 31/01/2024

¹⁶⁶ Entrevista com informante-chave.

¹⁶⁷ Ibid.

¹⁶⁸ K.A. Damoah, T. Uytterhagen, N. Tirivayi et al. (2023). *O Impacto do Valor Criança*

¹⁶⁹ Ibid.

principais tomadoras de decisão como uma via de impacto crítica, reconhecendo o papel fundamental que as mães desempenham na definição da saúde e do estado nutricional dos seus filhos.

Lições aprendidas

Num país sem um programa de transferência de renda pré-existente, o Projeto Valor Criança foi pioneiro no estabelecimento de infraestruturas cruciais, na melhoria de serviços sociais comunitários chave e no início de ligações com outros serviços essenciais. Esta iniciativa também deu um impulso político, levando ao início do primeiro programa nacional de transferência de renda. O projeto retirou ensinamentos de experiências de outros países, mas, de forma crítica, adaptou a sua abordagem ao contexto local, o que lhe permitiu demonstrar impactos positivos na capacitação econômica das mulheres, na alimentação das crianças e no uso dos serviços de saúde.

O programa de alimentação escolar de Angola é fornecido às crianças do ensino primário e engloba componentes sensíveis à nutrição. De 2020 a 2021, 1,9 milhões dos 5,6 milhões de alunos matriculados no ensino primário receberam alimentos através do programa.¹⁷⁰ Embora não se trate de uma cobertura completa, este número é mais do dobro do que era três anos antes.¹⁷¹ O programa inclui atividades complementares, como a promoção da lavagem das mãos com sabão e o tratamento de vermifugação, mas não existem avaliações disponíveis que comprovem a eficácia destes aspectos do programa nem a coerência da sua execução.¹⁷² As oportunidades perdidas no âmbito do programa incluem a falta de uso de alimentos fortificados ou biofortificados e a distribuição de suplementos de micronutrientes a estudantes nutricionalmente vulneráveis, como as raparigas adolescentes. Além disso, durante a pandemia de COVID-19, o programa de alimentação escolar foi temporariamente interrompido, o que evidencia a falta de capacidade de reação aos choques.¹⁷³

Oportunidades

1. Existe uma oportunidade para apoiar melhor a ligação entre os beneficiários do Kwenda e outros serviços sociais, incorporando práticas de MSC, semelhantes às implementadas durante o Projeto Valor Criança. Isto pode ser conseguido através de formação adicional para os trabalhadores sociais baseados na comunidade e assegurando um monitoramento consistente em todos os municípios, com um foco particular nos municípios onde o Projeto Valor Criança não foi implementado. É crucial assegurar o apoio e o compromisso tanto a nível nacional como municipal para uma implementação efetiva.
2. O mecanismo de seleção do programa Kwenda poderia ser reforçado explorando a possibilidade de ajustar os pagamentos com base no número de crianças com menos de cinco anos num agregado familiar. Esta alteração está em conformidade com as políticas gerais de Angola destinadas a combater a subnutrição e a melhorar o bem-estar das crianças.

¹⁷⁰ Fundação Mundial para a Nutrição Infantil (2021). *República de Angola: Programa de Alimentação Escolar*. Disponível on-line: https://gcnf.org/wp-content/uploads/2023/02/Angola_r1_02132023.pdf. Acesso em: 26/11/2023

¹⁷¹ Ibid.

¹⁷² Fundação Mundial para a Nutrição Infantil (2021). *República de Angola: Programa de Refeições Escolares*.

¹⁷³ Ibid.

BOTSWANA

Política e governança

Política de proteção social	Sim	Ministério responsável pela proteção social	O Ministério da Administração Local e do Desenvolvimento Rural (MLGRD) ¹⁷⁴
Plano de Ação Multissetorial para a Nutrição	Ser recrutado	Ministério responsável pela nutrição	O Ministério da Educação Básica (MEB) gere o programa nacional de alimentação escolar, e o Ministério da Saúde, com o Conselho de Controle Alimentar e Nutricional como ponto focal, coordena outras iniciativas alimentares e nutricionais, incluindo a vigilância nutricional ¹⁷⁵
Referência cruzada de políticas	O Plano Nacional de Desenvolvimento (PDN 11) do Botswana (2017-2023) aborda a nutrição, a segurança alimentar e a proteção social, embora não articule explicitamente as ligações entre elas. Com o PDN 12 adiado para abril de 2025 e o PDN provisório atualmente em vigor, existe uma oportunidade para defender esta ligação no âmbito do quadro. O Quadro Nacional de Proteção Social , aprovado em 2020, inclui a proteção social sensível à nutrição como um tópico, detalhando as atividades necessárias para integrar a nutrição na proteção social, por exemplo, "direcionar as atividades para as populações mais vulneráveis do ponto de vista nutricional" e "incluir atividades educativas nas intervenções de proteção social para aumentar a sensibilização dos agregados familiares para a prestação de cuidados de saúde e nutrição e para os comportamentos de procura de saúde". Embora o quadro sublinhe a importância de reforçar o monitoramento e a avaliação, poderia fornecer mais detalhes sobre a metodologia para a melhoria, um detalhe que atualmente não está presente no quadro e no seu plano de implementação...		
Programas relevantes	Programa de Alimentação de Grupos Vulneráveis, Programa de Alimentação do Ensino Básico		
Principais mecanismos de governança multissetorial	O Comitê Diretivo Nacional de Proteção Social, presidido pelo Secretário Permanente do MLGRD, reúne vários ministérios/setores. ¹⁷⁶ O Comitê de Alimentação Escolar envolve representantes do MLGRD, do MBE e do Conselho de Controle da Alimentação e Nutrição. ¹⁷⁷		

Financiamento

O relatório mais recente sobre as despesas do Botswana com a proteção social é do ano fiscal de 2019/2020. O governo financia todo o sistema de proteção social, com uma distribuição estimada de 2,3% do PIB em 2019, representando uma diminuição em relação à distribuição de 3,5% em 2012/2013.¹⁷⁸ As distribuições especificamente direcionadas para os programas destinados às crianças¹⁷⁹ têm mostrado uma relativa estabilidade, diminuindo ligeiramente de 1,5% para 1,4% do PIB durante este período, mas crescendo em termos reais e nominais.¹⁸⁰ O Programa de Alimentação de Grupos Vulneráveis e o Programa de Alimentação Escolar, tal como descrito abaixo, sofreram cortes orçamentais em 2017/2018.¹⁸¹ Estas reduções resultaram de

¹⁷⁴ UNICEF (2019). *Resumo do Orçamento do Botswana: Proteção Social*. Disponível on-line:

<https://www.unicef.org/esa/media/5786/file/UNICEF-Botswana-2019-Social-Protection-Budget-Brief.pdf>. Acesso: 31/01/2024

¹⁷⁵ Ministério da Saúde (n.d.). *Departamento de Saúde Pública*. Disponível on-line: <https://www.moh.gov.bw/preventative.html>. Acesso: 31/01/2024

¹⁷⁶ Governo da República do Botswana (2020). *Quadro Nacional de Proteção Social do Botswana: Plano de Implementação* (Governo do Botswana: Botswana).

¹⁷⁷ Entrevista com informante-chave.

¹⁷⁸ UNICEF (2019). *Resumo do Orçamento do Botswana: Proteção social*

¹⁷⁹ Incluindo cuidados a órfãos, transferências em gêneros, programa de alimentação de grupos vulneráveis e programa de alimentação escolar.

¹⁸⁰ UNICEF (2019). *Resumo do Orçamento do Botswana: Proteção social*

¹⁸¹ Ibid.

um subuso por parte do MLGRD devido a processos de aquisição, mas o financiamento foi restabelecido em 2019/2020.

Programas relevantes e cobertura

O Programa de Alimentação de Grupos Vulneráveis fornece rações para levar para casa de alimentos suplementares fortificados chamados Tsabana e Malatu, bem como óleo e feijão, a crianças entre os 6 e os 59 meses de idade.¹⁸² Inicialmente criado como um esforço de alívio da seca, transformou-se desde então em uma iniciativa de alimentação suplementar a nível nacional.¹⁸³ Os produtos são fornecidos através do sistema de saúde, à medida que as crianças são levadas às Clínicas de Bem-Estar Infantil para acompanhamento de rotina do crescimento e controles de saúde.¹⁸⁴ Além disso, são fornecidos produtos a crianças não escolarizadas com idades compreendidas entre os 5 e os 6 anos e a mulheres grávidas/lactantes que satisfaçam critérios médicos específicos.¹⁸⁵ Em 2017/2018, o programa atingiu 302.343 beneficiários numa população de 2,3 milhões de pessoas.¹⁸⁶ No entanto, uma avaliação de impacto publicada em 2019, confirmada por entrevistas com informantes-chave, revelou desafios. O principal deles é a aquisição e a entrega ineficientes de produtos, levando a pacotes incompletos durante as visitas às unidades de saúde.¹⁸⁷ Além disso, a educação nutricional não foi efetivamente ministrada juntamente com a distribuição de produtos, indicando uma potencial oportunidade perdida para melhorar a sensibilidade do programa à nutrição.¹⁸⁸ Apesar destes desafios, o feedback positivo destaca a forte ligação entre as Clínicas de Bem-Estar Infantil e os assistentes sociais.¹⁸⁹

O Programa de Alimentação Escolar do Ensino Primário assegura a cobertura universal do 1.º ao 7.º ano de escolaridade, chegando a cerca de 370.000 alunos em 2021 em 758 escolas primárias públicas.¹⁹⁰ Incorpora componentes sensíveis à nutrição, incluindo menus recomendados por especialistas de saúde e serviços de saúde escolar simultâneos.¹⁹¹ O Comitê de Alimentação Escolar envolve representantes do MLGRD e do MBE, no entanto, considera-se que os desafios de coordenação resultam do fato de os ministérios não conseguirem responsabilizar-se mutuamente.¹⁹² No contexto da COVID-19, foram fornecidas alimentos secos às crianças identificadas como particularmente desfavorecidas durante o confinamento inicial de seis semanas, o que demonstra a capacidade de reação ao choque do programa.¹⁹³ No entanto, um relatório assinala a ausência de alimentos fortificados ou biofortificados e de distribuição de suplementos de micronutrientes, salientando uma oportunidade para melhorar a sensibilidade do programa à nutrição, especialmente para as raparigas adolescentes.¹⁹⁴

Oportunidades

1. O VGFP poderia ser mais eficaz se se centrasse na melhoria da prestação de educação nutricional e na resolução dos problemas de aquisição. Isto ajudará a garantir que os beneficiários recebem o pacote completo de produtos, contribuindo para o impacto do programa nos resultados nutricionais.
2. Explorar modalidades alternativas de proteção social, tais como transferências incondicionais de dinheiro, como alternativas potenciais para o VGFP. No entanto, é importante realizar uma avaliação abrangente para compreender os impactos potenciais desta opção, incluindo sobre a frequência de consultas médicas, para a qual o VGFP serve atualmente como um incentivo significativo. Além disso,

¹⁸² UNICEF (2019). *Avaliação do Programa de Alimentação de Grupos Vulneráveis*. Disponível on-line:

https://www.unicef.org/esa/media/6371/file/UNICEF_Botswana-Evaluation_of_the_Vulnerable_Group_Feeding_Programme_2019.pdf. Acesso: 31/01/2024

¹⁸³ UNICEF (2019). *Avaliação do Programa de Alimentação de Grupos Vulneráveis*.

¹⁸⁴ Entrevista com informante-chave.

¹⁸⁵ UNICEF (2019). *Avaliação do Programa de Alimentação de Grupos Vulneráveis*

¹⁸⁶ Ibid.

¹⁸⁷ Ibid.

¹⁸⁸ Ibid.

¹⁸⁹ Entrevista com informante-chave.

¹⁹⁰ Fundação Mundial para a Nutrição Infantil (2020). *Inquérito global sobre programas de refeições escolares Relatório nacional: Botswana*. Disponível on-line: https://survey.gcnf.org/wp-content/uploads/2021/03/CR_Botswana_09_2020.pdf. Acesso: 31/01/2024

¹⁹¹ Entrevista com informante-chave.

¹⁹² Entrevista com informante-chave.

¹⁹³ República do Botsuana (2020). *Plano Nacional de Recuperação da Proteção Social do Botswana. Parte 1: Análise e Recomendações*. Disponível on-line: <https://www.undp.org/botswana/publications/botswana-national-social-protection-recovery-plan>. Acesso em: 23/11/2023

¹⁹⁴ Fundação Mundial para a Nutrição Infantil (2020). *Inquérito global sobre programas de refeições escolares Relatório nacional: Botswana*.

a produção de dados sobre a relação custo-eficácia das diferentes modalidades poderia ajudar o processo de tomada de decisões.

COMORES

Política e governança

Política de proteção social	Sim	Ministério responsável pela proteção social	Ministério da Saúde, Solidariedade, Coesão Social e Promoção do Género. ¹⁹⁵
Plano de Ação Multissetorial para a Nutrição	Sim	Ministério responsável pela nutrição	
Referência cruzada de políticas	O Plano Estratégico Nacional 2030 destaca a proteção social, mas não a nutrição, como uma prioridade. ¹⁹⁶ A Política Nacional de Proteção Social afirma o importante papel que a proteção social desempenha na prevenção da subnutrição e coloca a tónica na melhoria do monitoramento da nutrição, em especial entre as crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 59 meses. ¹⁹⁷ A Política Nacional de Nutrição e Alimentação destaca a preparação para situações de emergência, garantindo a existência de um stock de emergência suficiente de alimentos para as transferências em gêneros. ¹⁹⁸		
Programas relevantes	Projeto de apoio social para o tratamento da subnutrição no distrito de Pomoni (<i>Projet d'appui social pour le traitement de la malnutrition dans le district de Pomoni</i>)		
Principais mecanismos de governança multissetorial	Informação não disponível		

Financiamento

Atualmente, as Comores dependem de fontes de financiamento externas para financiar projetos e programas relacionados com a proteção social.¹⁹⁹ Embora exista uma rubrica orçamental reservada para os PPSs, atualmente não é financiada.²⁰⁰ Apesar de um compromisso expresso de expandir os projetos-piloto nas Comores, a ausência de financiamento alocado coloca desafios à implementação.²⁰¹ Existem dados recentes esparsos sobre a alocação de orçamento para a proteção social, uma revisão do orçamento de 2017 constatou que 4,3% do orçamento nacional total foi destinado à proteção social, no entanto, este montante não foi atribuído ao ministério responsável (Ministério da Saúde, Solidariedade, Proteção Social e Promoção do Género), mas ao Ministério das Finanças para o gerenciamento do risco de catástrofes em preparação para choques.²⁰²

Programas relevantes e cobertura

As Comores iniciaram um programa-piloto de quatro meses relevante para esta análise: o **Projeto de Apoio Social para o Tratamento da Subnutrição no Distrito de Pomoni** (*Projet d'appui social pour le traitement de la malnutrition dans le district de Pomoni*). Este projeto é implementado pelo Ministério da

¹⁹⁵ Entrevista com informante-chave.

¹⁹⁶ Governo das Comores (2020). *Sintese emergente do Plano Comores*. Disponível on-line: https://cdn.climatepolicyradar.org/navigator/COM/2020/comores-emerging-plan-pce-2030_8c08560ee6c31ae76af37a87fe4b8ef6.pdf. Acesso: 15/01/2024

¹⁹⁷ Governo da União das Comores (2021). *Politique nationale de Protection Sociale de l'Union des Comores* (Governo da União das Comores: Comores).

¹⁹⁸ Governo da União das Comores (2017). *Política nacional de nutrição e alimentação da União das Comores* (Governo da União das Comores: Comores).

¹⁹⁹ Entrevista com informante-chave.

²⁰⁰ Entrevista com informante-chave.

²⁰¹ Entrevista com informante-chave.

²⁰² Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos e Demográficos da União das Comores (2017). *Memorando sobre o orçamento geral*. Disponível on-line: <https://www.unicef.org/esa/media/816/file/UNICEF-Comoros-2017-National-Budget-Brief.pdf>. Acesso em: 28/01/2024

Saúde, Solidariedade, Coesão Social e Promoção do Gênero e financiado pela UNICEF.²⁰³ Os agentes comunitários de saúde identificaram as crianças com subnutrição aguda em Pomoni usando o perímetro do braço, a altura e o peso. Os prestadores de cuidados que participaram neste programa receberam transferências monetárias para ajudar a cobrir as despesas médicas. O programa incluiu visitas de acompanhamento, formação sobre a manutenção de uma dieta equilibrada e educação sobre atividades geradoras de rendimentos para os prestadores de cuidados.²⁰⁴ Ainda não foram efetuadas avaliações do impacto.

Oportunidades

As informações disponíveis são insuficientes para que a presente análise possa identificar oportunidades específicas para as Comores. [As recomendações gerais](#) da revisão poderiam ser tidas em conta para reforçar a sensibilidade dos programas de proteção social à nutrição.

²⁰³ Entrevista com informante-chave.

²⁰⁴ Ministère de la Santé, de la Solidarité, de la Protection Sociale et de la Promotion du Genre (2023). *Projeto de apoio social para o tratamento da subnutrição no distrito de Pomoni* (Projet d'appui social pour le traitement de la malnutrition dans le district de Pomoni)

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Política e governança

Política de proteção social	Sim	Ministério responsável pela proteção social	Ministério dos Assuntos Sociais e da Ação Humanitária
Plano de Ação Multissetorial para a Nutrição	Sim	Ministério responsável pela nutrição	MS ²⁰⁵
Referência cruzada de políticas	O Plano de Desenvolvimento Nacional da RDC destaca as áreas prioritárias de proteção social e nutrição, mas não menciona uma ligação entre as duas. ²⁰⁶ O Plano de Ação Multissetorial para a Nutrição da RDC (<i>Plan National Stratégique Multisectoriel de Nutrition de la RDC pour 2023-2030</i>) fala do conceito de proteção social sensível à nutrição. ²⁰⁷ Para elaborar, o objetivo estratégico número 5 é dedicado a melhorar a proteção social, a resiliência e a resposta a choques quando confrontados com desastres naturais. A RDC também mantém uma Política de Proteção Social, que remonta ao ano de 2016, que aborda brevemente a nutrição, destacando o papel que a assistência social tem no combate à subnutrição. ²⁰⁸ Está atualmente sendo elaborada uma versão atualizada. ²⁰⁹		
Programas relevantes	Programa de Transferências Monetárias Incondicionais, Programa Humanitário de Transferências Monetárias, Programa de Alimentação Escolar		
Principais mecanismos de governança multissetorial	O Comitê <i>Nacional Multissetorial de Nutrição</i> (<i>Comitê National Multisectoriel de Nutrition - CNMN-RDC</i>) funciona sob a alçada do Ministério da Saúde. ²¹⁰ Servindo como entidade consultiva para as partes interessadas na nutrição, o CNMN-RDC é responsável pela coordenação dos esforços multissetoriais. Funciona sob a autoridade do Primeiro-Ministro. ²¹¹		

Financiamento

Na RDC, a informação recente sobre a despesa pública atual com a proteção social é limitada. Atualmente, o país depende principalmente de fontes de financiamento externas para financiar projetos e programas.²¹² No entanto, foi salientado que existem desafios no gerenciamento deste financiamento, o que levou a um sistema de proteção social fragmentado, colocando potenciais desafios à eficiência.²¹³

Programas relevantes e cobertura

Entre março de 2013 e setembro de 2015, a UNICEF colaborou com três organizações parceiras - Concern Worldwide, Mercy Corps e Solidarités International - para estabelecer um **Programa de Transferência Incondicional de Dinheiro** concebido para responder às necessidades humanitárias na RDC (ARC II).²¹⁴ O principal objetivo do programa consistia em implementar uma transferência de dinheiro para ajudar as pessoas afetadas pelo conflito. Abrangeu 23.480 famílias deslocadas. Outros componentes do programa

²⁰⁵ Entrevista com informante-chave.

²⁰⁶ Governo da República Democrática do Congo (2019). *Plano Estratégico de Desenvolvimento (Plan National Stratégique de Développement)*. Disponível on-line: <https://www.undp.org/fr/drcongo/publications/plan-national-strat%C3%A0gique-de-d%C3%A0veloppement>. Acesso: 18/01/2024

²⁰⁷ República Democrática do Congo (2022). *Plano Nacional Estratégico Multissetorial de Nutrição para a RDC (2023-2030)*.

²⁰⁸ República Democrática do Congo (2016). *Política Nacional de Proteção Social*.

²⁰⁹ Entrevista com informante-chave.

²¹⁰ Entrevista com informante-chave.

²¹¹ República Democrática do Congo (2022). *Plano Nacional Estratégico Multissetorial de Nutrição para a RDC (2023-2030)*.

²¹² Entrevista com informante-chave.

²¹³ Entrevista com informante-chave.

²¹⁴ J. Bonilla, K. Carson, G. Kiggundu, et al. (2017). *Transferts monétaires en contexte humanitaire en République démocratique du Congo : appréciation factuelle du programme ARCC II de l'UNICEF*. Disponível on-line: <https://www.air.org/sites/default/files/2021-06/Humanitarian-Cash-Transfer-DRC-French-April-2017.pdf>. Acesso: 02/01/2024

incluíam transferências de dinheiro para apoiar famílias com crianças que sofrem de subnutrição grave e transferências condicionais atribuídas a escolas situadas em regiões propensas a conflitos. I

O Programa Humanitário de Transferência de Dinheiro, implementado pelo PAM e pela UNICEF, foi uma resposta às repercussões da pandemia da COVID-19 nas famílias semiurbanas vulneráveis da periferia da capital, Kinshasa.²¹⁵ Integra um pacote abrangente de serviços essenciais para crianças em parceria com o Ministério dos Assuntos Sociais. Em 2022, um total de 4.000 agregados familiares beneficiaram de dinheiro incondicional e de atividades geradoras de rendimentos agrícolas.²¹⁶

O Programa de Alimentação Escolar abrange atualmente 1% dos alunos matriculados no ensino primário.²¹⁷ É financiado exclusivamente pela APD. As refeições são preparadas com sal fortificado (iodo) e óleo (vitamina A). Foram fornecidas rações para levar para casa aos alunos durante a pandemia de COVID-19.²¹⁸ A fim de aumentar a cobertura da alimentação escolar, o PAM está atualmente colaborando com o Ministério da Educação para executar um projeto-piloto que se concentra no fornecimento de refeições escolares juntamente com educação nutricional às crianças que frequentam a escola.²¹⁹

Oportunidades

1. Há uma oportunidade de aumentar a eficácia da APD através da coordenação de esforços para evitar a duplicação e a fragmentação dos PPSs; e também, potencialmente, através da atualização da política de proteção social e da consideração das [recomendações](#) desta revisão.

²¹⁵ UNICEF (2021). *Relatório Anual do Escritório Nacional*. Disponível on-line: <https://www.unicef.org/media/136736/file/Democratic-Republic-of-the-Congo-2022-COAR.pdf>. Acesso: 10/01/2024

²¹⁶ Ibid.

²¹⁷ Fundação Mundial para a Nutrição Infantil (GCMF) (2021). *Inquérito Global sobre Programas de Refeições Escolares Relatório Nacional, RDC*. Disponível on-line: https://gcnf.org/wp-content/uploads/2022/04/DemocraticRepublicCongo_2021_01_24-2.pdf. Acesso em: 27/01/2024

²¹⁸ Ibid.

²¹⁹ Entrevista com informante-chave.

ESWATINI

Política e governança

Política de proteção social	Sim	Ministério responsável pela proteção social	Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro - Direção da Assistência Social. ²²⁰
Plano de Ação Multissetorial para a Nutrição	Ser recrutado	Ministério responsável pela nutrição	Conselho Nacional de Nutrição sob a alçada do Ministério da Saúde. ²²¹
Referência cruzada de políticas	O Plano de Desenvolvimento Nacional de Eswatini para 2023/24 a 2027/28 sublinha o empenho do país em reforçar o desenvolvimento do capital social e humano. ²²² Coloca uma ênfase específica na prioridade ao reforço e à melhoria orientada da proteção social. Estabelece igualmente uma correlação entre a seca, os choques de preços, a pobreza e a prevalência da insegurança alimentar, o que se reflete em alguns dos principais programas abaixo descritos. A Política Nacional de Segurança Social de 2021 de Eswatini articula a intenção de reduzir o atraso no crescimento através da abordagem da pobreza e da vulnerabilidade, com esforços contínuos para abordar as necessidades das crianças esperadas na próxima Política Nacional de Assistência Social, atualmente em fase de projeto. ²²³ Embora não exista um plano de ação multissetorial para a nutrição, está sendo desenvolvido um próximo plano, com o objetivo de integrar componentes sensíveis à nutrição, incluindo a proteção social. ²²⁴		
Programas relevantes	Pontos de Atendimento de Bairro, Programa de Alimentação Escolar.		
Principais mecanismos de governança multissetorial	O Conselho de Nutrição realiza reuniões trimestrais a nível nacional, reunindo representantes de diversos ministérios, incluindo o Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro, o Ministério da Educação, o Ministério da Agricultura e os parceiros de desenvolvimento. Estas sessões servem como pontos de contato cruciais para discutir programas intersectoriais, como a alimentação escolar. ²²⁵		

Financiamento

A última análise das despesas de proteção social de Eswatini remonta ao exercício financeiro de 2018; no entanto, não oferece uma visão clara das despesas do governo ou da extensão do financiamento dos parceiros de desenvolvimento.²²⁶ De acordo com este relatório, o governo financia o Subsídio por Velhice, o Subsídio por Deficiência e o Subsídio de Educação para órfãos e crianças vulneráveis.

Programas relevantes e cobertura

Foi realizado um projeto-piloto para crianças órfãs e vulneráveis (COV) entre 2016 e 2018; no entanto, não existe atualmente nenhum programa de transferência de dinheiro especificamente destinado a crianças ou agregados familiares que vivem na pobreza.²²⁷

²²⁰ Ministério do Trabalho e da Previdência Social (2021). *Política Nacional de Segurança Social*

²²¹ Ministério da Saúde (n.d.). *Órgãos Reguladores*. Disponível on-line: <https://www.gov.sz/index.php/ministries-departments/ministry-of-health/regulatory-bodies/73-health/health/749-swaziland-national-nutrition-council#:~:text=The%20Swaziland%20National%20Nutrition%20Council.and%20nutrition%20services%20in%20Swaziland>. Acesso: 01/02/2024

²²² Ministério do Planejamento e Desenvolvimento Econômico (2023). *Plano Nacional de Desenvolvimento 2023/24-2027/28*. Disponível on-line: <https://eswatini.un.org/sites/default/files/2023-10/NDP%20DRAFT%20FINAL%2016%20June%202022.pdf>. Acesso: 01/02/2024

²²³ Ministério do Trabalho e da Segurança Social (2021). *Política Nacional de Segurança Social* (Governo do Reino de Eswatini: Eswatini).

²²⁴ Entrevista com informante-chave.

²²⁵ Entrevista com informante-chave.

²²⁶ UNICEF (2018). *Resumo do orçamento da assistência social em Eswatini*. Disponível on-line:

<https://www.unicef.org/esa/media/2491/file/UNICEF-Eswatini-2018-Social-Assistance-Budget-Brief.pdf>. Acesso: 01/02/2024

²²⁷ Banco Mundial (2022). *Adaptive Social Protection in Southern Africa*. Disponível on-line:

<https://elibrary.worldbank.org/doi/10.1596/38256>. Acesso: 01/02/2024

Os Neighbourhood Care Points (NCP) são centros baseados a nível comunitário que fornecem refeições e serviços básicos de desenvolvimento da primeira infância às COV.²²⁸ A iniciativa teve início em 2002 como resposta ao número significativo de crianças que ficaram órfãs devido ao HIV. O programa é dirigido pelo Governo, com financiamento do PAM e apoio à execução de diferentes organizações não governamentais (ONG). A estratégia dos NCP para 2023-2027 foi recentemente publicada, salientando os principais desafios que os NCP enfrentam, nomeadamente a falta de papéis claros entre o Governo e as ONG, que afetam a eficácia da prestação de serviços e conduzem a um abastecimento alimentar incoerente.²²⁹ Os informantes-chave indicaram que a prestação de MSC aos pais varia consoante os NCP, dependendo da ONG que gere cada NCP respectivo,²³⁰. No entanto, este fato não pode ser validado, uma vez que não existe qualquer avaliação do impacto dos NCP no bem-estar ou no estado nutricional das crianças. Além disso, há falta de informação disponível sobre se os NCP são usados para estabelecer ligações com os serviços de saúde e nutrição em conjunto com o programa de desenvolvimento da primeira infância e se incorporam produtos alimentares fortificados na preparação das refeições. Nomeadamente, estes componentes sensíveis à nutrição não são abordados na estratégia dos NCP.

O programa de alimentação escolar fornece refeições aos alunos do ensino primário, secundário e superior.²³¹ Em 2020, 6% dos alunos do ensino pré-escolar, 83% do ensino primário e 94% do ensino secundário receberam alimentos através do programa,²³² no entanto, não existem dados sobre a cobertura dos alunos do ensino secundário. São utilizados grãos, cereais, óleo e sal fortificados para preparar as refeições,²³³ usando ementas elaboradas por nutricionistas do Ministério da Saúde, e algumas escolas complementam as suas provisões com produtos provenientes de hortas no local.²³⁴ Nomeadamente, não foram distribuídas rações para levar para casa aos alunos durante a pandemia de COVID-19, mas o programa demonstrou características de resposta ao choque em resposta ao El Nino em 2015, alargando o número de beneficiários e introduzindo uma refeição adicional.²³⁵ Uma avaliação do programa em 2018 revelou que a educação nutricional foi integrada no currículo dos alunos,²³⁶. No entanto, a avaliação também recomendou o reforço do valor nutricional das refeições através da incorporação de uma gama mais diversificada de alimentos.

Oportunidades

1. Os Neighbourhood Care Points fornecem pontos de entrada valiosos para garantir que as crianças estão ligadas a serviços de saúde e nutrição adequados. Para além disso, constituem uma oportunidade para prestar MSC, entre outros componentes "plus". Existe uma oportunidade para efetuar uma avaliação do impacto e melhorar estes componentes sempre que necessário, permitindo melhores resultados.
2. O programa de alimentação escolar apresenta uma boa cobertura nos grupos etários primário e secundário. Existe uma oportunidade para alargar a cobertura entre as crianças em idade pré-escolar.

²²⁸ Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro (2023). *Ponto de atendimento de proximidade: Plano estratégico 2023 - 2028* (Governo do Reino de Eswatini: Eswatini).

²²⁹ Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro (2023). *Ponto de atendimento de proximidade: Plano estratégico 2023 - 2028*

²³⁰ Entrevista com informador-chave.

²³¹ Banco Mundial (2022). *Proteção Social Adaptativa na África Austral*.

²³² Fundação Mundial para a Nutrição Infantil (GCNF) (2021). *Inquérito Global sobre Programas de Refeições Escolares Relatório Nacional, Eswatini*. Disponível on-line em: https://gcnf.org/wp-content/uploads/2022/04/eSwatini_2021_12_23.pdf. Acesso: 08/01/2024

²³³ Ibid.

²³⁴ Ibid.

²³⁵ Fundação Global para a Nutrição Infantil (GCNF) (2021). *Global Survey of School Meal Programs Country Report, Eswatini* | S. Gandure, T. Sacolo, & S. Silaula (2019). *Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Eswatini 2010-2018*. Disponível on-line: <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000118771/download/#:~:text=The%20Evaluation%20of%20National%20School,detailed%20and%20clearly%20laid%20out>. Acesso: 01/02/2024

²³⁶ S. Gandure, T. Sacolo, & S. Silaula (2019). *Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar*

LESOTO

Política e governança

Política de proteção social	Sim	Ministério responsável pela proteção social	Ministério do Desenvolvimento Social
Plano de Ação Multissetorial para a Nutrição	Não	Ministério responsável pela nutrição	MS
Referência cruzada de políticas	<p>O Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional II (2018/19 - 2022/23) dá prioridade à nutrição e à proteção social separadamente, mas não existe qualquer ligação entre elas.²³⁷ Isto representa uma oportunidade de advocacia no próximo Plano de Desenvolvimento Estratégico Nacional. A Estratégia Nacional de Proteção Social 2021 - 2031 visa fornecer subsídios para crianças e apoio complementar de saúde e nutrição para mães grávidas e bebês de famílias pobres.²³⁸ Também descreve os atuais PPSs no Lesoto, mencionando o apoio nutricional juntamente com o Subsídio Infantil. É necessário melhorar o plano de execução para pôr em prática estas medidas. Esta política faz referência cruzada à Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional do Lesoto 2019-2023, um fator importante para facilitar a coordenação multissetorial que não é frequentemente vista nas políticas da Região. A Estratégia Alimentar e Nutricional delinea iniciativas-chave destinadas a melhorar os resultados nutricionais através de diversas modalidades de PPS, tais como a prestação de assistência social a mães grávidas e bebês, a ligação da assistência social à comunicação de mudanças comportamentais, a jardinagem doméstica e as intervenções nutricionais, e a melhoria da nutrição através de programas de refeições escolares.²³⁹ O projeto beneficiaria de uma maior clareza sobre os mecanismos de implementação, as partes responsáveis e os prazos associados.</p>		
Programas relevantes	Programa de Subsídios para Crianças, Programa de Alimentação Escolar		
Principais mecanismos de governança multissetorial	O Ministério do Desenvolvimento Social é o principal coordenador dos programas de proteção social e da sua capacidade de resposta aos choques. ²⁴⁰ Foram criados comitês a nível nacional e subnacional para uma execução eficaz. A caixa 3 descreve em pormenor a coordenação multissetorial do programa de alimentação escolar.		

Financiamento

Uma análise do orçamento de 2021/2022 indica que as distribuições do governo para os PPSs representam 12,2% do orçamento nacional, o que representa um ligeiro aumento em relação aos 11,7% do orçamento de 2017/18.²⁴¹ As subvenções centradas nas crianças representam 8% do orçamento do programa de assistência social principal, um aumento em relação aos 7% do ano anterior (2020/2021).²⁴² As taxas de execução são excelentes, com as subvenções para crianças gastando 100% do orçamento e a alimentação escolar ultrapassando ligeiramente os 107%.²⁴³ Este fato é indicativo de um compromisso do governo no sentido de

²³⁷ Governo do Reino do Lesoto (2018). *Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional II 2018/19 - 2022/23*. Disponível on-line: <https://www.gov.ls/wp-content/uploads/2021/06/National-Strategic-Development-Plan-II-2018-19-2022-23.pdf>. Acesso: 01/02/2024

²³⁸ Governo do Reino do Lesoto (2021). *Estratégia Nacional de Proteção Social II do Lesoto*.

²³⁹ Gabinete de Coordenação da Alimentação e Nutrição (2019). *Estratégia Alimentar e Nutricional do Lesoto e Plano de Ação Custeado*

²⁴⁰ Ministério das Finanças e do Planeamento do Desenvolvimento Maseru, Lesoto (2022). *Resumo do Orçamento da Proteção Social 2021/2022*. Disponível on-line: <http://www.finance.gov.ls/documents/Budget%20Evaluation/2021-22%20Social%20Protection%20Budget%20Brief.pdf>. Acesso: 02/02/2024

²⁴¹ Ministério das Finanças e do Planeamento do Desenvolvimento Maseru, Lesoto (2022). *Resumo do Orçamento da Proteção Social 2021/2022*.

²⁴² Ibid.

²⁴³ Ibid.

apoiar os PPSs em prol das crianças. Este é, por sua vez, um elemento fundamental para o progresso no sentido de tornar os PPSs mais sensíveis à nutrição.

Programas relevantes e cobertura

O **Programa de Subsídios às Crianças (PSC)** é uma transferência incondicional de dinheiro destinada a reduzir a subnutrição infantil e a melhorar a saúde das crianças e a sua escolaridade.²⁴⁴ São elegíveis os agregados familiares pobres e vulneráveis com crianças entre os 0 e os 17 anos de idade. Os prestadores de cuidados recebem entre 360 e 750 Loti do Lesoto (2022), consoante o número de crianças do agregado familiar.²⁴⁵ Os dados mais recentes sugerem que apenas 20% das crianças pobres e, por conseguinte, elegíveis, recebem o subsídio.²⁴⁶ O PSC é acompanhado de mensagens suaves, na medida em que os agregados familiares beneficiários são recordados, nas datas de pagamento, de que o dinheiro deve ser gasto no bem-estar das crianças, especificamente na sua alimentação, vestuário e calçado adequados.²⁴⁷ No entanto, não se trata de uma abordagem totalmente programática que use a MSC. Uma avaliação do PSC e das suas "mensagens suaves" no Lesoto sugere que é eficaz na orientação de maiores despesas para as crianças nos agregados familiares. Isto também sugere o potencial para que estas "mensagens suaves" sejam direcionadas mais especificamente para alimentos nutritivos para crianças pequenas.²⁴⁸

Além disso, uma avaliação recente do PSC em 2022 concluiu que, entre 2014 e 2022, reduziu a experiência de escassez alimentar extrema nos agregados familiares em 18 dias, quando comparada com os agregados familiares não beneficiários, e que aumentou a proporção das despesas alimentares dos agregados familiares em 2,4%.²⁴⁹ No entanto, as reações qualitativas sugeriram que a dimensão da transferência é insuficiente para apoiar eficazmente a insegurança alimentar. Isto é corroborado pelo fato de o valor do PSC não ter aumentado desde o início e, por conseguinte, a inflação corroer o poder de compra da subvenção, tornando difícil para os prestadores de cuidados comprarem alimentos nutricionalmente densos para os seus filhos. A avaliação sugere que, a fim de reforçar a concepção do programa, este deve proporcionar uma melhor ligação entre as famílias pobres e os serviços essenciais de saúde e nutrição da comunidade, uma vez que esta é atualmente uma oportunidade perdida.²⁵⁰

Tal como referido, vários programas-piloto sensíveis à nutrição decorreram paralelamente ao PSC. Em 2015, o Ministério do Desenvolvimento Social, a UNICEF e os Serviços Católicos de Assistência implementaram um programa de meios de subsistência que incluía jardinagem em quintais e sessões de alimentação complementar e de aprendizagem orientadas pela comunidade, entre outras intervenções.²⁵¹ Uma avaliação do impacto do programa revelou que o consumo de vegetais de folha verde-escura, de frutas e vegetais ricos em vitamina A e de carne de órgãos por parte das mulheres aumentou, bem como a redução do risco de emaciação moderada e grave nas crianças com menos de cinco anos que vivem nos agregados familiares.²⁵² Estes dados evidenciam o impacto potencial que um programa "plus" em dinheiro poderia ter no Lesoto se fosse aumentado.

O **programa de alimentação escolar** do Lesoto fornece refeições diárias às crianças que frequentam o ensino pré-escolar e o ensino primário. A [caixa 3](#) apresenta mais pormenores.

Oportunidades

1. Apesar de o país ter políticas de nutrição e de proteção social orçamentadas e de ter a intenção clara de dar prioridade a ambas as áreas, existem oportunidades para reforçar a complementaridade formal

²⁴⁴ Governo do Reino do Lesoto (2021). *Estratégia Nacional de Proteção Social II do Lesoto*.

²⁴⁵ M. Binci, J. Bischler, S. Brockerhodd et al. (2022). *Avaliação do Programa de Subsídios para Crianças (PSC) no Lesoto (2014-2022)* (UNICEF).

²⁴⁶ M. Binci, J. Bischler, S. Brockerhodd et al. (2022). *Avaliação do Programa de Subsídios para Crianças (PSC) no Lesoto*

²⁴⁷ Oxford Policy Management (2014). *Investigação qualitativa e análises dos impactos económicos dos programas de transferência de dinheiro na África Subsaariana: Lesotho Country Case Report*. Disponível on-line:

<https://www.fao.org/documents/card/en/details=b4d42f56-5a55->. Acesso em: 23/11/2023

²⁴⁸ N. Pace, S. Daidone, B. Davis et al. (2019). 'Shaping Cash Transfer Impacts Through 'Soft-Conditions': Evidence from Lesotho', *Journal of African Economics*, 28, 1, 39-69.

²⁴⁹ M. Binci, J. Bischler, S. Brockerhodd et al. (2022). *Avaliação do programa de subsídios para crianças*

²⁵⁰ M. Binci, J. Bischler, S. Brockerhodd et al. (2022). *Avaliação do Programa de Subsídios para Crianças* | Banco Mundial (2021). *Revisão dos programas e sistemas de proteção social do Lesoto*

²⁵¹ FAO & UNICEF (2018). *Avaliação do impacto do Programa de Subsídios Infantis do Lesoto e da Redução Sustentável da Pobreza através do Rendimento, Nutrição e Acesso aos Serviços Governamentais*. Disponível on-line: https://transfer.cpc.unc.edu/wp-content/uploads/2019/01/Lesotho-CGP-SPRINGS-Impact-Report_FINAL.pdf. Acesso em: 25/01/2024

²⁵² Ibid.

entre as duas. O próximo Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional constitui uma oportunidade para formalizar esta ligação.

2. Existem provas que demonstram a potencial eficácia da incorporação de elementos sensíveis à nutrição no PSC. Os esforços poderiam concentrar-se na melhoria das ligações no âmbito do programa para maximizar a sua eficácia na melhoria dos resultados.
-

MADAGÁSCAR

Política e governança

Política de proteção social	Sim	Ministério responsável pela proteção social	Fundo de <i>Intervenção para o Desenvolvimento</i> (FID), que está sob a alçada do Gabinete do Primeiro-Ministro. ²⁵³
Plano de Ação Multissetorial para a Nutrição	Sim	Ministério responsável pela nutrição	Serviço <i>Nacional de Nutrição</i> (SNN)
Referência cruzada de políticas	A Estratégia Nacional de Proteção Social (2019-2023) sublinha o papel crucial da proteção social na prevenção da desnutrição. ²⁵⁴ A transferência de dinheiro para o desenvolvimento humano visa aliviar a desnutrição infantil, com o objetivo 2.3 centrado no reforço do seu impacto através da educação nutricional concentrada na criança para pelo menos 50% dos beneficiários com crianças pequenas ou mulheres grávidas até 2030. ²⁵⁵ No entanto, a responsabilidade e a cobertura atual desta medida são desconhecidas. A Política Nacional de Nutrição para 2022-2030 fornece orientações abrangentes, destacando em particular o papel da proteção social, com enfoque nas mulheres. ²⁵⁶ Descreve as atividades, incluindo o objetivo de melhorar a coordenação até 2030 e a atenção específica às estratégias de resposta a choques relacionadas com a nutrição. ²⁵⁷ Da mesma forma, o Plano de Ação Multissetorial para a Nutrição em Madagáscar (2021-2026) dedica uma seção ao papel da proteção social, detalhando atividades como o desenvolvimento de um guia de redes de segurança social sensíveis à nutrição até 2026. ²⁵⁸		
Programas relevantes	Les transferts monétaires de développement humain, Programa de Alimentação Escolar.		
Principais mecanismos de governança multissetorial	A nível técnico, a proteção social é coordenada pelo Grupo Temático <i>de Proteção Social (le Groupe thématique de protection sociale)</i> , presidido pelo Ministério da População, Proteção Social e Promoção da Mulher, e com a participação de outros ministérios, ONGs e outros parceiros. A lei prevê a criação de um <i>Gabinete Nacional de Coordenação das Ações de Proteção Social (Bureau National de Coordination des Actions de Protection Sociale)</i> , sob a tutela do Ministério da População, da Proteção Social e da Promoção da Mulher, mas este ainda não foi criado. ²⁵⁹		

Financiamento

Durante o período de 2015 a 2021, uma média de 1,57% do orçamento do Estado de Madagáscar foi dedicada aos PPSs.²⁶⁰ Durante o mesmo período, 8,2% do orçamento da proteção social foi canalizado para o Ministério da População, da Proteção Social e da Promoção da Mulher, enquanto 47,2% se destinam ao FID. A análise orçamental indicou que a distribuição para o Ministério da População, Proteção Social e Promoção da Mulher

²⁵³ Ministério da População, da Proteção Social e da Promoção da Mulher (2019). *Estratégia Nacional da Proteção Social 2019 a 2023*. Disponível on-line: <https://www.unicef.org/madagascar/media/8631/file/SNPS%202019-2023.pdf>. Acesso em: 26/11/2023

²⁵⁴ Ibid.

²⁵⁵ Ibid.

²⁵⁶ Gabinete Nacional de Nutrição (2022). *Plano Nacional de Ação Multissetorial para a Nutrição 2022 a 2026*. Disponível on-line: https://scalingupnutrition.org/sites/default/files/2023-07/PNAMN_2022_2026_FINAL_002_070822.pdf. Acesso em: 26/11/2023

²⁵⁷ Gabinete Nacional de Nutrição (2022). *Política Nacional de Nutrição 2022-2030*

²⁵⁸ Gabinete Nacional de Nutrição (2022). *Plano Nacional de Ação Multissetorial para a Nutrição 2022 a 2026*.

²⁵⁹ Ibid.

²⁶⁰ UNICEF (2021). *Resumo do orçamento da proteção social (Resumo do orçamento da proteção social) 2021*. Disponível on-line: <https://www.unicef.org/esa/media/11701/file/UNICEF%20Madagascar%20Social%20Protection%20Brief%202021.pdf>. Acesso: 08/01/2024

parece ser baixa quando comparada com as responsabilidades que lhe estão associadas.²⁶¹ As fontes externas financiaram a maioria (69%) dos programas em 2021.

Programas relevantes e cobertura

Les Transferts monétaires de développement humain é uma transferência monetária condicional dirigida aos agregados familiares mais pobres com crianças entre os 0 e os 12 anos. Está condicionada à frequência escolar. Na Estratégia Nacional de Proteção Social, publicada em 2019, a cobertura do programa está registrada em 108.000 agregados familiares.²⁶² Como referência, existem 6.594.454 agregados familiares registrados no país.²⁶³ Observa-se que Madagascar tem uma das coberturas mais baixas de PPSs para os países da África Oriental e Austral.²⁶⁴ Esta situação está em conformidade com os dados de 2020, segundo os quais o programa Les Transferts monétaires de développement humain, juntamente com o programa Cash for Work²⁶⁵, cobrem 2,38% dos agregados familiares e 3,09% das crianças.²⁶⁶ Um componente importante do programa, sensível à nutrição, é o uso de "líderes-mães" ("mères leaders"), descrita em pormenor na [Caixa 2](#).

²⁶⁷

O programa de alimentação escolar de Madagascar está implementado em 1.776 das 25.540 escolas (2020).²⁶⁸ Isto traduz-se em 10,7% dos alunos do ensino primário e 0,14% dos alunos do ensino secundário.²⁶⁹ Cerca de 7% destas escolas são supervisionadas pelo Ministério da Educação, 15,5% são organizadas e subsidiadas pelas comunidades e as restantes são apoiadas por parceiros.²⁷⁰ As refeições escolares são preparadas usando alimentos fortificados (óleo com vitamina A e arroz biofortificado com proteínas), bem como o uso de pó de micronutrientes em algumas escolas.²⁷¹ De acordo com o relatório de 2019 da Global Child Nutrition Foundation, os desafios recorrentes na implementação incluem recursos escassos, desvios de alimentos e dificuldades no controle da implementação.²⁷² Por conseguinte, não é possível dizer se todos os alunos, ou com que frequência, estão recebendo os produtos fortificados ou os suplementos de micronutrientes. Uma avaliação dos programas de alimentação escolar do PAM em Madagascar revelou que estavam sendo realizadas campanhas de vermifugação nas escolas com o apoio da OMS.²⁷³ Além disso, era distribuído sal iodado a todas as escolas e, quando havia recursos financeiros adequados, eram fornecidos aos alunos suplementos de micronutrientes e educação nutricional.

Oportunidades

1. O desenvolvimento de uma nova política de proteção social constitui uma oportunidade para integrar componentes sensíveis à nutrição nos programas de proteção social. Esta política poderia ter em conta as [recomendações](#) detalhadas mais adiante neste relatório.

²⁶¹ Ibid.

²⁶² Ministério da População, da Proteção Social e da Promoção da Mulher (2019). *Estratégia Nacional de Proteção Social 2019 a 2023*

²⁶³ UNICEF (2021). *Resumo do orçamento da proteção social (Resumo do orçamento da proteção social) 2021*

²⁶⁴ Ibid.

²⁶⁵ Só estão disponíveis dados combinados entre os dois programas.

²⁶⁶ UNICEF (2021). *Resumo do orçamento da proteção social (Resumo do orçamento da proteção social) 2021*

²⁶⁷ Ministério da População, da Proteção Social e da Promoção da Mulher (2019). *Estratégia Nacional de Proteção Social 2019 a 2023*

²⁶⁸ Gabinete Nacional de Nutrição (2022). *Plano Nacional de Ação Multissetorial para a Nutrição 2022 a 2026*.

²⁶⁹ Fundação Global para a Nutrição Infantil (GCNF) (2019). *Inquérito global sobre programas de refeições escolares Relatório nacional, Madagascar*. Disponível on-line em: https://gcnf.org/wp-content/uploads/2020/08/CR_Madagascar_07_2020.pdf. Acesso: 08/01/2024

²⁷⁰ Gabinete Nacional de Nutrição (2022). *Plano Nacional de Ação Multissetorial para a Nutrição 2022 a 2026*.

²⁷¹ Fundação Mundial para a Nutrição Infantil (GCNF). (2019). *Inquérito global sobre programas de refeições escolares Relatório nacional, Madagascar*.

²⁷² Ibid.

²⁷³ Programa Alimentar Mundial (2020). *Contribuição das cantinas escolares para os resultados da educação no sul de Madagascar (2015 a 2019): Uma análise da contribuição*. Disponível on-line: https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000118909/download/?_ga=2.126500301.1751246390.1704739982-1342973594.1675076046. Acesso: 08/01/2024

MALAWI

Política e governança

Política de proteção social	Em projeto	Ministério responsável pela proteção social	O Ministério do Gênero, Desenvolvimento Comunitário e Bem-Estar Social é a principal agência de implementação do Programa de Transferência de Dinheiro Social e o Ministério das Finanças e Assuntos Econômicos, especificamente a Divisão de Redução da Pobreza e Proteção Social, é responsável pela coordenação da política de proteção social ²⁷⁴
Plano de Ação Multissetorial para a Nutrição	Em projeto	Ministério responsável pela nutrição	O Departamento de Nutrição, VIH e SIDA, no âmbito do Ministério da Saúde
Referência cruzada de políticas	Embora as novas políticas ainda estejam em fase de projeto e não estejam atualmente disponíveis para revisão, os principais informantes sublinham que o governo do Malawi está trabalhando ativamente para alinhar as suas políticas. Por exemplo, são feitos esforços para garantir a coerência dos objetivos estratégicos e das atividades entre as políticas de proteção social e de nutrição. Políticas orientadoras anteriores, como a Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento III do Malawi (2017 a 2022) e os dois Programas Nacionais de Apoio Social do Malawi (MNSSP) de cinco anos (I e II), demonstram o compromisso do país em tornar os programas de proteção social mais sensíveis à nutrição. Por exemplo, o MNSSP I influenciou a formulação do MNSSP II, que, embora não esteja totalmente integrado nos PPSs do Malawi, enfatiza a facilitação do acesso a intervenções nutricionais para subgrupos específicos de beneficiários. ²⁷⁵ Por exemplo, o MNSSP II detalha o apoio à ligação de "crianças vulneráveis com desnutrição aguda" à proteção social. ²⁷⁶ Prevê-se que o próximo Quadro Operacional de Proteção Social Sensível à Nutrição sirva como estratégia de implementação (Caixa 1).		
Programas relevantes	Programa Social de Transferência de Dinheiro, Programa de Alimentação Escolar.		
Principais mecanismos de governança multissetorial	Um grupo importante de partes interessadas é o Comitê Técnico e de Direção do Programa Nacional de Apoio Social do Malawi, que é constituído por uma combinação de ministérios e parceiros governamentais. ²⁷⁷		

Financiamento

A distribuição para os PPSs no orçamento nacional duplicou, passando de 1,8% no exercício de 2022/23 para 3,4% da despesa total em 2023/24.²⁷⁸ Isto reflete o apoio adicional no orçamento do Banco Mundial para o Projeto de Apoio Social para Meios de Subsistência Resilientes. O programa de transferências sociais de dinheiro, a seguir destacado, é um dos principais programas deste projeto. Nomeadamente, o Governo do Malawi financia 5% do programa de transferência de dinheiro, sendo o restante financiado pelos parceiros.²⁷⁹

²⁷⁴ UNICEF (2023). *Resumo do Orçamento da Proteção Social 23/24*. Disponível on-line:

<https://www.unicef.org/malawi/media/10131/file/Social%20Protection%20Budget%20Brief%202023-24.pdf>. Acesso: 08/01/2024

²⁷⁵ Governo do Malawi (2017). *Estratégia de crescimento e desenvolvimento do Malawi III*. Disponível on-line: https://npc.mw/wp-content/uploads/2020/07/MGDS_III.pdf. Acesso: 08/01/2024

²⁷⁶ Governo do Malawi (2018). *Programa Nacional de Apoio Social II do Malawi*. Disponível on-line: <https://www.social-protection.org/gimi/gess/Media.action?id=17022>. Acesso: 08/01/2024

²⁷⁷ Entrevista com informador-chave.

²⁷⁸ Governo do Malawi (2018). *Programa Nacional de Apoio Social II do Malawi*.

²⁷⁹ Ibid.

Programas relevantes e cobertura

O programa social de transferência de dinheiro do Malawi é um programa incondicional de transferência de dinheiro destinado a famílias pobres e com limitações de mão de obra. O seu objetivo é reduzir a pobreza dos agregados familiares ultra pobres com limitações de mão de obra.²⁸⁰ Na prática, isto significa que 10% dos agregados familiares mais vulneráveis em cada um dos distritos do Malawi são elegíveis para a transferência de dinheiro.²⁸¹ O programa conta com um máximo de 1,3 milhões de beneficiários, abrangendo 10% dos agregados familiares do país (300 800).²⁸² Com o apoio dos parceiros, o programa de transferência social de dinheiro tornou-se mais reativo aos choques, fornecendo complementos sazonais à transferência de dinheiro durante a época de escassez. O Plano Estratégico 2022-2027 do Programa de Transferência de Dinheiro Social do Malawi descreve em pormenor a forma como a concepção da transferência de dinheiro será ajustada. É de salientar que explica que o grupo-alvo do programa passará de "agregados familiares ultra pobres com limitações de mão de obra" para "agregados familiares ultra pobres que incluam pelo menos um membro vulnerável em virtude da idade ou deficiência".²⁸³ Incluem-se aqui as crianças com menos de 3 anos, uma pessoa com deficiência ou doença crônica, uma pessoa com mais de 65 anos e os agregados familiares chefiados por crianças. A decisão de efetuar esta alteração tem origem na constatação de que as crianças com menos de cinco anos estavam sub-representadas entre os beneficiários. Ainda não foi implementada. Além disso, o plano prevê que seja dada prioridade aos esforços de sensibilização dos beneficiários para os serviços disponíveis, nomeadamente no domínio da nutrição. Se for implementado, a reorientação das transferências de dinheiro para as crianças e a facilitação das ligações com os serviços de nutrição reforçarão, de fato, a sua sensibilidade à nutrição. No entanto, o PTSD não foi explicitamente concebido para combater a subnutrição e as suas causas.²⁸⁴ Os beneficiários recebem aproximadamente 9.000 Kwacha malawianos (2022).²⁸⁵ São registrados no Registro Unificado de Beneficiários e o redirecionamento é feito de quatro em quatro anos.

Outro programa digno de nota é o ensaio **Maziko**, com a duração de 3 anos, uma intervenção de transferência de dinheiro para mães e crianças que integra mensagens sobre nutrição, desenvolvimento da primeira infância e agricultura.²⁸⁶ Para mais informações sobre a concepção deste estudo, ver a ligação na referência abaixo.

O Programa de Alimentação Escolar está atualmente abrangendo cerca de 600.000 crianças em sete distritos. É implementado pelo Governo do Malawi com o apoio do PAM, que distribui gêneros alimentícios em espécie para fornecer refeições diárias com um suplemento alimentar fortificado.²⁸⁷ Além disso, é de referir que as refeições são preparadas com outros alimentos fortificados, incluindo óleo alimentar (vitamina A) e sal (iodo).²⁸⁸ O programa de alimentação escolar inclui outros componentes sensíveis à nutrição, incluindo a administração de tratamentos de vermifugação e a educação nutricional aos alunos.²⁸⁹ Durante a pandemia de COVID-19, o PAM apoiou o Governo do Malawi no fornecimento de uma combinação de rações secas para levar para casa e transferências de dinheiro para os alunos.²⁹⁰ O dinheiro destinava-se a apoiar a continuação das compras aos agricultores locais.

²⁸⁰ Ibid.

²⁸¹ Governo do Malawi (2022). *O Programa Social de Transferência de Dinheiro*. Disponível on-line:

[https://www.unicef.org/malawi/media/8311/file/The%20Social%20Cash%20Transfer%20Programme%20\(PTSD\):%20Factsheet.pdf](https://www.unicef.org/malawi/media/8311/file/The%20Social%20Cash%20Transfer%20Programme%20(PTSD):%20Factsheet.pdf). Acesso: 30/11/2023

²⁸² Ibid.

²⁸³ Governo do Malawi (2022). *Plano Estratégico de Transferência Social de Dinheiro do Malawi 2022 - 2027*. Disponível on-line:

<https://www.unicef.org/malawi/media/8346/file/Malawi%20Social%20Cash%20Transfer%20Programme%20Strategic%20Plan%202022%20-%202027%20.pdf>. Acesso: 08/01/2024

²⁸⁴ Equipa do Ensaio Maziko (2024). Avaliação do impacto de uma intervenção de transferência de dinheiro para mães e crianças, integrada com mensagens sobre nutrição, desenvolvimento da primeira infância e agricultura (MAZIKO-IE): um protocolo de estudo para um ensaio controlado aleatório por grupos", *Ensaio*, 25. Disponível on-line:

https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10790253/pdf/13063_2023_Article_7782.pdf. Acesso: 08/02/2024

²⁸⁵ Governo do Malawi (2022). *Programa social de transferência de dinheiro*.

²⁸⁶ Equipa do Ensaio Maziko (2024). Avaliação do impacto de uma intervenção de transferência de dinheiro para mães e crianças, integrada com mensagens sobre nutrição, desenvolvimento da primeira infância e agricultura (MAZIKO-IE): um protocolo de estudo para um ensaio controlado aleatório por grupos", *Ensaio*, 25. Disponível on-line:

https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10790253/pdf/13063_2023_Article_7782.pdf. Acesso: 08/02/2024

²⁸⁷ PAM (2021). *2021- School Feeding Programme Factsheet- WFP Malawi, maio de 2021*. Disponível on-line:

<https://www.wfp.org/publications/2021-school-feeding-programme-factsheet-wfp-malawi-may-2021>. Acesso: 30/11/2023

²⁸⁸ Fundação Mundial para a Nutrição Infantil (GCNF) (2023). *Global Survey of School Meal Programs Country Report, Malawi*.

Disponível on-line em: https://gcnf.org/wp-content/uploads/2023/01/Malawi_2021_edit2023.pdf. Acesso: 08/01/2024

²⁸⁹ Ibid.

²⁹⁰ União Africana (2022). *Relatório bienal da União Africana sobre alimentação escolar caseira (2021-2022)* (União Africana: Adis Abeba: Etiópia).

Oportunidades

O quadro de proteção social sensível à nutrição pode ser usado para apoiar a orientação para as crianças no âmbito do programa de transferência social de dinheiro. Os esforços podem também centrar-se no reforço da ligação com os serviços de saúde e na prestação de apoio aos beneficiários em matéria de MSC ou de apoio semelhante.

MAURÍCIA

Política e governança

Política de proteção social	Sim	Ministério responsável pela proteção social	Ministério da Segurança Social
Plano de Ação Multissetorial para a Nutrição	Ser recrutado	Ministério responsável pela nutrição	Ministério da Saúde e da Qualidade de Vida
Referência cruzada de políticas	A Maurícia dispõe atualmente de uma política nacional de proteção social com uma ênfase específica nas crianças. ²⁹¹ Está sendo elaborado um novo plano nacional de nutrição .		
Programas relevantes	Abono de família, programa de alimentação escolar.		
Principais mecanismos de governança multissetorial	Informação não disponível		

Financiamento

Há pouca informação sobre o financiamento público da proteção social. Constata-se que as Maurícias investem mais nos idosos (4,5% do PIB) do que em programas destinados às crianças (0,3% do PIB).²⁹² Além disso, 100% das pessoas idosas têm acesso à proteção social, enquanto apenas 10% das crianças o fazem.²⁹³

Programas relevantes e cobertura

O **Subsídio para crianças** é uma transferência de dinheiro que tem por objetivo apoiar o bem-estar, a capacitação e a integração de grupos vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência, idosos e crianças. Destina-se especificamente aos filhos menores de 15 anos (ou até 20 anos, se estiverem estudando em tempo integral) dos beneficiários que recebem uma pensão de base de viuvez ou uma pensão de base de invalidez (limitada a 3 filhos).²⁹⁴ Não se trata de um subsídio de apoio à criança autônomo, mas sim de um "complemento" adicional. Para além da orientação para as crianças, este programa não parece ter quaisquer componentes sensíveis à nutrição.

Além disso, embora os pormenores sejam limitados, o Ministério da Segurança Social oferece transferências em gêneros no rescaldo de emergências, tais como ciclones. Atualmente, o Ministério da Saúde e da Qualidade de Vida não tem um papel na determinação dos itens incluídos na cesta básica; esta responsabilidade cabe ao Ministério da Segurança Social. No entanto, o Ministério da Saúde e da Qualidade de Vida tem envidado esforços no sentido de solicitar contributos que contribuam para tornar as cestas básicas mais equilibradas do ponto de vista nutricional.²⁹⁵

O **Programa de Alimentação Escolar** inclui atualmente crianças matriculadas em escolas identificadas nas Zonas de Educação Prioritária (Zone d'Education Prioritaire ZEP) e funciona sob a direção do Ministério da Educação. Funciona em conjunto com o Programa de Saúde Escolar sob a direção do Ministério da Saúde e

²⁹¹ Entrevista com informante-chave.

²⁹² ONU E OIT (2021). *Pesquisa Global sobre Governança e Proteção Social*. Disponível on-line:

https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2021/08/Global-overview_SP-Governance_June-2021.pdf.

Acesso em: 25/01/2024

²⁹³ Ibid.

²⁹⁴ Z. Irving & D. Gokulsing (2021). Social Policies, Risks and Vulnerabilities: A Gender Perspective for Mauritius, *Journal of International and Comparative Social Policy*, 37(3).

²⁹⁵ Entrevista com informante-chave.

da Qualidade de Vida. A prioridade do Programa de Saúde Escolar é melhorar a educação nutricional e incentivar uma alimentação saudável entre os alunos.²⁹⁶

Oportunidades

1. Existe a possibilidade de o Ministério da Saúde e da Qualidade de Vida apoiar o Ministério da Segurança Social na determinação do conteúdo da cesta básica. Este envolvimento poderia ajudar a melhorar a densidade nutricional da cesta.
 2. A melhoria potencial do programa de abono de família nas Maurícias poderia envolver a seleção de crianças e pais com base no nível de pobreza, em vez de ser um pagamento "complementar" associado apenas à pensão básica de viúva e à pensão de invalidez. Esta abordagem poderia contribuir para uma afetação mais precisa e eficaz dos recursos aos mais necessitados.
 3. A elaboração em curso do plano multissetorial para a nutrição nas Maurícias oferece uma oportunidade estratégica para reforçar a colaboração e a integração de componentes sensíveis à nutrição nas medidas de proteção social existentes.
-

²⁹⁶ Entrevista com informante-chave.

MOÇAMBIQUE

Política e governança

Política de roteção social	Sim	Ministério responsável pela proteção social	O Instituto Nacional de Ação Social (INAS), sob a tutela do Ministério do Gênero, da Criança e da Ação Social, é responsável pela coordenação e implementação dos PPSs. ²⁹⁷
Plano de Ação Multissetorial para a Nutrição	Em projeto	Ministério responsável pela nutrição	O Departamento de Nutrição do Ministério da Saúde e o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério da Agricultura são responsáveis pela programação e coordenação específicas e sensíveis à nutrição. ²⁹⁸
Referência cruzada de políticas	O governo moçambicano dá prioridade à proteção social na Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2015 a 2035 . ²⁹⁹ Adicionalmente, a Estratégia Nacional de Segurança Social Básica , na sua segunda fase (ENSSB II) (2016-2024), enfatiza o objetivo de melhorar a nutrição nas populações vulneráveis como um fator chave para o desenvolvimento do capital humano. ³⁰⁰ Moçambique não dispõe atualmente de uma política nutricional multissetorial. Encontra-se em fase de projeto aguardando aprovação. No entanto, inclui uma seção especificamente relacionada com a proteção social. ³⁰¹		
Programas relevantes	Programa Subsídio Social Básico, Programa de Ação Social Direta (PASD), Programa Nacional de Alimentação Escolar.		
Principais mecanismos de governança multissetorial	O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, sob a tutela do Primeiro-Ministro, é uma estrutura de governança fundamental para a coordenação interministerial a nível nacional, provincial e, em alguns casos, distrital. ³⁰²		

Financiamento

Análises recentes do orçamento da proteção social de Moçambique mostram que, em 2021, 51% do financiamento foi proveniente dos parceiros de desenvolvimento, enquanto as restantes despesas são cobertas pelo governo.³⁰³ Apesar de um aumento consistente nas alocações para a proteção social desde 2010, as contribuições permanecem relativamente abaixo da meta de 2,23% declarada na ENSSB II em 0,94% do PIB.³⁰⁴ Este é um objetivo que o país pretende atingir até 2024.³⁰⁵ A maior proporção das despesas vai para o

²⁹⁷ Centro Internacional de Políticas (2022). *Registro e pagamentos nos programas de proteção social do INAS-IP para resposta a emergências*. Disponível on-line:

https://ipcig.org/sites/default/files/pub/en/OP518_Registration_and_payments_in_the_INAS_IP.pdf. Acesso: 01/02/2024

²⁹⁸ UNICEF (2022). *O Programa Bolsa Criança 0-2 em Moçambique*. Disponível on-line:

<https://www.unicef.org/esa/media/12536/file/Mozambique-SP-Nutrition-Case-Study-2022.pdf>. Acedido: 01/02/2024

²⁹⁹ Governo da República de Moçambique (2014). *Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035)*. Disponível on-line:

<https://faolex.fao.org/docs/pdf/moz147210.pdf>. Acesso: 01/02/2024

³⁰⁰ Governo da República de Moçambique (2016). *Estratégia Nacional de Segurança Social do Basuc (2016-2024)*. Disponível on-line:

<https://faolex.fao.org/docs/pdf/moz190056Eng.pdf>. Acesso: 01/02/2024

³⁰¹ Entrevista com informante-chave.

³⁰² Entrevista com informante-chave.

³⁰³ UNICEF (2021). *Resumo do Orçamento da Proteção Social em Moçambique*. Disponível on-line:

<https://www.unicef.org/mozambique/media/3826/file/2021%20Social%20Action%20Budget%20Brief%20Summary%20Version.pdf>.

Acesso: 01/02/2024

³⁰⁴ UNICEF (2021). *Resumo do Orçamento da Proteção Social de Moçambique* | Governo da República de Moçambique (2016).

Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (2016-2024).

³⁰⁵ Governo da República de Moçambique (2016). *Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (2016-2024)*.

Programa de Subsídios Sociais Básicos, que tem como objetivo específico contribuir para a redução da subnutrição crônica nas crianças, absorvendo quase metade da distribuição orçamental da proteção social.³⁰⁶

Programas relevantes e cobertura

O Programa de Subsídio Social Básico (PSSB) é uma transferência incondicional de dinheiro destinada a famílias extremamente pobres, especificamente aquelas com adultos incapazes de trabalhar, famílias chefiadas por idosos ou membros com deficiência.³⁰⁷ Em 2021, o programa tinha 454.291 agregados familiares registrados.³⁰⁸ Os INAS *Permanentes* identificam os beneficiários nas comunidades e encaminham-nos para o programa.³⁰⁹ Os pagamentos são efetuados de dois em dois meses. Este programa foi objeto de um componente piloto que incluía componentes "plus" para 15.000 beneficiários (Caixa 6). Devido aos resultados positivos do programa-piloto, este está agora sendo alargado a nível nacional, com o objetivo estabelecido pelo governo de chegar a 174.000 crianças.³¹⁰ Os componentes a serem alargadas incluem a MSC em matéria de nutrição, água, saneamento e higiene e desenvolvimento básico da primeira infância. Esta MSC será entregue através dos INAS *Permanentes*, cujos pormenores podem ser consultados na [Caixa 2](#).³¹¹

CAIXA 8: PROGRAMA DE SUBSÍDIO PARA CRIANÇAS 0-2 DE MOÇAMBIQUE ³¹²

Este documento serve como uma visão geral concisa do estudo de caso documentado da UNICEF sobre o programa. Para mais pormenores, consultar o documento referido.

Operado pelo Instituto Nacional de Ação Social do Governo de Moçambique, este programa englobava transferências monetárias incondicionais e componentes "plus" destinadas a crianças dos 0 aos 2 anos de idade. O elemento "plus" envolveu iniciativas de MSC centradas na nutrição e o gerenciamento de casos efetuado por voluntários da assistência social. Os resultados da avaliação do impacto indicaram melhorias na diversidade alimentar, na frequência das refeições, no bem-estar dos prestadores de cuidados e na pobreza material.

O Programa de Ação Social Direta (PASD) é um programa multissetorial entre o MGCAS e o Ministério da Saúde, apoiado pelo PAM e por outros parceiros, que fornece cestas básicas ou vales alimentação às famílias chefiadas por crianças e às famílias com membros doentes, em situação de insegurança alimentar e subnutridas. Este programa tem um elemento de reatividade ao choque, com diferentes partes do programa fornecendo aos beneficiários apoio a curto, médio e longo prazo.³¹³ Além disso, foi expandido verticalmente durante a COVID-19 e durante as secas anteriores.³¹⁴ Em 2021, o programa tinha 100.502 agregados familiares registrados.³¹⁵ Os beneficiários são inicialmente encaminhados para o programa pelos profissionais de saúde, garantindo que cumprem os requisitos de saúde, e o INAS é então responsável por garantir que cumprem os critérios de pobreza.³¹⁶ A transferência em gêneros ou o vale alimentação inclui arroz, milho, óleo, açúcar, amendoim, feijão, sal e ovos. A fortificação do óleo, do milho, do açúcar e do sal está prevista por decreto.³¹⁷ Este programa tem um elemento de reação ao choque. Especificamente, durante a COVID-19, 1.000.000 de beneficiários em áreas urbanas foram adicionados ao programa durante 6 meses.³¹⁸

³⁰⁶ OIT e UNICEF (2022). *Relatório sobre o orçamento da ação social*. Disponível on-line: <https://www.social-protection.org/gimi/gess/Media.action?sessionId=ov1qKei-qPTv35XlXrWbBrNSkotjeeKKGWCxRlJ6wpdoMsqlPKoh1393577045?id=18986>. Acesso: 31/11/2024

³⁰⁷ P. Arruda (2018). *O sistema de proteção social de Moçambique*. Disponível on-line: https://www.ipc-undp.org/pub/eng/WP173_Mozambique_s_socials_protection_system_an_overview_of_the_basic_social_subsidy_programme_the_direct_social_action_programme.pdf. Acesso: 02/02/2024

³⁰⁸ UNICEF (2022). *O Programa Bolsa Criança 0-2 em Moçambique*.

³⁰⁹ P. Arruda (2018). *O sistema de proteção social de Moçambique*.

³¹⁰ Entrevista com informante-chave.

³¹¹ Entrevista com informante-chave.

³¹² UNICEF (2022). *O Programa Bolsa Criança 0-2 em Moçambique*

³¹³ P. Arruda (2018). *O sistema de proteção social de Moçambique*

³¹⁴ Entrevista com informante-chave.

³¹⁵ UNICEF (2022). *O Programa Bolsa Criança 0-2 em Moçambique*.

³¹⁶ P. Arruda (2018). *O sistema de proteção social de Moçambique*

³¹⁷ Governo de Moçambique (2016). *Decreto nº 9/2016 que aprova o Regulamento para a Fortificação de Alimentos com Micronutrientes Industrialmente Processados*. Disponível on-line: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/moz155275.pdf>. Acesso: 02/02/2024

³¹⁸ Instituto de Investigação de Políticas Econômicas (2021). *O papel da segurança alimentar e da proteção social sensível à nutrição na redução da divisão entre a ajuda humanitária e o desenvolvimento na região da África do Sul*.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar destina-se aos alunos do ensino primário, com uma cobertura de apenas 4% dos alunos matriculados em 2021.³¹⁹ O programa incorpora alimentos fortificados e biofortificados, como um suplemento de milho fortificado, batata-doce de polpa alaranjada e outros produtos básicos, e é financiado principalmente por parceiros de desenvolvimento. Não só fornece micronutrientes essenciais, como também inclui avaliações de saúde, incluindo medições de altura e peso, testes de anemia e vermifugação.³²⁰ Apesar destes esforços, a cobertura limitada leva a considerar outras oportunidades para aumentar o impacto do programa. O programa não se adaptou para fornecer rações para levar para casa durante a pandemia.³²¹

Oportunidades

1. A expansão das componentes "plus" no projeto-piloto do Subsídio para Crianças 0-2 poderia ser apoiada por organismos de coordenação intersetorial a todos os níveis, do nacional ao comunitário.
2. O PASD, um importante programa de resposta a emergências, tem a oportunidade de se tornar mais sensível à nutrição. Por exemplo, a integração da MSC a par da distribuição de alimentos de emergência tem potencial para aumentar significativamente o seu impacto.
3. O programa de alimentação escolar poderia preparar-se para aplicar medidas de emergência ou de resposta a choques, a fim de assegurar a alimentação contínua dos alunos durante as catástrofes naturais e os conflitos.

³¹⁹ Fundação Global de Nutrição Infantil (2021). *Inquérito Global sobre Programas de Refeição Escolar Relatório do País, Moçambique*. Disponível on-line: https://gcnf.org/wp-content/uploads/2022/09/Mozambique_2021_r3.pdf. Acesso: 02/02/2024

³²⁰ Fundação Global de Nutrição Infantil (2021). *Inquérito Global sobre Programas de Refeições Escolares Relatório do País, Moçambique*.

³²¹ Ibid.

NAMÍBIA

Política e governança

Política de proteção social	Sim	Ministério responsável pela proteção social	Todos os PPSs foram recentemente (2020) consolidados num único ministério, o Ministério da Igualdade de Género, da Erradicação da Pobreza e da Segurança Social ³²²
Plano de Ação Multissetorial para a Nutrição	Sim	Ministério responsável pela nutrição	Os programas de nutrição são coordenados pelo Ministério da Saúde no âmbito dos mecanismos de coordenação da Segurança Alimentar e Nutricional a nível nacional, regional, dos círculos eleitorais e das comunidades. ³²³
Referência cruzada de políticas	<p>O Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 5 da Namíbia para o período 2017/18 - 2021/22 define a proteção social e a saúde e nutrição como prioridades nacionais.³²⁴ Como a finalização do PDN 6 está prevista para 2024, os compromissos das partes interessadas estão planejados para o primeiro trimestre do ano, apresentando uma oportunidade política estratégica para a integração de elementos sensíveis à nutrição no quadro da proteção social. A Política de Proteção Social da Namíbia (2021 - 2030) não se refere diretamente a vias de impacto sensíveis à nutrição, mas menciona que "a Política compromete-se a pôr em prática medidas para rever e converter os programas de assistência alimentar em espécie para o Banco Alimentar e os programas especiais de alimentação marginalizados numa transferência mensal de dinheiro".³²⁵ A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional revisada da Namíbia tem um objetivo que especifica que o atraso de crescimento entre as crianças deve ser reduzido através da garantia de acesso aos PPSs, entre outras intervenções sensíveis à nutrição.³²⁶ Em relação a isto, menciona estratégias específicas que abordam vias de impacto relacionadas com a nutrição, por exemplo, 'promover atividades de educação nutricional em intervenções de proteção social para aumentar a sensibilização dos agregados familiares para práticas nutricionais ideais', e 'promover intervenções sensíveis à nutrição, tais como programas de alimentação escolar como veículos para a educação nutricional, suplementação de micronutrientes, vermifugação de hortas escolares para grupos vulneráveis'.³²⁷</p>		
Programas relevantes	Subsídio para órfãos e crianças vulneráveis (incluindo subconjuntos de subsídio de acolhimento e pensão de alimentos), programa de alimentação escolar.		
Principais mecanismos de governança	O Ministério da Igualdade de Género, Erradicação da Pobreza e Assistência Social supervisiona a Equipa Central, composta por peritos técnicos de diferentes setores para monitorar e avaliar a Proteção Social. ³²⁸ A Equipe Central é designada para garantir que os diferentes Gabinetes, Ministérios e Agências sejam		

³²² UNICEF (2023). *Resumo do Orçamento da Namíbia para a Proteção Social*. Disponível on-line:

<https://www.unicef.org/esa/media/13011/file/Namibia-Social-Protection-Budget-Brief-2023-24.pdf>. Acesso: 02/02/2024

³²³ Ministério da Saúde (2021). *Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional revisada*

³²⁴ Governo da República da Namíbia (2017). *5º Plano de Desenvolvimento Nacional da Namíbia*. Disponível on-line:

<https://www.npc.gov.na/wp-content/uploads/2021/11/NDP5.pdf>. Acesso: 02/02/2024

³²⁵ Ministério da Igualdade de Género, Erradicação da Pobreza e Segurança Social (2021). *Política de Proteção Social* (MGEPEWS: Namíbia).

³²⁶ Ministério da Saúde (2021). *Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional revisada* (MOH: Namíbia).

³²⁷ Ibid.

³²⁸ Ministério da Igualdade de Género, Erradicação da Pobreza e Segurança Social (2021). *Política de proteção social*

responsabilizados pela execução de atividades no âmbito da política, de acordo com os seus mandatos.

Financiamento

Em 2022/2023, a Namíbia gastou aproximadamente 5,6% do PIB em proteção social, representando 16,1% do Orçamento Nacional.³²⁹ Os programas são inteiramente financiados pelo governo. Prevê-se que as distribuições projetadas para o ministério responsável pelos subsídios infantis (Ministério da Igualdade de Gênero, Erradicação da Pobreza e Bem-Estar Social) aumentem de N\$6,5 milhões para N\$19,9 milhões, avançando para a cobertura universal.³³⁰ Os PPSs não contributivos, como estes, constituem a maioria (estimada em 74%) da despesa total com a proteção social.³³¹

Programas relevantes e cobertura

O **Subsídio para Crianças Vulneráveis** é um subsídio incondicional para crianças, com subcategorias que incluem subsídios para acolhimento, subsídios para manutenção de crianças e subsídios para deficientes. Estes subsídios, introduzidos em 2014, são atribuídos a um progenitor biológico ou adotivo que ganhe menos de 1.000 dólares namibianos (N\$) por mês e que cuide de uma criança.³³² Outros critérios incluem um dos seguintes: o outro progenitor morreu ou está incapaz de trabalhar, o outro progenitor está na prisão há pelo menos 6 meses ou o cônjuge morreu. Os subsídios por filho apoiaram um total de 341.101 beneficiários em 2023/24,³³³ num total de aproximadamente 925.000.³³⁴ Em 2017, os últimos dados disponíveis, os beneficiários do abono de família recebiam N\$250 por mês, aumentando com cada criança no agregado familiar.³³⁵ O valor deste subsídio está diminuindo significativamente em termos reais desde 2000.³³⁶ Não parece haver nenhum componente adicional "plus" fornecido juntamente com este programa.

O **Programa de Alimentação Escolar** da Namíbia abrange as escolas pré-escolares, primárias e secundárias. Para mais informações, consultar a [Caixa 3](#).

Oportunidades

1. Tirando partido do seu sistema de proteção social bem estabelecido, a Namíbia tem potencial para explorar vias para aumentar a sensibilidade do Subsídio para Crianças Vulneráveis à nutrição. Isto poderia envolver o reforço das ligações com os serviços de saúde e nutrição e a incorporação da MSC, entre outras estratégias. A renovação iminente do PDN, com os próximos compromissos das partes interessadas, oferece uma oportunidade valiosa para avaliar estas possibilidades.

³²⁹ UNICEF (2023). *Resumo do Orçamento da Namíbia Proteção Social*.

³³⁰ Ibid.

³³¹ Ibid.

³³² MGEPSW (n.d.). *Bolsas de manutenção*. Disponível on-line: <https://mgpesw.gov.na/maintenance-grants>. Acesso em: 25/01/2024

³³³ UNICEF (2023). *Proteção social Resumo do orçamento da Namíbia*.

³³⁴ Note-se que este número de população se destina a dar uma indicação aproximada do número de crianças abrangidas por abonos de família, não pretendendo ser exato. Economia global (2022). *Namíbia: Percentagem de crianças*. Disponível on-line: https://www.theglobaleconomy.com/Namibia/percent_children/. Acesso em: 25/01/2024

³³⁵ OCDE (2018). *Financiamento da proteção social na Namíbia*. Disponível on-line:

https://www.oecd.org/countries/namibia/SPSR_Namibia.pdf. Acesso: 05/01/2024

³³⁶ Ibid.

SEICHELES

Política e governança

Política de proteção social	Informação não disponível	Ministério responsável pela proteção social	Agência de Proteção Social do Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais
Plano de Ação Multissetorial para a Nutrição	Informação não disponível	Ministério responsável pela nutrição	MS ³³⁷ , e o Ministério da Educação é responsável pelo programa de alimentação escolar
Referência cruzada de políticas	A Estratégia Nacional de Desenvolvimento (END) para o período de 2019 a 2023 destaca uma mudança na afetação de recursos dos idosos para as mães e crianças na proteção social. ³³⁸ Considerando a renovação iminente do PDN, isto representa uma oportunidade potencial para estabelecer ligações entre a nutrição, a proteção social e as populações nutricionalmente vulneráveis, como as mães e as crianças. Infelizmente, não foram encontradas fontes on-line para uma política de proteção social ou de nutrição multissetorial. Os principais informantes indicaram que a proteção social e a nutrição não são referenciadas nas políticas uns dos outros, no entanto, a Política de Segurança Alimentar e Nutricional de 2013 deverá ser atualizada em breve. ³³⁹		
Programas relevantes	Programa de alimentação escolar		
Principais mecanismos de governança	Informação não disponível		

Financiamento

Os últimos dados disponíveis, de 2015, revelam que as Seicheles afetaram aproximadamente 3,3% do seu PIB à proteção social, ultrapassando as médias observadas tanto na África Subsaariana como nos países de rendimento médio-alto a nível internacional.³⁴⁰ Durante a pandemia da COVID-19 em 2020, este valor aumentou para 8% do PIB.³⁴¹ Além disso, as análises indicam um enfoque nos indivíduos mais velhos, o que fornece uma base para a ênfase na Estratégia Nacional de Desenvolvimento para mudar o seu enfoque para as mães e crianças.³⁴²

Programas relevantes e cobertura

As Seicheles têm um **programa de alimentação escolar** que fornece refeições a todas as crianças nos centros de desenvolvimento da primeira infância do governo e nas escolas primárias e secundárias.³⁴³ A educação nutricional é fornecida através do currículo escolar, no entanto, o programa não inclui outros componentes sensíveis à nutrição, como a suplementação de micronutrientes ou a ligação a serviços de saúde ou de nutrição.³⁴⁴

³³⁷ Entrevista com informante-chave.

³³⁸ Governo das Seychelles (2019). *Estratégia de desenvolvimento nacional das Seicheles 2019-2023*. Disponível on-line: http://www.finance.gov.sc/uploads/files/Seychelles_National_Development_Strategy_2019_2023.pdf. Acesso: 31/01/2024

³³⁹ Entrevista com informante-chave.

³⁴⁰ Banco Mundial (2021). *Documento de avaliação do programa sobre um empréstimo proposto no valor de 30 milhões de dólares ao Reino das Seicheles para o reforço da qualidade do sistema de proteção social programa para resultados*. Disponível on-line: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/441051616983276293/pdf/Seychelles-Strengthening-Quality-of-the-Social-Protection-System-Program-for-Results-Project.pdf>. Acesso: 31/01/2024

³⁴¹ Ibid.

³⁴² Ibid.

³⁴³ Entrevista com informante-chave.

³⁴⁴ Entrevista com informante-chave.

Oportunidades

1. As informações disponíveis para esta análise não eram suficientes para identificar oportunidades específicas para as Seicheles. As [recomendações](#) da análise poderiam ser tidas em conta para melhorar a sensibilidade à nutrição das políticas e programas de proteção social.

ÁFRICA DO SUL

Política e governança

Política de proteção social	Não	Ministério responsável pela proteção social	Ministério do Desenvolvimento Social, juntamente com a sua Agência de Segurança Social da África do Sul
Plano de Ação Multissetorial para a Nutrição	Sim	Ministério responsável pela nutrição	O Departamento de Nutrição do Ministério da Saúde
Referência cruzada de políticas	O Plano Nacional de Desenvolvimento 2030 articula metas de alto nível para a proteção social na África do Sul, tais como "até 2030, a África do Sul deve ter um sistema abrangente de proteção social". ³⁴⁵ A África do Sul estabeleceu um Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para o período de 2018 a 2023. ³⁴⁶ Este plano visa estrategicamente "expandir medidas de proteção social específicas e programas de subsistência sustentáveis". Uma ação-chave correspondente delineada no plano é "expandir as medidas de proteção social específicas e os programas de meios de subsistência sustentáveis".		
Programas relevantes	Subsídio de apoio à criança, subsídio por dependência de cuidados, subsídio por acolhimento de crianças, Programa Nacional de Alimentação Escolar		
Principais mecanismos de governança	O Ministério da Educação, em estreita colaboração com o departamento de nutrição do Ministério da Saúde, coordena o Programa Nacional de Alimentação Escolar. ³⁴⁷		

Financiamento

Nos últimos dez anos, as distribuições orçamentais do Estado para a assistência social aumentaram anualmente, em termos reais, 3,5%.³⁴⁸ No entanto, prevê-se que as despesas públicas consolidadas diminuam em 2023, sendo o impacto mais significativo da redução das despesas públicas sentido pelos setores dos serviços sociais.³⁴⁹ Dados recentes indicam um declínio anual previsto de 6,8% nas distribuições dirigidas ao subsídio de apoio à criança durante o Quadro de Despesas a Médio Prazo 2019-2024.³⁵⁰ Além disso, o valor dos subsídios sociais deixou de estar associado à taxa de inflação no consumidor.³⁵¹

Programas relevantes e cobertura

A África do Sul dispõe de várias transferências monetárias incondicionais destinadas às crianças. O **Subsídio de Apoio à Criança** apoia 60% das crianças elegíveis no país, com o objetivo global de aliviar a pobreza e melhorar a saúde e a nutrição das crianças em agregados familiares de baixos rendimentos, liderados pela Agência Sul-Africana de Segurança Social.³⁵² Particularmente pertinente para as mulheres que trabalham no setor informal, o CSG é uma importante fonte de rendimento após o nascimento da criança, um período marcado por restrições à participação em empregos remunerados. Para poderem se beneficiar do programa, as beneficiárias devem ser as principais responsáveis por uma criança com menos de 18 anos de idade e ganhar

³⁴⁵ Departamento de Educação Básica (2016). *Relatório de Avaliação da Implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar*. Disponível on-line:

https://www.education.gov.za/Portals/0/Documents/Publications/NSNP%20Documents/1.%20NSNP_report%20final_17092016.pdf?ver=2018-11-09-083250-753. Acesso em: 28/11/2023

³⁴⁶ Governo da República da África do Sul (2018). *Segurança Alimentar e Nutricional Nacional*. Disponível on-line: <https://www.nutritionociety.co.za/wp-content/uploads/2021/02/National-Food-and-Nutrition-Security-Plan-2018-2023.pdf>. Acesso em: 28/11/2023

³⁴⁷ Ibid

³⁴⁸ UNICEF (2021). *Resumo do Orçamento para o Desenvolvimento Social*. Disponível on-line:

<https://www.unicef.org/esa/media/10401/file/UNICEF-South-Africa-2021-Social-Development-Budget-Brief.pdf>. Acesso: 15/01/2024

³⁴⁹ UNICEF (2022). *Resumo do Macro-Orçamento*.

³⁵⁰ UNICEF (2021). *Resumo do orçamento para o desenvolvimento social*.

³⁵¹ Ibid.

³⁵² Departamento de Educação Básica (2016). *Relatório de Avaliação da Implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar*.

menos de 52.800 rands por ano por progenitor.³⁵³ Em 2024, este programa fornecerá R510 por mês por criança, com um aumento de R20 no orçamento do novo ano financeiro.³⁵⁴ O **subsídio por dependência de cuidados** é concedido às crianças que sofrem de uma deficiência física ou mental grave e que não são cuidadas por uma instituição estatal. Este subsídio foi especificamente concebido para cobrir as necessidades das crianças com deficiência desde o nascimento até aos 18 anos de idade.³⁵⁵ Para os requerentes solteiros, o rendimento anual não deve exceder R223.200 por progenitor.³⁵⁶ O subsídio para **crianças de acolhimento** presta assistência financeira a pessoas que cuidam de crianças de acolhimento que foram colocadas à sua guarda por um tribunal devido a circunstâncias como serem órfãs, abandonadas, em risco, maltratadas ou negligenciadas.³⁵⁷ A colocação legal da criança de acolhimento aos cuidados do prestador de cuidados é um pré-requisito, e a criança deve permanecer à guarda do prestador de cuidados.

Durante a pandemia de COVID-19, a África do Sul instituiu o **Social Relief of Distress Grant**. Este programa, concebido para ajudar as pessoas com idades compreendidas entre os 18 e os 60 anos sem apoio financeiro, constitui uma medida de resposta aos impactos económicos da pandemia.³⁵⁸ Embora o programa não seja explicitamente destinado a agregados familiares com mulheres ou crianças, está em curso e serve de exemplo de um mecanismo de reação ao choque.

O **Programa Nacional de Alimentação Escolar** é uma iniciativa liderada pelo Governo que oferece uma refeição diária aos alunos das escolas primárias e secundárias em zonas economicamente desfavorecidas. Em 2020, 83% dos alunos matriculados no ensino primário e 63% dos alunos do ensino secundário beneficiaram-se do programa.³⁵⁹ Para além de fornecer apoio nutricional, o Programa Nacional de Alimentação Escolar pretende também transmitir conhecimentos aos alunos e aos pais sobre um estilo de vida saudável e incentivar a criação e o cultivo de hortas escolares.³⁶⁰ Inicialmente, uma parte dos fundos distribuídos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar destinava-se à educação nutricional.³⁶¹ No entanto, o Ministério do Ensino Básico indicou que não serão atribuídos fundos adicionais para este efeito. Embora os materiais de promoção da saúde se destinem a ser fornecidos às escolas e expostos, a sua disponibilidade tem-se revelado limitada.³⁶² Os alimentos biofortificados e fortificados são usados na preparação das refeições e os nutricionistas do Ministério da Saúde apoiam o desenvolvimento do menu. Além disso, o programa de saúde escolar ajuda a prestar serviços de saúde aos alunos, embora se note que estes programas funcionam separadamente.³⁶³ Durante a COVID-19, o Departamento de Educação Básica recebeu uma ordem judicial para começar a entregar refeições em casa,³⁶⁴ mostrando que há espaço para melhorias na concepção da capacidade de resposta a choques no futuro.

Oportunidades

1. Dado o sistema de proteção social bem estabelecido e maduro em vigor, existe uma oportunidade significativa para melhorar a integração de componentes sensíveis à nutrição no âmbito do programa de subsídios para crianças. Atualmente, vários departamentos gerem de forma independente projetos que ligam as crianças a serviços de saúde e nutrição e usam plataformas digitais para a MSC. A

³⁵³ Aproximadamente 2.790 dólares americanos por ano.

³⁵⁴ SASSA (2020). *Publicação no Twitter*. Disponível on-line:

https://twitter.com/OfficialSASSA/status/1253681540829151235?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Eembeddedtimeline%7Ctwtterm%5Escreen-name%3AOfficialSASSA%7Ctwtcon%5Es1 Acesso em: 28/01/2024 | M. Lukani (2024). *Orçamento 2024: Algumas boas notícias para os beneficiários de subsídios sociais, professores e setor da saúde*. Disponível on-line:

<https://www.parliament.gov.za/news/budget-2024-some-good-news-social-grant-beneficiaries-teachers-and-health-sector>. Acesso em: 27/02/2024

³⁵⁵ Governo da África do Sul (2024). *Subsídio para crianças acolhidas*. Disponível on-line: <https://www.gov.za/services/services-residents/parenting/child-care/care-dependency-grant>. Acesso em: 28/01/2024

³⁵⁶ Cerca de 11.700 USD por ano.

³⁵⁷ Cerca de 27 dólares americanos. Governo da África do Sul (2024). *Subsídio para crianças acolhidas*. Disponível on-line: <https://www.gov.za/services/child-care-social-benefits/foster-child-grant>. Acesso em: 28/01/2024

³⁵⁸ SASSA (n.d.). O projeto social

³⁵⁹ Fundação Mundial para a Nutrição Infantil (2021). *Relatório Nacional do Programa de Refeições Escolares: África do Sul*. Disponível on-line: https://gcnf.org/wp-content/uploads/2022/09/Zambia_2021-07_01_r2.pdf. Acesso: 01/02/2024

³⁶⁰ Governo da África do Sul (2024). *O que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar?* Disponível on-line:

<https://www.gov.za/faq/education/what-national-school-nutrition-programme-nsnp>. Acesso em: 28/01/2024

³⁶¹ Departamento de Educação Básica (2016). *Relatório de Avaliação da Implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar*. Disponível on-line:

https://www.education.gov.za/Portals/o/Documents/Publications/NSNP%20Documents/1.%20NSNP_report%20final_17092016.pdf?ver=2018-11-09-083250-753. Acesso em: 28/11/2023

³⁶² Ibid.

³⁶³ Entrevista com informante-chave.

³⁶⁴ Seção 27 (n.d.). *Programa Nacional de Alimentação Escolar*. Disponível on-line: <https://section27.org.za/campaigns/national-school-nutrition-programme/>. Acesso em: 27/02/2024

racionalização destes esforços poderia conduzir a uma maior eficiência, evitar duplicações e amplificar o impacto nos resultados nutricionais, o que é particularmente importante no contexto da diminuição das distribuições orçamentais.

2. É possível melhorar a concepção do Programa Nacional de Alimentação Escolar para que esteja preparado para choques e para o fornecimento de refeições escolares durante o encerramento das escolas.
-

REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA

Política e governança

Política de proteção social	Em projeto	Ministério responsável pela proteção social	Continente: Departamento de Proteção Social sob a tutela do Gabinete do Primeiro-Ministro; Ministério do Desenvolvimento Comunitário, Gênero, Mulheres e Grupos Especiais e Fundo de Ação Social da Tanzânia sob a tutela do Gabinete do Presidente. Zanzibar: Departamento de Idosos e Assistência Social ³⁶⁵
Plano de Ação Multissetorial para a Nutrição	Sim	Ministério responsável pela nutrição	Comitê Diretor de Alto Nível para a Nutrição sob a tutela do Gabinete do Primeiro-Ministro e do Centro de Alimentação e Nutrição da Tanzânia sob a tutela do Ministério da Saúde e do Bem-Estar Social
Referência cruzada de políticas	O Plano Nacional de Desenvolvimento Quinquenal da Tanzânia 2021/22 - 2025/26 especifica a segurança alimentar e nutricional e a proteção social como áreas-chave para apoiar o desenvolvimento humano no país. ³⁶⁶ O Plano de Ação Multissetorial para a Nutrição 2021/22 - 2025/26 da Tanzânia menciona a proteção social como um sistema chave para a nutrição no país, e é explícito quanto à importância de defender a integração da nutrição nos PPSs. ³⁶⁷ Há espaço para expandir mais sobre o que isto seria na prática dentro dos atuais PPSs da Tanzânia. Existem duas políticas de proteção social na República Unida da Tanzânia. Zanzibar tem uma Política de Proteção Social que foi aprovada em 2014. ³⁶⁸ A Política de Proteção Social da Tanzânia continental está atualmente em fase de projeto.		
Programas relevantes	Programa da Rede de Segurança Social Produtiva II		
Principais mecanismos de governança	O Comitê Diretor de Alto Nível para a Proteção Social Nacional será responsável pela coordenação multissetorial e pela aplicação da política de proteção social, com um grupo de trabalho temático dedicado aos programas não contributivos. ³⁶⁹		

Financiamento

Em 2021/22, as distribuições para a proteção social e a assistência social na Tanzânia continental aumentaram pelo terceiro ano consecutivo, representando 8,7% do orçamento nacional.³⁷⁰ Uma parte significativa (87%) do orçamento da proteção social e da assistência social é distribuída ao programa da rede de segurança social produtiva, proveniente principalmente da APD.³⁷¹ Em Zanzibar, em 2021/22, a proteção social e a assistência social absorveram 9,3% do orçamento total do governo, dos quais 3,9% foram destinados a programas de

³⁶⁵ UNICEF (2018). *Zanzibar: Análise do orçamento da proteção social*. Disponível on-line:

<https://www.unicef.org/tanzania/media/1471/file/Tanzania-Zanzibar-2018-Social-Protection-Budget-Analysis.pdf>. Acesso em: 20/01/2024

³⁶⁶ Ministério das Finanças e do Planejamento da República da Tanzânia (2021). *Plano quinquenal de desenvolvimento nacional 2021/22-2025/26*. Disponível on-line: <https://www.tro.go.tz/wp-content/uploads/2021/06/FYDP-III-English.pdf>. Acesso em: 22/01/2024

³⁶⁷ Gabinete do Primeiro-Ministro da República Unida da Tanzânia (2021). *Plano de Ação Nacional Multissetorial para a Nutrição*. Disponível on-line: <https://www.pmo.go.tz/uploads/documents/sw-1646121553-NMNAP.pdf>. Acesso em: 28/11/2023

³⁶⁸ Governo Revolucionário de Zanzibar (2020). *Avaliação intercalar da Política de Proteção Social de Zanzibar*. Disponível on-line: <https://www.unicef.org/tanzania/media/2566/file/ZSPP%20Mid-Term%20Evaluation.pdf>. Acesso em: 28/11/2023

³⁶⁹ UNICEF (2022). *Stawisha Maisha Nourishing Life Programme in Tanzania: Enhancing infant and young child nutrition through the national social safety net*. Disponível on-line: <https://www.unicef.org/esa/media/12546/file/Tanzania-SP-Nutrition-Case-Study-2022.pdf>. Acesso em: 20/01/2024

³⁷⁰ UNICEF (2022). *Documento sobre o orçamento - Proteção social e bem-estar*. Disponível on-line:

[https://www.unicef.org/esa/media/11556/file/UNICEF%20Tanzania%20\(Mainland\)%20Social%20Protection%20Brief%202022.pdf](https://www.unicef.org/esa/media/11556/file/UNICEF%20Tanzania%20(Mainland)%20Social%20Protection%20Brief%202022.pdf). Acesso: 02/01/2024

³⁷¹ UNICEF (2022). *Documento sobre o orçamento - Proteção social e bem-estar*.

assistência e bem-estar social.³⁷² Os principais desafios são a coordenação e a fragmentação do financiamento dos programas de assistência social.³⁷³

Programas relevantes e cobertura

O **Programa da Rede de Segurança Social Produtiva (PSSN II)** é um programa de transferência de dinheiro e de obras públicas coordenado pelo Fundo de Ação Social da Tanzânia, sob a tutela do Gabinete do Presidente.³⁷⁴ É implementado na Tanzânia continental e em Zanzibar. É o maior programa de assistência social do país. É constituído por transferências monetárias múltiplas e estratificadas. Em primeiro lugar, uma transferência monetária condicional de base, destinada a todos os agregados familiares beneficiários e subordinada à participação em grupos de poupança para as pessoas com capacidade de trabalho.³⁷⁵ Em segundo lugar, existe uma "transferência para grupos vulneráveis", através da qual os agregados familiares com uma criança entre os 0 e os 18 anos e as pessoas com deficiência recebem uma transferência de dinheiro. Em terceiro lugar, existe uma "transferência variável de capital humano", atribuída a agregados familiares com crianças, condicionada ao cumprimento das consultas de saúde e à frequência do ensino. Em 2021, havia mais de 1,2 milhões de agregados familiares beneficiando-se do programa, com mais de 4,8 milhões de beneficiários.³⁷⁶ Um projeto-piloto sensível à nutrição decorreu paralelamente a este programa (Caixa 7). Pretende-se que este programa seja aumentado, estando o processo de concepção em curso, mas enfrenta atualmente restrições de financiamento.³⁷⁷ O programa atual não é diretamente sensível aos choques devido ao fato de se basear em testes de recursos por procuração, identificando assim as pessoas cronicamente pobres, e não temporariamente, ou propensas ao impacto dos choques.³⁷⁸

CAIXA 9: O PROGRAMA STAWISHA MAISHA DA TANZÂNIA ³⁷⁹

Este documento serve como uma visão geral concisa do estudo de caso documentado da UNICEF sobre o programa. Para mais pormenores, consultar o documento referido.

Como parte do PSSN II, o programa Stawisha Maisha cash plus introduziu sessões de MSC orientadas por pares para melhorar as práticas de alimentação de bebês e crianças pequenas, em conjunto com as transferências de dinheiro, e estava condicionado à frequência regular das unidades de saúde. A avaliação final revelou uma melhoria nos conhecimentos relacionados com a alimentação de bebês e crianças pequenas. No entanto, não foi possível tirar conclusões definitivas sobre o impacto.

Oportunidades

1. Considerar as recomendações obtidas através do Stawisha Maisha, tais como a integração dos sistemas de proteção social e de gerenciamento da informação nutricional com os registros. Esta integração contribuirá para assegurar um processo de encaminhamento efetivo para a saúde e outros serviços sociais essenciais.
2. Há uma oportunidade para considerar o alinhamento dos quadros políticos para a nutrição e a proteção social, a fim de aumentar a clareza dos planos de implementação e estabelecer quadros sólidos de monitoramento e avaliação. Este alinhamento pode apoiar a expansão mais expandida de programas sensíveis à nutrição.

³⁷² UNICEF (2022). *Documento sobre o orçamento - Proteção social e bem-estar*.

³⁷³ Ibid.

³⁷⁴ UNICEF (2022). *Programa Nutrir a Vida de Stawisha Maisha na Tanzânia*

³⁷⁵ UNICEF (2022). *Programa Nutrir a Vida de Stawisha Maisha na Tanzânia*

³⁷⁶ UNICEF (2022). *Documento sobre o orçamento - Proteção social e bem-estar: Mainland Tanzania*. Disponível on-line: [https://www.unicef.org/esa/media/11556/file/UNICEF%20Tanzania%20\(Mainland\)%20Social%20Protection%20Brief%202022.pdf](https://www.unicef.org/esa/media/11556/file/UNICEF%20Tanzania%20(Mainland)%20Social%20Protection%20Brief%202022.pdf).

Acesso: 15/01/2024

³⁷⁷ Entrevista com informante-chave.

³⁷⁸ UNICEF (2022). *Programa Nutrir a Vida de Stawisha Maisha na Tanzânia*

³⁷⁹ UNICEF (2022). *Stawisha Maisha Nourishing Life Programme in Tanzania: Enhancing infant and young child nutrition through the national social safety net*. Disponível on-line: <https://www.unicef.org/esa/media/12546/file/Tanzania-SP-Nutrition-Case-Study-2022.pdf>. Acesso em: 20/01/2024

ZÂMBIA

Política e governança

Política de proteção social	Em projeto	Ministério responsável pela proteção social	Ministério do Desenvolvimento Comunitário e dos Serviços Sociais e Ministério da Educação, com o apoio da Comissão Nacional de Alimentação e Nutrição
Plano de Ação Multissetorial para a Nutrição	Não	Ministério responsável pela nutrição	MS
Referência cruzada de políticas	A Política de Proteção Social da Zâmbia está atualmente sendo revisada. Além disso, tem uma das únicas Diretrizes de Proteção Social Sensível à Nutrição na Região da SADC (Caixa 1). ³⁸⁰		
Programas relevantes	Programa Social de Transferência de Dinheiro, Programa de Alimentação Escolar Cultivado em Casa, Programa Piloto de Transferência de Dinheiro Social de 1.000 Dias da Zâmbia		
Principais mecanismos de governança	A Zâmbia tem um Grupo de Trabalho Técnico sobre Nutrição e Proteção Social que dá feedback ao Grupo de Trabalho Técnico sobre Nutrição. ³⁸¹ O Grupo de Trabalho Técnico de Nutrição, por sua vez, fornece orientação e feedback ao Comitê Especial para Secretários Permanentes de Nutrição. Esta estrutura de governança, incluindo um grupo de trabalho específico para a nutrição e proteção social, garante que as plataformas nacionais recebem recomendações sobre como melhorar a implementação das diretrizes de proteção social sensíveis à nutrição.		

Financiamento

O Governo da Zâmbia aumentou as distribuições para a proteção social em 2023 em 28,6% (nominal) e 44,4% (real)³⁸² em relação ao ano anterior.³⁸³ Isto representa um aumento de aproximadamente oito vezes em relação às distribuições de 2016 e, até 2023, indica um alinhamento com a despesa média líquida da ASS em redes de segurança social, que ascende a 1,5% do PIB.³⁸⁴ O Programa Social de Transferência de Dinheiro e o Pacote de Segurança Alimentar representam 45% e 14,8% do orçamento total da proteção social, respectivamente.³⁸⁵ Ambos os programas receberam distribuições mais elevadas, em conformidade com a intenção do Governo de aumentar o número de beneficiários. Este aumento contínuo indica o empenho do Governo da Zâmbia em relação a estes programas.

Programas relevantes e cobertura

O **programa de transferência social de dinheiro** é a transferência incondicional de dinheiro da Zâmbia destinada a ajudar as famílias pobres a satisfazerem as suas necessidades básicas e está em vigor desde 2003.³⁸⁶ Os beneficiários recebem 150 Kwacha zambianos por mês (2021). Para poderem se beneficiar do programa, os beneficiários devem residir no mesmo local durante, pelo menos, 6 meses e satisfazer um critério de rendimento, bem-estar ou necessidade do agregado familiar. Além disso, têm de ser um agregado familiar chefiado por uma mulher com 3 ou mais filhos, um agregado familiar chefiado por uma criança, ter uma

³⁸⁰ Ministério do Desenvolvimento Comunitário e dos Serviços Sociais (2022). *Nutrition-Sensitive Social Protection Guidelines* (Ministério do Desenvolvimento Comunitário: Lusaka, Zâmbia).

³⁸¹ Ibid.

³⁸² Não contabilização do efeito da inflação nas distribuições.

³⁸³ UNICEF (2023). Resumo do Orçamento da Zâmbia Proteção Social 2023. Disponível on-line:

<https://www.unicef.org/esa/media/12581/file/UNICEF-Zambia-Budget-Brief-Social-Protection-2023.pdf>. Acesso: 09/01/2024

³⁸⁴ Banco Mundial (2018). O estado das redes de segurança social. Disponível on-line:

<https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/8fefe01f3-fb9f-5e6d-b3f3-a9d5d846f5aa>. Acesso: 09/01/2024

³⁸⁵ UNICEF (2023). Resumo do Orçamento da Zâmbia para a Proteção Social 2023.

³⁸⁶ Ministério do Desenvolvimento Comunitário e dos Serviços Sociais (2021). Transferência Social de Dinheiro. Disponível on-line:

https://www.mcdss.gov.zm/?page_id=2086#:~:text=The%20cash%20transfer%20scheme%20sims.%2C%20education%2C%20of%20food%20and%20shelter. Acesso: 09/01/2024

deficiência grave, estar recebendo cuidados paliativos ou ter mais de 65 anos de idade.³⁸⁷ Em 2022, o programa efetuou pagamentos mensais a 973.323 beneficiários em todos os 116 distritos.³⁸⁸ Esperava-se que aumentasse para 1.374.500 em 2023.³⁸⁹ Uma avaliação de impacto realizada em 2014 concluiu que este programa reduziu em 18 % o número de agregados familiares em situação de insegurança alimentar grave e aumentou em 8 % o número de agregados familiares que têm 2 ou mais refeições por dia.³⁹⁰ Apesar de produzir estes resultados, é importante notar que o programa, por si só, não é estritamente uma abordagem sensível à nutrição. Em resposta a esta situação, o Ministério do Desenvolvimento Comunitário e dos Serviços Sociais, com o apoio de parceiros, está implementando uma iniciativa "cash plus" para desenvolver o programa de transferência de dinheiro acima referido (Caixa 7).

O programa de alimentação escolar da Zâmbia é aplicado nos estabelecimentos de ensino pré-escolar, primário e secundário. Em 2020, a cobertura dos estabelecimentos de ensino pré-escolar era de 64%, a das escolas primárias de 60% e a das escolas secundárias de 2%.³⁹¹ O programa é uma iniciativa de alimentação escolar caseira, liderada pelo governo e parcialmente financiada pela APD.³⁹² As refeições são preparadas com cereais fortificados e sal iodado.³⁹³ Para além disso, é ministrada educação nutricional aos alunos através do currículo e é administrado tratamento de vermifugação aos alunos, quando apropriado.

CAIXA 10: PROGRAMA-PILOTO DE TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS DE DINHEIRO DE 1.000 DIAS NA ZÂMBIA

Este programa-piloto integra elementos sensíveis à nutrição e ao gênero através de estratégias de cash-plus e intervenções específicas, usando o quadro de transferências sociais de dinheiro existente na Zâmbia. O principal objetivo consiste em reunir provas valiosas para uma potencial implementação em maior escala.

Antecedentes

O projeto-piloto 1.000 Dias de Transferência Social de Dinheiro (TSD) da Zâmbia, que decorre de janeiro de 2022 a dezembro de 2024, visa melhorar os resultados nutricionais das crianças com menos de 24 meses. É implementado pelo Governo da Zâmbia, com a orientação técnica da UNICEF, no âmbito da Fase II do Programa Conjunto das Nações Unidas para a Proteção Social. O programa integra ligações com serviços de saúde, aconselhamento nutricional e gerenciamento comunitário de casos como componentes de cash-plus, tanto a nível comunitário como das unidades de saúde. Orientado por uma teoria de mudança pormenorizada, aperfeiçoada através de ciclos de feedback contínuos, o projeto-piloto inspira-se no programa Nutrition Improvements through Cash and Health Education do Quênia.³⁹⁴ Atualmente operacional nos distritos de Chipata, Kalabo, Mpika e Mwinilunga, o projeto-piloto visa 12.900 agregados familiares, incluindo tanto os atuais beneficiários do TSD como os novos beneficiários.³⁹⁵

Abordagem

O projeto-piloto "1.000 dias de transferência social de dinheiro", que usa o programa TSD existente, identifica os agregados familiares vulneráveis com base no critério crítico dos 1.000 dias, centrando-se nos que têm membros grávidas ou crianças com menos de dois anos.³⁹⁶ Os beneficiários recebem uma transferência de dinheiro bimensal de 400 Kwacha zambianos (ZMW) do programa TSD, com um complemento adicional de 150 ZMW para "nutrição", a fim de aumentar a diversidade alimentar.³⁹⁷ Embora incondicionais, os programas

³⁸⁷ Ibid.

³⁸⁸ UNICEF (2023). *Resumo do Orçamento da Zâmbia para a Proteção Social 2023*.

³⁸⁹ Ibid.

³⁹⁰ Ministério do Desenvolvimento Comunitário e dos Serviços Sociais (2021). *Transferência Social de Dinheiro*.

³⁹¹ Fundação Mundial para a Nutrição Infantil (2021). *Relatório nacional do programa de refeições escolares: Zâmbia*. Disponível on-line: https://gcnf.org/wp-content/uploads/2022/09/Zambia_2021-07_01_r2.pdf. Acesso: 01/02/2024

³⁹² FAO (2021). *Avaliação do impacto dos programas Home Grown School Feeding e Conservation Agriculture Scale-up*. Disponível on-line: <https://www.fao.org/3/cb1841en/cb1841en.pdf>. Acesso: 09/01/2024

³⁹³ Fundação Mundial para a Nutrição Infantil (2021). *Relatório nacional do programa de refeições escolares: Zâmbia*.

³⁹⁴ Entrevista com informante-chave. Para mais informações sobre o programa NICHE: UNICEF (2022). *Addressing Child Poverty, Nutrition and Protection through the Nutrition Improvements through Cash and Health Education programme in Kenya (Abordar a pobreza, a nutrição e a proteção das crianças através do programa Nutrition Improvements through Cash and Health Education no Quênia)*. Disponível on-line: <https://www.unicef.org/kenya/reports/addressing-child-poverty-nutrition-and-protection>. Acesso em: 22/01/2024

³⁹⁵ I. Barnett, C. Sambo, & J.P Tranchant (2023). *Evidence Generation from the Gender and Nutrition Sensitive 1,000 Days in Social Cash Transfer Pilot: Midline Report*. (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento: Reino Unido).

³⁹⁶ O TSD visa os agregados familiares com pessoas com deficiência, idosos, crianças, mulheres e doentes crônicos.

³⁹⁷ 150 Kwacha zambianos são aproximadamente 5,7 USD | I. Barnett, C. Sambo, & J.P Tranchant (2023). *Geração de Evidências a partir do Programa Sensível ao Gênero e à Nutrição*

de sensibilização da comunidade orientam as despesas para a melhoria da nutrição e outras necessidades. Como uma iniciativa de cash plus, os beneficiários estão ligados a serviços adicionais através de um Gerenciamento Comunitário de Casos proativo, através de voluntários baseados na comunidade, e do sistema de referência "Janela Única", garantindo um acesso abrangente aos serviços necessários. A MSC no âmbito do programa está ligada aos serviços prestados através do programa Scaling Up Nutrition II (SUN II)³⁹⁸, que inclui água, saneamento, higiene, intervenções nos meios de subsistência, informação sobre nutrição, produção de alimentos em explorações agrícolas e desenvolvimento da primeira infância. O programa adota uma abordagem sensível ao gênero, visando os agregados familiares com mulheres grávidas, amamentando ou que prestam cuidados e capacitando as raparigas e mulheres adolescentes para um melhor bem-estar familiar. O projeto-piloto está sendo avaliado através de avaliações de base, intermédias e finais. Os relatórios da linha de base e da linha intermédia foram finalizados. As percepções do relatório qualitativo da linha intermédia indicam melhorias positivas na diversidade alimentar e na segurança alimentar das famílias, bem como uma melhor coordenação.³⁹⁹

Governança e ambiente político

Liderado pelo Ministério do Desenvolvimento Comunitário e dos Serviços Sociais (MCDSS) em colaboração com o Ministério da Saúde e a Comissão Nacional de Alimentação e Nutrição (NFNC). As ligações administrativas estabelecidas num projeto-piloto anterior sobre a proteção social sensível ao HIV foram aproveitadas para facilitar o envolvimento multisetorial entre os ministérios.⁴⁰⁰ O piloto é apoiado pelas Diretrizes de Proteção Social Sensível à Nutrição da Zâmbia.

Desafios e soluções

O projeto-piloto enfrentou desafios como o atraso no lançamento devido à pandemia de COVID-19, o alinhamento dos calendários de pagamento com o TSD existente e a garantia de ligações coerentes com outros serviços.⁴⁰¹ Tanto o TSD como os 1.000 dias de TSD implicam pagamentos em dinheiro. Inicialmente, registraram-se atrasos na recepção do complemento nutricional, mas a situação estabilizou. Um componente crucial do projeto-piloto é a promoção da ligação dos beneficiários a outros serviços e o desenvolvimento de ligações pré-existentes a nível distrital para reforçar a colaboração intersetorial. Este reforço exigiu uma colaboração mais estreita e uma comunicação coerente entre os diferentes ministérios envolvidos, o que levou à introdução de revisões semestrais a nível nacional e de reuniões mensais de coordenação a nível distrital. Ao nível distrital, os comitês receberam formação em MSC para melhorar a sua capacidade e capacitar ainda mais os voluntários da comunidade para melhorar as ligações entre os programas de proteção social e nutrição.⁴⁰²

Lições aprendidas até à data

O projeto-piloto de 1.000 dias de TSD na Zâmbia realça a importância de expandir as componentes "plus", incluindo a ligação a serviços como grupos de poupança de mulheres, saúde sexual e reprodutiva, aconselhamento nutricional, demonstrações culinárias e transformação de alimentos. O aproveitamento das estruturas comunitárias existentes, como os Voluntários de Base Comunitária e o SUN II, permite um uso eficiente dos recursos. O projeto-piloto beneficia-se do modelo descentralizado do país e das "ligações de janela única", em que os beneficiários podem acessar serviços multissetoriais, reforçando a integração intersetorial. A colaboração bem sucedida a nível distrital e comunitário garante um apoio abrangente, contribuindo para a resiliência e a sustentabilidade. A iniciativa tira partido das ligações administrativas estabelecidas e adota uma abordagem pragmática para melhorar a capacidade de resposta em matéria de gênero e nutrição no âmbito de um programa de assistência social existente, demonstrando a eficácia do uso das estruturas existentes.

Oportunidades

1. A iniciativa 2023 do Governo da Zâmbia de integrar os objetivos de nutrição em todos os ministérios, departamentos e agências constitui uma oportunidade para promover a coerência das políticas tanto a nível nacional como subnacional.
2. A inclusão explícita de indicadores de proteção social sensíveis à nutrição na orientação política é uma característica notável. No entanto, para aproveitar plenamente os benefícios desta inclusão, há uma oportunidade de desenvolver uma análise pormenorizada de todos os indicadores adaptados ao contexto zambiano. Além disso, a orientação sobre a integração destes indicadores nos sistemas

³⁹⁸ Para mais informações sobre este programa, consultar: <https://www.unicef.org/zambia/media/2411/file/Zambia-SUN-II-factsheet.pdf>

³⁹⁹ I. Barnett, C. Sambo, & J.P Tranchant (2023). *Geração de Evidências a partir do Programa Sensível ao Gênero e à Nutrição*

⁴⁰⁰ Entrevista com informante-chave.

⁴⁰¹ Entrevista com informante-chave.

⁴⁰² Entrevista com informante-chave.

de acompanhamento e avaliação existentes poderia contribuir para a eficácia da implementação e também para a avaliação do impacto.

ZIMBABUÉ

Política e governança

Política de proteção social	Sim	Ministério responsável pela proteção social	Ministério da Função Pública, do Trabalho e da Segurança Social
Plano de Ação Multissetorial para a Nutrição	Sim	Ministério responsável pela nutrição	Comitê de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério da Agricultura e Ministério da Saúde e dos Cuidados Infantis
Referência cruzada de políticas	Na sua Estratégia de Desenvolvimento 1 (2021 - 2025) , o governo do Zimbabué demonstrou o seu empenho em dar prioridade à proteção social, à nutrição e à segurança alimentar. Embora a estratégia não descreva explicitamente a interconexão destes setores, reconhece o impacto dos choques na segurança alimentar e na nutrição. ⁴⁰³ Os PPSs do Zimbabué são orientados pelo Quadro Nacional de Políticas de Proteção Social de 2016 . ⁴⁰⁴ Este sublinha o papel da assistência social na resposta aos desafios da nutrição e da insegurança alimentar enfrentados pelos grupos vulneráveis, incluindo as mulheres grávidas, as crianças e as mães lactantes. Além disso, a Estratégia Multissetorial de Alimentação e Nutrição para o Zimbabué (2023-2025) sublinha a importância da proteção social como uma área de resultados chave. ⁴⁰⁵		
Programas relevantes	Programas harmonizados de transferência de dinheiro, de atenuação do défice alimentar, de transferência de dinheiro de emergência e de alimentação escolar		
Principais mecanismos de governança	O Ministério da Agricultura preside os Comitês de Segurança Alimentar e Nutricional a nível provincial, distrital e de bairro, facilitando a implementação multissetorial da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. ⁴⁰⁶ Além disso, o Ministério da Função Pública, do Trabalho e da Segurança Social supervisiona a implementação da Política de Proteção Social através dos Comitês Diretivos Nacionais de Proteção Social a vários níveis. Os principais ministérios, incluindo o da Saúde e Cuidados Infantis, e o da Agricultura, participam nestes comitês. ⁴⁰⁷		

Financiamento

Em 2022, o Zimbabué atribuiu 0,7% do seu PIB à proteção social contributiva e não contributiva (2021 - 1,6%),⁴⁰⁸ que ficou abaixo da média da África Subsaariana de 1,5%.⁴⁰⁹ Além disso, a proteção social não contributiva, que engloba a assistência social e programas relacionados no âmbito desta análise, representou em média cerca de 4% do orçamento nacional em 2022, uma diminuição em relação aos 8% em 2021.⁴¹⁰ Vale ressaltar que as taxas de execução orçamental do programa de alimentação escolar em 2021 foram de 10%,⁴¹¹ afetando a cobertura. O programa de Mitigação do Déficit Alimentar e o programa de Alimentação Escolar, ambos detalhados abaixo, representam 14,1% do total das distribuições não contributivas.⁴¹²

Programas relevantes e cobertura

⁴⁰³ Governo da República do Zimbabué (2020). *Estratégia de Desenvolvimento Nacional 1 (janeiro de 2021-dezembro de 2025)*. Disponível on-line: https://www.veritaszim.net/sites/veritas_d/files/NDS.pdf. Acesso: 15/01/2024

⁴⁰⁴ Ministério da Função Pública, Trabalho e Segurança Social (2016). *Quadro Nacional de Política de Proteção Social para o Zimbabué*

⁴⁰⁵ Entrevista com informante-chave.

⁴⁰⁶ G. Kembo (2023). *Estratégia multissetorial de alimentação e nutrição para o Zimbabué (2023-2025)*, [Apresentação em PowerPoint].

⁴⁰⁷ Ministério da Função Pública, Trabalho e Segurança Social (2016). *Quadro Nacional de Políticas de Proteção Social para o Zimbabué* (Ministério da Função Pública, Trabalho e Segurança Social: Zimbabué).

⁴⁰⁸ UNICEF (2022). *Resumo do Orçamento da Proteção Social para 2022*. Disponível on-line:

https://www.unicef.org/esa/media/11856/file/Unicef_Zimbabwe_Social%20Protection_Budget_Brief_2022.pdf. Acesso: 15/01/2024

⁴⁰⁹ UNICEF (2021). *Resumo do Orçamento da Proteção Social para 2021*. Disponível on-line:

<https://www.unicef.org/esa/media/10216/file/UNICEF-Zimbabwe-2021-Social-protection-Budget-Brief.pdf>. Acesso: 19/01/2024

⁴¹⁰ UNICEF (2022). *Resumo do Orçamento da Proteção Social para 2022*.

⁴¹¹ Ibid.

⁴¹² Ibid.

No Zimbabué, o sistema de proteção social é implementado através de múltiplos pequenos programas que cobrem geralmente uma baixa percentagem da população - no total, estes programas cobrem 50% da população empobrecida.⁴¹³ Note que, em 2022, o Governo do Zimbabué, juntamente com os parceiros de desenvolvimento, desenvolveu um roteiro de ação para tornar o programa de Mitigação do Déficit Alimentar e de Transferência Monetária Harmonizada mais sensível aos choques, e incluiu considerações fundamentais e ações prioritárias. o roteiro de ação sobre proteção social sensível aos choques com considerações fundamentais e ações prioritárias para tornar os programas de Mitigação do Déficit Alimentar e de Transferência Monetária Harmonizada mais sensíveis aos choques.⁴¹⁴

O **programa de Mitigação do Déficit Alimentar** é gerenciado pelo Governo do Zimbabué e apoiado pelo PAM, para apoiar as famílias em situação de insegurança alimentar, especialmente durante a época de escassez, como forma de resposta alimentar de emergência. Este programa estende-se a todos os 60 distritos rurais do Zimbabué, com o Governo fornecendo cereais a 52 distritos e o PAM cobrindo os restantes 8 em 2022.⁴¹⁵ Cada um dos agregados familiares dos 52 distritos recebe 10 kg de cereais fortificados por pessoa do Governo, enquanto o PAM também fornece leguminosas e óleo, além dos cereais.⁴¹⁶ O Ministério da Saúde e dos Cuidados Infantis está colaborando ativamente com o Ministério da Função Pública, do Trabalho e da Segurança Social para ajudar a combater a subnutrição infantil. A proposta visa ampliar o âmbito do programa aos agregados familiares das comunidades com elevadas taxas de subnutrição, introduzindo flexibilidade no número de agregados familiares elegíveis para apoio.⁴¹⁷ Na sua concepção, este programa é sensível aos choques, uma vez que responde à época de escassez de alimentos, entre outubro e março de cada ano.⁴¹⁸

O **programa de transferências monetárias harmonizadas** é o principal programa de transferências monetárias incondicionais liderado pelo Governo, lançado em 2012. O programa tem como alvo os agregados familiares em situação de insegurança alimentar, ou seja, os agregados familiares que vivem abaixo do limiar de pobreza alimentar, e os agregados familiares com restrições laborais.⁴¹⁹ Os agregados familiares recebem o equivalente a 20 - 65 USD, consoante o número de pessoas.⁴²⁰ Entre 2014 e 2020, o programa aumentou a cobertura de 55.509 agregados familiares para 4,1 milhões de beneficiários, com 3,8 milhões para além destes com uma necessidade de assistência não satisfeita.⁴²¹ Uma avaliação realizada em 2018 constatou um aumento significativo na compra de alimentos ricos em nutrientes, como legumes, laticínios e leguminosas, sem impacto no consumo agregado de alimentos.⁴²² Atualmente, a transferência de dinheiro não foi concebida para responder a choques.⁴²³ Também não é inerentemente sensível à nutrição.

O **Programa de Alimentação Escolar** é ministrado aos alunos do ensino pré-escolar e do ensino primário, em 2020 a cobertura foi de 100% e 64%, respectivamente.⁴²⁴ Atualmente, fornece refeições preparadas com alimentos fortificados, tais como cereais e sal, efetua testes de anemia aos alunos e fornece tratamento contra a vermifugação.⁴²⁵ Num esforço para aumentar a sensibilidade do programa à nutrição, este é agora apoiado pelas Diretrizes de Nutrição Escolar para o Zimbabué, que especificam as áreas temáticas dos serviços de nutrição, tais como o rastreio e a suplementação de micronutrientes, a alimentação escolar caseira e a

⁴¹³ UNICEF (2022). *Resumo do Orçamento da Proteção Social para 2022*.

⁴¹⁴ MoPSLSW (2022). *Roteiro de proteção social sensível ao choque no Zimbabué* (MoPSLSW: Zimbabué).

⁴¹⁵ M. Takangovada (2023). *Programa de Mitigação do Déficit Alimentar - Plano de Resposta: 2022 - 2023* [apresentação em PowerPoint]. Disponível on-line: https://fscluster.org/sites/default/files/documents/fdms-response_plan_presentation_2022-09-23.pdf. Acesso em: 22/01/2024

⁴¹⁶ E. Mtetwa (2022). *Planos de Resposta Provinciais* [apresentação em PowerPoint]. Disponível on-line: https://fscluster.org/sites/default/files/documents/fdmp_2021-22-response-planning-fslc-15102021.pdf. Acesso em: 22/01/2024

⁴¹⁷ Entrevista com informante-chave.

⁴¹⁸ MoPSLSW (2022). *Roteiro de proteção social sensível aos choques Zimbabué*

⁴¹⁹ FAO (2015). *Programa Harmonizado de Transferência de Dinheiro Social do Zimbabué: impactos nas atividades produtivas e na alocação de trabalho*. Disponível on-line: <https://www.fao.org/documents/card/en?details=6eba3800-2a5f-4aac-addc-125514529e6a/#:~:text=The%20HSCT%20is%20an%20unconditional.and%20face%20household%20labour%20constraints>. Acesso: 15/01/2024

⁴²⁰ UNICEF (2022). *Avaliação de Impacto a Médio Prazo do Programa Social de Emergência de Transferência de Dinheiro* (UNICEF: Zimbabué).

⁴²¹ Ibid.

⁴²² UNICEF (2018). *O programa harmonizado de transferências monetárias do Zimbabué melhora a segurança alimentar e reduz a dependência de ofertas de alimentos*. Disponível on-line: https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/IWB_2018_18.pdf. Acesso em: 20/01/2024

⁴²³ MoPSLSW (2022). *Roteiro de proteção social sensível aos choques Zimbabué*

⁴²⁴ Fundação Mundial para a Nutrição Infantil (2021). *Relatório Nacional do Programa de Refeições Escolares: Zimbabué*. Disponível on-line: https://gcnf.org/wp-content/uploads/2022/04/Namibia_2021_01_24.pdf. Acesso: 01/02/2024

⁴²⁵ Ibid.

educação nutricional.⁴²⁶ O programa não forneceu rações para levar para casa durante a pandemia de COVID-19.⁴²⁷

Outro programa digno destaque é o **programa de transferências monetárias de emergência** iniciado durante a pandemia de COVID-19 em 2020, implementado pelo Ministério da Função Pública, do Trabalho e da Segurança Social com o apoio da UNICEF e de outros parceiros.⁴²⁸ O programa foi concebido com base nas características do programa harmonizado de transferências de dinheiro, mas inclui algumas alterações para permitir uma expansão mais rápida e econômica do programa, concentrando-se nas áreas ainda não abrangidas.⁴²⁹ O objetivo deste programa é "reduzir a insegurança alimentar, melhorar a diversidade alimentar e melhorar os resultados em termos de saúde materna e infantil". Dá prioridade aos agregados familiares com crianças e mulheres grávidas, aos agregados familiares chefiados por mulheres, bem como aos idosos e às pessoas com deficiência. Inclui transferências mensais de dinheiro e o gerenciamento de casos de proteção e bem-estar das crianças, bem como aconselhamento e rastreio nutricional prestados por técnicos comunitários de cuidados infantis.⁴³⁰ A avaliação final mostrou que o programa teve um impacto positivo nos resultados da diversidade alimentar e na segurança alimentar das famílias.

Oportunidades

1. Existem possibilidades de aumentar a densidade nutricional do programa de atenuação do déficit alimentar, complementando-o com leguminosas ou outras fontes alimentares ricas em proteínas.
2. Os componentes "cash plus" fornecidos pelo programa de transferência de dinheiro de emergência demonstraram ter um impacto benéfico. Estes componentes poderiam ser considerados para serem expandidos ao programa harmonizado de transferência de dinheiro.

⁴²⁶ Ministério do Ensino Primário e Secundário (2022). *Orientações sobre nutrição escolar para o Zimbabué 2022* (MoPSE: Zimbabué).

⁴²⁷ Fundação Mundial para a Nutrição Infantil (2021). *Relatório Nacional do Programa de Refeições Escolares: Zimbabué*

⁴²⁸ Incluindo a GOAL, a World Vision, a Mukuru e a ONA.

⁴²⁹ UNICEF (2022). *Avaliação de Impacto a Médio Prazo do Programa Social de Emergência de Transferência de Dinheiro*

⁴³⁰ UNICEF (2022). *Avaliação de Impacto a Médio Prazo do Programa Social de Emergência de Transferência de Dinheiro*

Conclusão

Em conclusão, este estudo sublinha o papel crítico das estruturas de governança e dos quadros políticos na formação de PPS eficazes sensíveis à nutrição em toda a Região da SADC. Os resultados revelam variações significativas no apoio político e nas fases de implementação entre os Estados Membros. Embora as políticas desempenhem um papel fundamental na orientação das intervenções, uma notável ausência de planos de ação explícitos e implementáveis coloca, em muitos casos, desafios à implementação prática. Apesar disso, exemplos louváveis de alguns Estados-Membros sublinham o potencial de desenvolvimento de políticas de proteção social sensíveis à nutrição, proporcionando pontos de entrada valiosos para o reforço. O panorama da governança, que abrange organismos de coordenação multissetoriais e grupos de trabalho técnicos desde o nível nacional até aos níveis comunitários, é fundamental para a concepção e implementação de programas de proteção social sensíveis à nutrição - um aspecto sublinhado em todos os Estados-Membros.

O panorama do financiamento da proteção social varia na região. Contudo, os temas comuns incluem uma capacidade orçamental limitada e incertezas quanto à sustentabilidade a longo prazo dos programas, especialmente nos Estados-Membros que dependem de financiamento externo. Algumas estratégias, incluindo a obtenção de ganhos de eficiência ao visar as populações mais vulneráveis e a criação de sinergias entre os serviços existentes.

A inclusão de componentes sensíveis à nutrição nos programas de assistência social está ainda numa fase inicial na Região, com a maioria dos programas atualmente na fase piloto e os programas nacionais de maior dimensão apresentando oportunidades significativas de melhoria. Apesar da implementação generalizada de programas de transferência de dinheiro por muitos Estados Membros, estes revelam frequentemente áreas de melhoria em termos de características sensíveis às crianças ou à nutrição, tais como a orientação para os mais vulneráveis do ponto de vista nutricional ou a integração intencional com outros serviços. Além disso, apesar de a proteção social sensível ao gênero não ser muito comum na Região, alguns Estados-Membros estão realizando experiências-piloto com agregados familiares com mulheres grávidas, amamentando ou cuidando de crianças e capacitando raparigas e mulheres adolescentes através de intervenções nos meios de subsistência. Além disso, embora alguns Estados-Membros estejam a trabalhar ativamente para criar ligações entre os beneficiários e os serviços de saúde e de nutrição, há oportunidades perdidas em fornecer aos beneficiários que recebem transferências monetárias a MSC para cuidados infantis, alimentação e outros aspectos de uma boa nutrição.

Finalmente, as fraquezas nos sistemas de monitoramento e a falta de avaliações relacionadas com os programas, particularmente na integração entre nutrição e proteção social, destacam a necessidade de quadros coesos e coordenados. Casos exemplares como o Botswana e o Zimbabué demonstram a utilização eficaz de dados coletados regularmente para informar a tomada de decisões, a concepção e a orientação da proteção social, particularmente quando ocorrem choques. É evidente uma necessidade urgente de explorar oportunidades para ligar sistemas de informação integrados, tais como registos sociais, com dados relacionados com a nutrição sobre grupos vulneráveis. O Quadro Operacional Sensível à Nutrição do Malawi serve como um modelo potencial para incorporar a integração, sublinhando a importância de quadros coesos de monitoramento e avaliação na orientação dos programas.

Essencialmente, as estruturas de governança robustas e as políticas bem definidas são pedras angulares para a eficácia dos PPSs sensíveis à nutrição que ajudarão a apoiar o bem-estar das crianças e das mulheres na Região. À medida que os Estados Membros desenvolvem progressivamente os seus sistemas de proteção social, as melhorias na formulação de políticas, estruturas de governação, estratégias fiscais para aumentar a eficiência e concepções programáticas baseadas em provas contribuirão para apoiar melhor o bem-estar e os resultados nutricionais das populações nutricionalmente vulneráveis em toda a Região da SADC.

Recomendações

Política

1. Estabelecer um melhor alinhamento entre as políticas de proteção social e de nutrição, identificando os principais pontos de entrada para melhorar a sensibilidade à nutrição dos PPSs existentes, a fim de promover a sinergia e a complementaridade. Isto implica a integração de objetivos de nutrição nos programas atuais, a orientação das transferências de dinheiro para populações nutricionalmente vulneráveis, como as mulheres grávidas e as crianças com menos de cinco anos, e o apoio à MSC para a nutrição infantil.
2. Assegurar que as políticas de nutrição e de proteção social incorporem planos de implementação com metas, objetivos, finalidades, indicadores e calendários bem definidos, relacionados com a integração de componentes sensíveis à nutrição nos PPSs. Indicar claramente os intervenientes responsáveis pela execução e os meios de responsabilização, nomeadamente perante os beneficiários.
3. Assegurar que as estratégias de gerenciamento das catástrofes apoiem as populações vulneráveis do ponto de vista nutricional e abordar a forma como os serviços de nutrição serão expandidos juntamente com a proteção social durante os choques.

Governança

1. Estabelecer plataformas de coordenação a nível nacional e local para os diferentes ministérios setoriais e forças de trabalho em matéria de proteção social/bem-estar social, saúde e nutrição e outros setores relevantes, a fim de apoiar as ligações entre sistemas e as ações coordenadas, reforçando a sensibilidade dos programas existentes à nutrição.

Financiamento

1. Analisar áreas para ganhos de eficiência dentro de um espaço orçamental limitado, por exemplo, quando pertinente, explorando o uso de estruturas comunitárias existentes ou plataformas digitais para a MSC e a ligação a serviços básicos.
2. Explorar a APD para melhorar o gerenciamento das finanças públicas, promovendo o envolvimento coordenado com os governos responsáveis pelos sistemas de proteção social emergentes. Esta abordagem oferece um roteiro potencial para a transição de iniciativas lideradas por doadores para iniciativas lideradas pelo governo.
3. Incorporar mecanismos nos sistemas de finanças públicas que permitam a rápida mobilização de fundos para apoiar o aumento das transferências sociais sensíveis à nutrição, em resposta imediata a situações de emergência. O objetivo é prevenir a subnutrição durante as crises num contexto de espaço orçamental limitado, analisar as oportunidades específicas do contexto para obter ganhos de eficiência. Por exemplo, explorar o uso das estruturas comunitárias existentes para fornecer MSC adicionais aos beneficiários ou para servir de pontos de contato centrais para a ligação aos serviços básicos.

Programas

1. Conceber programas de assistência social destinados a populações vulneráveis do ponto de vista nutricional, criando categorias específicas de elegibilidade para mulheres grávidas e crianças com menos de cinco anos e adotando abordagens que tenham em conta as questões de gênero. No caso dos programas existentes, isto poderia incluir a incorporação de "complementos" adicionais ou outras melhorias do programa especificamente concebidas para estes grupos-alvo.
2. Identificar pontos de entrada dentro dos programas nacionais de assistência social para envolver os participantes na MSC nutricional para apoiar melhores práticas nutricionais (aplica-se a programas de transferência de dinheiro e programas de transferência de alimentos).
3. Identificar oportunidades para ligar os participantes em programas nacionais de assistência social a serviços de nutrição e outros, por exemplo, através de serviços integrados de gerenciamento de casos e outras formas de proteção social, como a segurança social, para apoiar um melhor uso dos serviços de saúde e outros.
4. Assegurar que as transferências em gêneros, ricas em nutrientes, sejam fornecidas em contextos com acesso limitado aos alimentos, usando alimentos fortificados ou opções culturalmente relevantes ricas em micronutrientes e proteínas.
5. Ajustar os valores das transferências monetárias para refletir o custo local dos alimentos ricos em nutrientes e assegurar atualizações regulares para manter o poder de compra no mínimo.

6. Desenvolver estratégias nacionais de nutrição escolar que incluam a alimentação escolar, a educação nutricional e a nutrição, bem como serviços de nutrição para crianças e adolescentes em idade escolar, e iniciativas políticas mais amplas para apoiar ambientes alimentares saudáveis.
7. Reforçar a orientação dos programas de ação social para as pessoas vulneráveis do ponto de vista nutricional, recorrendo mais aos dados coletados regularmente em matéria de nutrição e de vulnerabilidade, e melhorar os mecanismos de alerta precoce em caso de choques.

Controle e avaliação

1. Utilizar sistemas de monitoramento e avaliação estabelecidos, defendendo a incorporação de dados coletados rotineiramente relacionados com a nutrição, como o monitoramento do crescimento infantil e as avaliações de vulnerabilidade. Esta integração pode ajudar a direcionar mais eficazmente os programas de proteção social para áreas, comunidades e indivíduos nutricionalmente vulneráveis, incluindo crianças subnutridas. Além disso, esses sistemas podem melhorar os mecanismos de alerta precoce para choques, especialmente considerando a sua frequência crescente na Região da SADC.
2. Desenvolver uma agenda de pesquisa futura sobre a proteção social sensível à nutrição na Região, com base nas questões-chave identificadas neste relatório. Os conhecimentos resultantes podem informar ainda mais a tomada de decisões baseadas em evidências, garantindo a melhoria contínua e a otimização dos PPSs sensíveis à nutrição em toda a Região da SADC. Exemplos de investigação futura incluem avaliações de processo e impacto dos programas de proteção social e a compreensão de como as políticas e programas multissetoriais sensíveis à nutrição são melhor financiados através dos orçamentos governamentais.

ANEXO 1: Resumo dos indicadores de nutrição

Tabela 5: Indicadores de nutrição nos Estados-Membros

Estados-Membros	Prevalência do atraso de crescimento ⁴³¹	Prevalência de desperdício ⁴³²	Excesso de peso ⁴³³	Baixo peso ao nascer ⁴³⁴	Anemia em WRA ⁴³⁵
Média global	22,5	6,8 (2022)	5,6	14,7	30
Região da África Subsaariana Média	31,9	6 (2022)	3,6	13,9	33 - 49 ⁴³⁶
Angola	38 ⁴³⁷	4,9 (2015)	3,3 ⁴³⁸	10,6 ⁴³⁹	No data ⁴⁴⁰
Botswana	22,1	7,3 (2007)	10,1	16,8	32,5
Comores	26,9	11,2 (2012)	8	23	33,8
RDC	40,7	6,4 (2017)	3,7	10,2	42,4
Eswatini	21,8	2 (2014)	8	10,2	30,7
Lesoto	32	2,1 (2018)	6,9	14,4	27,9
Madagáscar	39,4	7,2 (2021)	1,5	18,7	37,8
Malawi	34,6	2,1 (2020)	3,8	15,6	31,4
Maurícia	8,7	15,7 (1995)	6,8	18,7	23,5
Moçambique	37	3,9 (2020)	5,5	17,8	47,9
Namíbia	22,7	7,1 (2013)	5,2	15,6	25,2
Seicheles	7	4,3 (2012)	9,1	12,5	25,1
África do Sul	27,4	3,8 (2017)	12,3	16,6	30,5

⁴³¹ Média global e subsaariana com base em estimativas para 2021. A subnutrição é uma estimativa modelizada. Fonte dos dados: UNICEF, WFO, Banco Mundial (2023). *Estimativas conjuntas de subnutrição*. Disponível on-line: https://data.unicef.org/wp-content/uploads/2019/04/UNICEF_WHO_WB_Global_Expanded_Databases_Wasting_May_2023.xlsx. Acesso em: 25/01/2024

⁴³² Média mundial e subsaariana baseada em estimativas para 2022. Dados dos inquéritos mais recentes dos Estados-Membros (DHS/MICS). Fonte dos dados: UNICEF, WFO, Banco Mundial (2023). *Estimativas conjuntas sobre a subnutrição*. Disponível on-line: https://data.unicef.org/wp-content/uploads/2019/04/UNICEF_WHO_WB_Global_Expanded_Databases_Wasting_May_2023.xlsx. Acesso em: 25/01/2024

⁴³³ Média global e subsaariana com base em estimativas para 2021. O excesso de peso é uma estimativa modelizada. Fonte dos dados: UNICEF, WFO, Banco Mundial (2023). *Estimativas conjuntas de subnutrição*. Disponível on-line: https://data.unicef.org/wp-content/uploads/2019/04/UNICEF_WHO_WB_Global_Expanded_Databases_Wasting_May_2023.xlsx. Acesso em: 25/01/2024

⁴³⁴ Estimativas de baixo peso ao nascer, todo o ano de 2020. Dados provenientes de: UNICEF (2023). *Estimativas de baixo peso ao nascer*. Disponível on-line: <https://data.unicef.org/topic/nutrition/low-birthweight/>. Acesso em: 25/01/2024

⁴³⁵ Prevalência de anemia em mulheres em idade reprodutiva (15-49 anos) estimativas, todos 2019. Fonte dos dados: UNICEF (2023). *Dados sobre a nutrição das mulheres*. Disponível on-line: https://data.unicef.org/wp-content/uploads/2023/03/UNICEF_Global-database_Womens-Nutrition_March-2023.xlsx. Acesso em: 25/01/2024

⁴³⁶ Média da África Ocidental e Central: 49% e África Oriental e Austral: 33%

⁴³⁷ DHS (2015). *Angola 2015-16 Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) Principais conclusões*. Disponível on-line: <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/SR238/SR238.pdf>. Acesso em: 26/03/2024

⁴³⁸ Ibid.

⁴³⁹ Ibid.

⁴⁴⁰ Ibid.

Tanzânia	31,8	3,3 (2022)	4,6	9,7	38,9
Zâmbia	32	4,2 (2018)	5,4	11,2	31,5
Zimbábue	26,7	2,9 (2019)	2,8	11,8	28,9

ANEXO 2: Pesquisa bibliográfica

ESTRATÉGIA DE PESQUISA PRELIMINAR

A estratégia de pesquisa usou uma combinação de pesquisa sistemática e intencional. O quadro 5 resume esta estratégia.

Tabela 6: Prazo, línguas, fontes de informação e método da estratégia de pesquisa

	Literatura revisada por pares	Literatura cinzenta
Período de tempo	2000 - 2023	Nenhum intervalo de datas prescrito
Línguas	Francês e inglês	
Fontes de informação	Scopus, African Journals Online, Global Health	Google, Google Scholar, sites da Web de ministérios/governos
Método	Sistemático	Com um objetivo

Nota: A estratégia de pesquisa foi testada e ajustada durante a implementação.

TERMOS DE PESQUISA - PESQUISA SISTEMÁTICA

A Tabela 3 abaixo apresenta um resumo dos termos de pesquisa usados na pesquisa bibliográfica sistemática.

Tabela 7: Termos de pesquisa para a pesquisa sistemática

Termos de pesquisa	
Proteção social	"Proteção social" ou "assistência social" ou "redes de segurança" ou "política social" ou "transferências de dinheiro" ou "cash plus" ou "proteção social integrada" ou "distribuição de alimentos" ou "assistência alimentar" ou "em espécie" ou "transferência de alimentos"
Sensível à nutrição	"Sensível à nutrição" ou "empoderamento das mulheres" ou "serviços de saúde" ou "cuidados de saúde primários" ou "serviços de nutrição" ou "comunicação" ou "MSC" ou "saneamento" ou "WASH" ou "planejamento familiar" ou "agricultura" ou "segurança alimentar" ou "proteção infantil" ou "acesso ao mercado" ou "educação" ou "fortificação alimentar"
SADC	"SADC" ou "Comunidade de Desenvolvimento da África do Sul" ou "Angola" ou "Botswana" ou "Comores" ou "República Democrática do Congo" ou "RDC" ou "Essuatíni" ou "Suazilândia" ou "Lesoto" ou "Madagáscar" ou "Malavi" ou "Maurícia" ou "Moçambique" ou "Namíbia" ou "Seicheles" ou "África do Sul" ou "Tanzânia" ou "Zâmbia" ou "Zimbábue"

Resultados nutricionais	"Emagrecimento" ou "peso por altura" ou "desnutrição aguda" ou "atraso de crescimento" ou "altura por idade" ou "anemia" ou "deficiência de ferro" ou "peso a menos" ou "peso por idade" ou "deficiência de micronutrientes"
Grupos vulneráveis	"mulheres" ou "mães" ou "maternas" ou "lactantes" ou "lactentes" ou "crianças" ou "adolescentes" ou "jovens" ou "pessoa jovem" ou "recém-nascidos" ou "grávidas" ou "lactantes" ou "crianças em idade pré-escolar" ou "crianças em idade escolar" ou "mulheres em idade reprodutiva"

ANEXO 3: Guia de entrevista com informantes-chave

Obrigado por dedicar algum tempo para responder a estas perguntas.

Como lembrete: o projeto visa identificar e avaliar as lacunas e oportunidades de políticas e programas para a proteção social sensível à nutrição na região da SADC, a fim de promover melhores resultados nutricionais.

Ao fazê-lo, estamos interessados em identificar programas de proteção social positivamente impactantes ou promissores na Região que apoiem pessoas vulneráveis à nutrição, especificamente mulheres, crianças e adolescentes, e os seus resultados nutricionais. Também estamos interessados em determinar oportunidades politicamente viáveis para a expansão da proteção social sensível à nutrição.

Estamos à procura de informações sobre quaisquer programas de assistência social que visem ter um impacto nutricional em termos de melhoria da nutrição das crianças, disponibilidade de alimentos nutritivos para as crianças, acesso a serviços de saúde e nutrição, melhores práticas de nutrição ou que visem evitar a deterioração da nutrição em tempos de crise.

Para efeitos do presente estudo, centramo-nos na assistência social, mais especificamente nas transferências monetárias, nos programas cash-plus e nas transferências em espécie.

1. Qual é o seu nome e a que organização ou departamento está afiliado?
2. Está familiarizado com o termo proteção social sensível à nutrição?
3. Poderia compartilhar a sua opinião sobre o estado atual da proteção social e da proteção social sensível à nutrição no **País X**?
4. Poderia dar uma panorâmica das principais políticas de proteção social e nutrição nas Seicheles?
 - a. A proteção social está incluída nas políticas de nutrição?
 - b. As políticas de proteção social incluem objetivos de nutrição?
5. Que programas de assistência social existem no **País X** (por exemplo, transferências nacionais de dinheiro e também durante as crises)?
6. Que programas de assistência social sensíveis à nutrição existem, quer como parte dos sistemas nacionais, quer como projetos-piloto de cash-plus? Dispõe de informações sobre datas, doadores, âmbito e/ou planos de expansão?
7. Tem conhecimento de alguma prova que demonstre o impacto nutricional de qualquer uma das ações acima referidas, em termos de resultados nutricionais, alimentos, práticas, serviços e capacitação das mulheres?
8. Pode falar sobre a medida em que as políticas, os quadros de programação e as parcerias do **País X** preparam os seus sistemas para os choques? Estão adaptando os seus sistemas para manter a programação de rotina e, ao mesmo tempo, estarem prontos para responder?
9. Existem exemplos ou inovações em termos da forma como os sistemas ou programas do **País X** apoiaram os agregados familiares na sequência de um choque, por exemplo a covid-19, ou de catástrofes naturais, como inundações, etc., como as que ocorreram no Malawi ou em Moçambique?

10. Tem conhecimento de algum plano de políticas ou programas fundamentais em curso para o **País X**? Por exemplo, quando é que as principais políticas serão atualizadas ou quando é que os novos programas estarão em fase de concepção.
11. Consegue lembrar-se de algum desafio ou obstáculo importante que tenha sido ultrapassado em relação a qualquer uma destas políticas ou programas? Por exemplo, que estejam impedindo o aumento de escala.
12. Qual é a sua opinião sobre a importância de aumentar o investimento na proteção social e na proteção social sensível à nutrição?
13. O **País X** tem um programa de alimentação ou de refeições escolares? É possível compartilhar quaisquer documentos relativos a políticas ou programas?
14. Todas as escolas fazem parte do programa ou apenas determinados grupos etários ou zonas do país?
15. Existe um menu prescrito? Está estipulado na política e como é monitorado ou avaliado?
16. Algum dos alimentos fornecidos como parte das refeições escolares é fortificado de alguma forma com micronutrientes?
17. As crianças recebem alguma educação nutricional no âmbito do programa?
18. O programa inclui alguma ligação ou encaminhamento para serviços de saúde ou de nutrição?
19. Os suplementos como o ferro e o ácido fólico ou a vermifugação são distribuídos através das escolas?
20. Onde é que as escolas obtêm os seus produtos e quem produz as refeições na escola?
21. Como é que o programa de refeições escolares se adaptou durante a COVID-19? Sabe se o programa tem medidas em vigor para crises ou emergências, por exemplo, se o programa pode continuar mesmo que haja inundações, conflitos, etc.?
22. **Por último, há alguém com experiência relevante que sugeriria que entrevistássemos para o estudo?**

Obrigado por seu tempo.

ANEXO 4: Entrevistas com informantes-chave

País	Cargo/Tipo de organização
Regional/geral	ONG regional/organização beneficente
Regional/geral	Especialista regional em nutrição, ONG/organização beneficente
Regional/geral	Diretor, Instituto de Investigação
Regional/geral	Especialista regional em nutrição, ONG/organização beneficente
Regional/geral	Especialista regional em nutrição, ONG/organização beneficente
Regional/geral	ONG regional/organização beneficente
Regional/geral	ONG regional/organização beneficente
Angola	Especialista em política social e especialista em nutrição, ONG/organização beneficente
Botswana	Especialista em política social e especialista em saúde/nutrição, ONG/organização beneficente x1
Botswana	Especialista em nutrição, Ministério do Governo x 1
Comores	Especialista em Nutrição e Especialista em Proteção Social, Ministério do Governo x 2
RDC	Especialista em nutrição e especialista em vigilância, Ministério do Governo x 1
RDC	Especialista em política social, ONG/organização beneficente x1
Esvatíni	Especialista em Nutrição e Saúde, Ministério do Governo x 1
Esvatíni	Especialista em política social e especialista em saúde/nutrição, ONG/organização beneficente x 1
Lesoto	Especialista em política social, ONG/organização beneficente x 1
Lesoto	Especialista em Nutrição, Ministério do Governo x 1
Madagáscar	Especialista em Nutrição, Ministério do Governo x 1
Madagáscar	Especialista em política social e especialista em saúde/nutrição, ONG/organização beneficente x 1
Malawi	Especialista em nutrição, ONG/organização beneficente x1
Malawi	Especialista em Nutrição e Especialista em Política Social, Ministério do Governo x 2
Moçambique	Especialista em Nutrição, Ministério do Governo x 1
Moçambique	Especialista em política social e especialista em saúde/nutrição, ONG/organização beneficente x 1
Namíbia	Especialista em Nutrição, Ministério do Governo x 1
Namíbia	Especialista em nutrição, ONG/organização beneficente x 1
África do Sul	Especialista em Nutrição e Especialista em Proteção Social, Ministério do Governo x 2
R	Especialista em proteção social, ONG/organização beneficente x 1
Tanzânia	Especialista em política social e especialista em nutrição, ONG/organização beneficente x 1

Zâmbia	Especialista em política social e especialista em nutrição, ONG/organização beneficente x 2
Zâmbia	Especialista em Proteção Social, Ministério do Governo x 1
Zimbábue	Especialista em Nutrição, Ministério do Governo x 1
Zimbábue	Especialista em política social e especialista em nutrição, ONG/organização beneficente x 1

ANEXO 5: Despesas de proteção social na SADC

Tabela 8: Despesas de proteção social em percentagem do PIB e do ESB nos Estados Membros da SADC, datas entre 2017 e 2023⁴⁴¹

Países	% do PIB	% de ESB
Angola (2023) ⁴⁴²	1,2	3,4
Botswana (2019/20) ⁴⁴³	2,3	Sem dados
Comores	Não foram encontrados dados	
RDC	Não foram encontrados dados	
Esvatíni	Não foram encontrados dados	
Lesoto (2021/22) ⁴⁴⁴	7	12,2
Madagáscar (2020/21) ⁴⁴⁵	0,2	1,1
Malawi (2023/24) ⁴⁴⁶	0,9	3,4
Maurícia	Não foram encontrados dados	
Moçambique (2018) ⁴⁴⁷	0,6	2
Namíbia (2023/24) ⁴⁴⁸	4	11,5
Seicheles	Não foram encontrados dados	
África do Sul (2020/21) ⁴⁴⁹	5,8	13,7% ⁴⁵⁰
Tanzânia - Continente (2022) ⁴⁵¹	1,5	8,7
Tanzânia - Zanzibar (2022) ⁴⁵²	3,7	9,3
Zâmbia (2022) ⁴⁵³	1,3	3,6
Zimbábue (2022) ⁴⁵⁴	0,7	4,0

⁴⁴¹ Este quadro incorpora dados das sínteses orçamentais mais recentes. Deve-se ter cuidado ao fazer comparações entre países, uma vez que as variações no ano financeiro, no tipo de orçamento e nas metodologias de análise orçamental podem afetar a exatidão de tais avaliações.

⁴⁴² UNICEF (2023). *Uma análise do orçamento geral do Estado para 2023: Proteção social*. Disponível on-line:

<https://www.unicef.org/esa/media/13376/file/Angola-Social-Protection-Budget-Analysis-2023-EN.pdf>. Acesso: 15/01/2024

⁴⁴³ UNICEF (2019). *Resumo do orçamento do Botswana: Proteção social*. Disponível on-line:

<https://www.unicef.org/esa/media/5786/file/UNICEF-Botswana-2019-Social-Protection-Budget-Brief.pdf>. Acesso: 15/01/2024

⁴⁴⁴ UNICEF (2021/22). *Resumo do orçamento da proteção social*. Disponível on-line:

<https://www.unicef.org/esa/media/13426/file/Lesotho-Social-Protection-Budget-Brief-2021-2022.pdf>. Acesso: 15/01/2024

⁴⁴⁵ UNICEF (2021). *Analyses budgétaires des secteurs sociaux axes sur les enfants a Madagascar*. Disponível on-line:

<https://www.unicef.org/esa/media/11701/file/UNICEF%20Madagascar%20Social%20Protection%20Brief%202021.pdf>. Acesso: 15/01/2024

⁴⁴⁶ UNICEF (2023/24). *Resumo do orçamento da proteção social*. Disponível on-line:

<https://www.unicef.org/malawi/media/10131/file/Social%20Protection%20Budget%20Brief%202023-24.pdf>. Acesso: 15/01/2024

⁴⁴⁷ UNICEF (2018). *Resumo do orçamento 2018: Ação social*. Disponível on-line: <https://www.unicef.org/esa/media/3121/file/UNICEF-Mozambique-2018-Social-Action-Budget-Brief.pdf>. Acesso: 15/01/2024

⁴⁴⁸ UNICEF (2023/24). *Resumo do orçamento da Namíbia para a proteção social*. Disponível on-line:

<https://www.unicef.org/esa/media/13011/file/Namibia-Social-Protection-Budget-Brief-2023-24.pdf>. Acesso: 15/01/2024

⁴⁴⁹ UNICEF (2020). *Resumo do orçamento da proteção social*. Disponível on-line: <https://www.unicef.org/esa/media/7286/file/UNICEF-South-Africa-2020-Social-Protection-Budget-Brief.pdf>. Acesso: 15/01/2024

⁴⁵⁰ Dados do ano fiscal de 2021/2022. Stats SA (2022). *A mudança nos padrões de gastos do governo ao longo do tempo*. Disponível on-line:

<https://www.statssa.gov.za/?p=16928#:~:text=Other%20large%20budget%20items%20in,of%20social%20grants%20to%20households>. Acesso em: 27/02/2024

⁴⁵¹ UNICEF (2022). *Documento sobre o orçamento - proteção social e bem-estar. Tanzânia continental*. Disponível on-line:

[https://www.unicef.org/esa/media/11556/file/UNICEF%20Tanzania%20\(Mainland\)%20Social%20Protection%20Brief%202022.pdf](https://www.unicef.org/esa/media/11556/file/UNICEF%20Tanzania%20(Mainland)%20Social%20Protection%20Brief%202022.pdf)

⁴⁵² UNICEF (2022). *Documento sobre questões orçamentais - orçamento da proteção social e do bem-estar*. Disponível on-line:

<https://www.unicef.org/esa/media/11311/file/UNICEF-Tanzania-Zanzibar-2022-Social-protection-Budget-Brief.pdf>. Acesso: 15/01/2024

⁴⁵³ UNICEF (2022). *Resumo do orçamento da proteção social*. Disponível on-line:

<https://www.unicef.org/esa/media/11351/file/UNICEF-Zambia-Social-Protection-Budget-Brief-2022.pdf>. Acesso: 15/01/2024

⁴⁵⁴ UNICEF (2022). *Resumo do orçamento da proteção social*. Disponível on-line:

https://www.unicef.org/esa/media/11856/file/Unicef_Zimbabwe_Social%20Protection_Budget_Brief_2022.pdf. Acesso: 15/01/2024